

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E
DAS ORGANIZAÇÕES
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

ANTECEDENTES INTERNOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

PETER ULRICH VIETH BLACK

BRASÍLIA, DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E
DAS ORGANIZAÇÕES
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL, DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

ANTECEDENTES INTERNOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Vaz Torres

Brasília, DF

ANTECEDENTES INTERNOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Tese de doutorado defendida diante e aprovada pela banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Claudio Vaz Torres (Presidente)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Hartmut Günther (Membro Interno)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Raquel Hoersting (Membro Interno)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Mathieu Turgeon (Membro Externo)

Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos (Membro Externo)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Elaine Neiva (Suplente)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Brasília, 03 de Novembro de 2016

Agradecimentos

Em primeiro lugar e acima de tudo, agradeço ao meu orientador Claudio Vaz Torres, único orientador possível. Obrigado por ter me aceito como orientando, por ter apoiado a ideia de minha pesquisa, por ter me acompanhado durante esse período e por ter me ensinado, cobrado e ajudado tanto.

À minha esposa Giovana Duailibe de Abreu Vieth, amor maior.

Ao meu filho Guilherme Duailibe de Abreu Vieth, que em 2 anos conseguiu redefinir a minha vida, te amo!

À minha mãe Hannelore Vieth por ter sempre acreditado, mesmo quando eu não acreditava. Por estar sempre ao meu lado e ter me ensinado o que não se aprende na academia.

Ao meu irmão Rafael Heinrich Vieth, inspiração, exemplo e orgulho.

Ao meu avô e minha avó, exemplo de vida, saudade sem tamanho.

Ao meu amigo João de Carvalho Leite Neto, parceiro de uma vida

Aos outros amigos que me apoiaram e estiveram ao meu lado nas situações mais difíceis e nas boas também.

À professora Elaine Neiva, por toda ajuda e carinho desde a entrada no Mestrado.

A todos os professores que contribuíram com minha formação.

Resumo

Quando consideradas as diversas formas de participação política, nota-se que as pessoas se sentem mais motivadas a participar quando se sentem informadas, interessadas e eficazes, quando elas se sentem realmente preocupadas com os resultados dessa participação e quando sentem que podem fazer uma diferença. Estas percepções dão origem aos estudos que têm como foco os determinantes internos (nível individual) da participação política. Destacam-se neste enfoque estudos que investigaram fatores como a percepção de eficácia (Pollock, 1983), as predisposições políticas (Sears & Funk, 1999) e o interesse por política (Milner, 2008), e suas influências sobre a participação política. Também são muitos os estudos que relacionam estes fatores com personalidade e valores do indivíduo (e.g. Mondak & Halperin, 2008 e Vecchione, 2014). Existindo, ainda, estudos que relacionam valores e personalidade diretamente a comportamentos políticos (e.g. Schwartz et al., 2010). Todos estes estudos conseguiram, em algum grau relacionar estas variáveis, mas os resultados são sempre modestos ou contemplam apenas poucos aspectos ou fatores destas variáveis. Acredita-se que esses resultados evidenciam a falta de um modelo que organize estas relações. Para a proposição desse modelo, objetivo desta pesquisa, foram inicialmente categorizadas estas diferentes variáveis em dois grupos mais amplos. O primeiro grupo é composto pelas estruturas trans-situacionais e relativamente estáveis do indivíduo, os valores e os fatores de personalidade. O segundo grupo é composto por mecanismos avaliativos ou comparativos que são utilizados pelo indivíduo para decidir como se posicionar no contexto político, percepção de eficácia interna e externa, predisposições políticas e interesse por política. Acredita-se que a inclinação para determinado tipo motivacional ou a prevalência de algum fator de personalidade pode determinar qual dos mecanismos avaliativos o indivíduo privilegiará. O instrumento da pesquisa foi composto pelo questionário de Valores Humanos Básicos, (Schwartz, 2006) e pelo questionário *ICG* para mensuração dos fatores de personalidade, (Barbosa, 2009). Foram ainda incluídos itens para a mensuração da percepção de eficácia interna e externa (Pollock, 1983), predisposições políticas conforme Schwartz et al. (2010) e interesse por política (Milner, 2008). Para avaliar as formas de participação política foi construída escala com 15 itens. O estudo permitiu verificar, por meio de regressões múltiplas as relações entre as variáveis antecedentes. Pela mesma técnica, foram então investigadas as relações entre as variáveis antecedentes e as variáveis critério (formas de participação política). Em seguida foram avaliadas as possíveis relações de mediação entre as variáveis antecedentes, para por fim juntá-las em modelos para cada forma de participação. Os resultados das regressões evidenciaram que os tipos motivacionais e os traços de personalidade são preditores das formas de participação política, assim como os mecanismos avaliativos. Os testes de mediação indicaram que os mecanismos avaliativos atuam como mediadores de algumas destas relações entre as estruturas mais estáveis do indivíduo e as formas de participação política. Os modelos evidenciaram que os determinantes internos da participação pouco explicam as formas de participação direta e tradicional, mas são bons preditores de formas não convencionais de participação.

Palavras-chave: valores, personalidade, eficácia, predisposições, interesse e participação política.

Abstract

When considered the different forms of political participation, it is clear that people feel more motivated to participate when they feel informed, interested and effective, when they have real concern about the results of this participation and when they feel they can make a difference. These perceptions lead to studies that focus on the internal determinants (individual level) of political participation. Stand out studies that investigated factors such as political efficacy (Pollock, 1983), political predispositions (Sears & Funk, 1999), political interest (Milner, 2008), and their influence on political participation. Also many studies have related these factors with personality and personal values (eg. Mondak & Halperin, 2008 and Vecchione, 2014), and other studies that have related values and personality directly to political participation (eg. Schwartz et al., 2010). All these studies have, to some degree related these variables, but the results are modest and most of them included only a few aspects of these factors or variables. It is believed that these results show the lack of models that organizes these relations. For the proposition of these models, main objective of this study, we first categorized these different variables in two larger groups. The first group consists of the transituational and relatively stable structures of the individuals, values and personality. The second group consists of evaluative or comparative mechanisms that are used by the individual to decide how to position themselves in the political context, perception of internal and external efficacy, political predispositions and political interest. It is believed that the inclination to certain values or prevalence of some personality trace can determine on which of the evaluation mechanisms the individual will focus. The instrument of the study was composed of the Basic Human Values questionnaire (Schwartz et al., 2012) and the ICG questionnaire for measuring personality factors (Barbosa, 2009). Were also included items to measure the perception of internal and external efficacy (Pollock, 1983), political predispositions as Schwartz et al. (2010) and political interest (Milner, 2008). To assess the forms of political participation a scale with 15 items was built. This study has shown, through multiple regression, relationships between the independent variables. With the same technique, were then investigated the relationship between the independent variables and the dependent variables (forms of political participation). Then was tested the mediation effect between the independent variables, to finally join them together in four models. The results of the regressions showed that the values, and personality traits are predictors of the forms of political participation, as well as evaluative mechanisms. Mediation tests indicated that the evaluative mechanisms do mediate some of these relationships between the most stable structures of the individual and the forms of political participation. The models shows that the internal determinants predicted poorly the direct and traditional forms of participation, but were good predictors of non-conventional forms of participation.

Keywords: values, personality, efficacy, political predispositions, political interest and political participation.

Sumário

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de Figuras.....	x
Lista de Tabelas	xi
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa e Relevância do Estudo	15
1.2 Objetivos do estudo	16
1.2.1 Objetivo geral:	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. Participação Política	19
2.1.1. A participação política na atualidade.....	21
2.1.2. Perspectivas teóricas sobre participação política.....	23
2.1.3. Conceituação de Participação Política para o presente estudo.	29
2.1.4. Fatores Individuais Internos Antecedentes da Participação Política.	30
2.2. Valores Humanos Básicos	34
2.2.1. A teoria de Valores Humanos Básicos de Schwartz.....	39
2.2.2. Os valores e a participação política	43

2.3. Personalidade.....	48
2.3.1. O modelo dos cinco fatores de personalidade	51
2.3.2. Personalidade e participação política.....	55
2.4. Eficácia Interna e Externa.....	57
2.5. Predisposições Políticas e Partidarismo.....	61
2.6. Interesse por Política.....	63
2.7. Relações entre as variáveis antecedentes.....	66
2.8. O modelo proposto para este estudo	69
2.9. Hipóteses.....	71
CAPÍTULO 3 – METODO	73
3.1. Amostra.....	73
3.2. Instrumento	73
3.3 Procedimento	77
3.4. Análise dos Dados	78
CAPITULO 4 - RESULTADOS	80
4.1. Apresentação das Amostras e Análises Preliminares	81
4.2. Variáveis sociodemográficas	85
4.3. Evidências de Validade dos instrumentos de medida.....	86
4.3.1 Escala de Eficácia Interna e Externa	87
4.3.2 Evidências de Validade da Escala de Participação Política.....	92
4.3.3 Escala de Valores Humanos Básicos PVQ-R (Schwartz et al., 2012).....	97

4.3.4. Escala de Traços de Personalidade ICG (Barbosa, 2009)	100
4.4. Correlações entre as variáveis.	102
4.5. Regressões entre as variáveis.....	105
4.6 Mediação.....	116
4.7. Mensuração dos modelos.....	130
CAPITULO 5 -DISCUSSÃO	138
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO	156
6.1 Limitações.....	157
6.2 Agenda de Pesquisa	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
APÊNDICE A – ESTUDO PILOTO.....	173
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DA PESQUISA	192

Lista de Figuras

Figura 1. Estrutura circular dos valores. Adaptada de Schwartz et al. (2012).	42
Figura 2. Relações hipotetizadas entre as variáveis do estudo.	70
Figura 3. Gráfico de Sedimentação da Escala de Eficácia Interna e Externa.	88
Figura 4. Gráfico de Sedimentação da Escala de Participação Política.	92
Figura 5. Mediações entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.	118
Figura 6. Mediações entre Universalismo Compromisso e Part. Comunitária.	120
Figura 7. Mediação entre Estimulação e Participação Comunitária.	121
Figura 8. Mediação entre Abertura à Mudanças e as formas de participação.	124
Figura 9. Mediação entre Consc. e participação Nova e Comunitária.	127
Figura 10. Mediação entre Amab. e Participação Tradicional e Comunitária.	128
Figura 11. Mediação entre Neuroticismo e Participação Comunitária.	129
Figura 12. Modelo de Participação Tradicional	132
Figura 13. Modelo de Participação Direta	133
Figura 14. Modelo de Participação Nova	135
Figura 15. Modelo de Participação Tradicional	138
Figura 16. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Tradicional.	141
Figura 17. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Direta.	142
Figura 18. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Nova.	144
Figura 19. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Comunitária.	145
Figura 20. Relação entre os traços de personalidade e Part. Tradicional.	146
Figura 21. Relação entre os traços de personalidade e Participação Nova.	147
Figura 22. Relação entre os traços de personalidade e Part. Comunitária.	148

Lista de Tabelas

Tabela 1. Definição dos 19 tipos motivacionais (Schwartz et al., 2012).	40
Tabela 2. Os cinco grandes fatores de traços e escalas ilustrativas.	54
Tabela 3.. Descrição das siglas dos construtos e variáveis utilizadas.	84
Tabela 4. Distribuição dos dados sociodemográficos	85
Tabela 5. Autovalores da Escala de Eficácia Interna e Externa.	88
Tabela 6. Matriz fatorial da Escala de Eficácia Interna e Externa.	89
Tabela 7. Índices de ajustamento da escala de Eficácia Interna e Externa.	105
Tabela 8. Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Eficácia Interna e Externa.	91
Tabela 9. Autovalores da Escala de Participação Política.	93
Tabela 10. Matriz fatorial da Escala de Participação Política.	94
Tabela 11. Índices de ajustamento da escala de Participação Política.	95
Tabela 12. Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Participação Política.	96
Tabela 13. Índices de ajustamento da escala de Valores Humanos Básicos.	97
Tabela 14. Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Valores Humanos Básicos.	98
Tabela 15. Índices de ajustamento da escala de Personalidade.	101
Tabela 16. Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Traços de Personalidade.	101
Tabela 17. Correlação entre as variáveis do estudo principal.	104
Tabela 18. Regressões entre os tipos motivacionais e os mecanismos avaliativos.	106
Tabela 19. Regressões entre os traços de personalidade e os mecanismos avaliativos.	108
Tabela 20. Regressão entre os tipos motivacionais e as formas de participação política.	109
Tabela 21. Regressão entre os traços de personalidade e as formas de participação política.	110
Tabela 22. Regressão entre Eficácia Interna e as formas de participação política.	110
Tabela 23. Regressão entre o Int. por Política e as formas de participação política.	111
Tabela 24. Regressão entre o Conhecimento Político e as formas de participação política.	112
Tabela 25. Regressão entre o Partidarismo e as formas de participação política.	112
Tabela 26. Regressão entre a indicação entre Liberal e Conservador e as formas de participação política.	113
Tabela 27. Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Tradicional.	113

Tabela 28. Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Nova.	114
Tabela 29. Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Comunitária.	115
Tabela 30. Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Direta.	115
Tabela 31. Mediação de Eficácia Interna na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.	117
Tabela 32. Mediação de Int. por Pol. na relação entre Univ. Compromisso e Part Nova.	117
Tabela 33. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.	118
Tabela 34. Mediação de Interesse por Política na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária.	119
Tabela 35. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária.	119
Tabela 36. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Estimulação e Participação Comunitária.	120
Tabela 37. Mediação de Eficácia Interna na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional.	121
Tabela 38. Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional.	122
Tabela 39. Mediação de Eficácia Interna na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Nova.	122
Tabela 40. Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Nova.	123
Tabela 41. Mediação de Eficácia Interna na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Comunitária.	123
Tabela 42. Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Comunitária.	124
Tabela 43. Mediação de Interesse por Política na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova.	125
Tabela 44. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova.	125
Tabela 45. Mediação de Interesse por Política na relação entre Conscienciosidade e Part. Comunitária.	126
Tabela 46. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Conscienciosidade e Participação Comunitária.	126
Tabela 47. Mediação de Interesse por Política na relação entre Amabilidade e Participação Tradicional.	127
Tabela 48. Mediação de Interesse por Política na relação entre Amabilidade e Participação Comunitária.	128
Tabela 49. Mediação de Conhecimento Político na relação entre Neuroticismo e Participação Comunitária.	129

Tabela 50. Estimativas do Modelo de Participação Tradicional.	131
Tabela 51. Estimativas do Modelo de Participação Direta	133
Tabela 52. Estimativas do Modelo de Participação Nova	134
Tabela 53. Estimativas do Modelo de Participação Comunitária	137
Tabela 54. Resultado das regressões entre os valores e os mecanismos avaliativos.	140
Tabela 55. Resultado das regressões entre personalidade e os mecanismos avaliativos	140

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um intenso ativismo político em muitos países, seja em manifestações contra a Guerra Fria e o Socialismo, contra Guerras como a do Vietnã, ou pela redemocratização em países que viveram sob regimes ditatoriais.

O fim da Guerra Fria no início dos anos 90 e a redemocratização em diversos países nos anos 80, como é o caso do Brasil, marcaram a vitória de ideais defendidos por estes grupos de oposição aos regimes e instauraram um momento de aparente calma no que diz respeito à participação política na maioria dos estados democráticos. A redução de manifestações públicas de caráter político, a queda na participação nas eleições e/ou em atividades político partidárias, parecia evidenciar uma queda no interesse da população pela política (Putnam, 1995).

No entanto, no ano de 2011, uma série de movimentos populares ao redor do mundo quebraram este aparente estado de calma. Um dos primeiros destes movimentos, na Praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, 15 mil pessoas tomaram a praça em protesto contra o presidente egípcio Hosni Mubarak, seis dias depois no mesmo local, 250 mil pessoas estavam reunidas e nos primeiros dias de fevereiro se estima que já eram 2 milhões participando do movimento, que levou o presidente a, poucos dias depois, renunciar ao poder. Em maio deste mesmo ano, em diversas cidades da Espanha, milhares de pessoas, convocadas pelas redes sociais, foram às ruas para protestar contra os políticos e as instituições do país. Já nos Estados Unidos, em setembro de 2011, o movimento intitulado *Occupy Wall Street*, reuniu milhares de pessoas na Ilha de Manhattan para protestar contra a desigualdade econômica e social no mundo, movimento que depois se expandiu para diversas cidades dos Estados Unidos.

Também em setembro de 2011, mais precisamente no dia 7, em que é comemorada a independência do Brasil, brasileiros foram à Avenida Paulista, em São Paulo protestar contra a corrupção no país e sua impunidade. O primeiro de muitos outros protestos que ocorreram não só em São Paulo, mas em quase todas as capitais do país.

Até este ano (2016) muitas outras manifestações ocorreram e são inúmeros os debates sobre política promovidos pela internet, em redes sociais, blogs e fóruns de discussão. A crise institucional pela qual passou o governo Dilma e os casos de corrupção que vieram à tona aqueceram ainda mais estas discussões e em setembro deste ano a presidente foi impedida e o vice-presidente assumiu.

Com movimentos políticos como estes, espalhados pelo mundo, a certeza da apatia política da sociedade mundial e brasileira começou a ser questionada. Neste contexto, notou-se também que a modernidade, a tecnologia e o atual contexto da democracia promoveram e evidenciaram novas formas de participação política.

O interesse por compreender estas novas formas de participação política e os aspectos internos do indivíduo que o levam a participar politicamente, foi o principal motivador deste trabalho.

1.1 Justificativa e Relevância do Estudo

Apesar de se reconhecer o grande impacto do contexto político nas ações dos indivíduos, resta sempre a pergunta, por que em um mesmo contexto umas pessoas decidem por participar politicamente e outras não? Fatores como renda, escolaridade e profissão certamente têm influência nesta resposta, mas se acredita que alguns aspectos internos, uns mais estáveis e outros mais situacionais, que diferenciam os indivíduos, também os levam a se distinguir quando se trata de participar politicamente. Acredita-se que diferenças de valores e

traços de personalidade bem como avaliações de eficácia interna e externa, e diferenças de interesse e predisposições políticas do indivíduo possam influenciar na decisão de participar, ou não, politicamente, bem como na forma em que estes decidem participar.

Assim, pretende-se neste estudo propor um modelo teórico e empírico, com base nos avanços encontrados na literatura, que relaciona os antecedentes internos e mediadores da participação política e as mudanças nas formas de participação política.

A relevância deste estudo se divide entre social e acadêmica. Sob o ponto de vista social, acredita-se que compreender os antecedentes internos da participação política e suas novas formas pode contribuir para uma democracia mais efetiva ao respeitar e acolher a individualidade e o perfil dos mais diversos indivíduos e ao permitir a construção de um contexto que receba estas novas formas de participação bem como permita o surgimento de outras. Sob o ponto de vista acadêmico, acredita-se que a construção de um modelo que integre diversos antecedentes da participação política pode auxiliar na compreensão de como o indivíduo político se forma e atua, bem como compreender como estas variáveis aparentemente independentes se relacionam e se complementam.

1.2 Objetivos do estudo

Outras variáveis internas do indivíduo podem também ter influência sobre a participação política, no entanto, tendo como referência os principais estudos da área, escolheu-se para este estudo os valores humanos básicos, os traços de personalidade, a eficácia interna e externa, o interesse por política, as predisposições políticas e o partidarismo como variáveis antecedentes do modelo testado.

1.2.1 Objetivo geral:

Apresentar e testar um modelo descritivo das relações entre as variáveis valores humanos básicos, traços de personalidade, eficácia interna e externa, interesse por política, predisposições políticas e partidarismo como antecedentes e mediadoras de diferentes formas de participação política.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Verificar as relações entre os tipos motivacionais e as Eficácias Interna e Externa.
2. Verificar as relações entre os tipos motivacionais e as Predisposição Políticas.
3. Verificar as relações entre os tipos motivacionais e o Interesse por Política.
4. Verificar as relações entre os tipos motivacionais e o Partidarismo
5. Verificar as relações entre fatores de personalidade e as Eficácias Interna e Externa.
6. Verificar as relações entre fatores de personalidade e as Predisposições Políticas.
7. Verificar as relações entre fatores de personalidade e o Interesse por Política.
8. Verificar as relações entre fatores de personalidade e o Partidarismo
9. Verificar a relação direta entre as variáveis antecedentes Valores Humanos Básicos e Fatores de Personalidade e as formas de participação política.
10. Verificar a relação direta entre as variáveis antecedentes Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas, Interesse por Política e Partidarismo, e as formas de participação política.

11. Verificar o efeito mediador das variáveis Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas, Interesse por Política e Partidarismo na relação entre as variáveis antecedentes Tipos Motivacionais e Fatores de Personalidade e as diferentes formas de participação política

No Capítulo 2, intitulado “Referencial Teórico”, será inicialmente abordada a participação política, suas antigas e novas formas e os principais estudos sobre o tema. Em seguida será discutida a relevância de cada uma das variáveis antecedentes, segundo os principais teóricos da área, e apresentados os principais estudos que relacionaram estas à participação política. Será ainda apresentada a relação que existe entre as variáveis antecedentes e como esta relação as posiciona no modelo proposto. No Capítulo 3 será apresentado o Estudo Piloto realizado, seu método, resultados e discussão. No Capítulo 4 será apresentado o estudo principal, seu método, os resultados das análises realizadas e discussão dos resultados. No quinto capítulo será apresentada a conclusão deste trabalho onde serão indicadas as limitações do estudo e agenda futura de pesquisa.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o estado da arte da literatura sobre a variável critério, Participação Política, e as variáveis antecedentes, Valores Humanos Básicos, Traços de Personalidade, Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política. Como se pretende investigar tanto a relação entre as variáveis antecedentes e a variável critério, como a relação entre as variáveis antecedentes, a saber, a relação entre Valores Humanos Básicos e Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política, bem como a relação entre os Traços de Personalidade e Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política, serão apresentados estudos que investigaram estas relações. Por fim, será apresentado o modelo teórico proposto que será testado empiricamente.

2.1. Participação Política

A afirmação de Aristóteles de que o homem é um ser político e está fadado a viver em sociedade (Chaui, 2006) evidencia nossa natureza social e política, e a relação quase indissociável destas esferas. Segundo ele, o homem que vive em sociedade e nela age com virtude, prudência e justiça em busca de um bem comum é um cidadão, uma pessoa que faz política (Chaui, 2006). Mas a política não nasce com a sociedade, ela se fez ao longo da história e costumamos atribuir aos gregos e romanos a invenção do que chamamos de política.

A invenção da política se dá na ruptura com o poder despótico. Gregos e romanos, ao fazerem isso, separam a autoridade, o poder, pessoal e privado, do poder impessoal e público, pertencente à coletividade. Dissociam o poder militar do civil e subordinam o primeiro ao segundo. Tornam o estado laico e rompem com a vontade pessoal dos governantes ao

estabelecer as leis como expressão da vontade coletiva e pública, que estabelecem os direitos e deveres dos cidadãos. Criam instituições públicas para aplicar as leis e garantir os direitos, e outras para gerir os recursos públicos. Estabelecem ainda espaços políticos, ambientes em que os assuntos de interesse da coletividade eram discutidos, opiniões eram apresentadas, questionadas e votadas, como o Senado Romano e a Assembleia Grega (Chaui, 2006). Assim, se deram as primeiras experiências democráticas, apesar de a democracia de então não garantir igualmente a todos o direito de participar da política feita nestes locais. A democracia, assim como a política, evoluiu ao longo do tempo, e muitas revoluções foram necessárias para que a democracia se modernizasse.

Convencionou-se chamar de Democracia Moderna o momento posterior às revoluções, Americana e Francesa, já na segunda metade do século XIX, quando as primeiras sociedades implementaram o sufrágio universal. Neste momento, o voto ainda não era de fato universal em nenhuma destas sociedades, diversos grupos ainda eram excluídos deste processo como mulheres e escravos. Aos poucos os grupos excluídos do processo político foram conquistando o direito de participar dele, mas ainda é recente, mesmo nos países mais democráticos, a universalização do voto, basta lembrar que, no Brasil, apenas em 1985 os analfabetos recuperaram o direito de votar (Fausto, 1994).

Apesar de até este ponto ter sido dado ênfase ao direito ao voto como marco da evolução da participação política, muitas são as formas de participação política. Nos últimos 60 anos, o número de comportamentos que se enquadram na denominação “participação política” vem aumentando. O envolvimento em ações comunitárias, o consumo politizado, a participação em movimentos sociais organizados, participação em protestos, organizar abaixo-assinados ou mesmo as formas mais recentes como se manifestar em mídias sociais e participação de debates on-line, também passaram a ser vistas como formas de participação política.

O resultado dessa expansão gradual é que o domínio da participação política cresceu a partir do não tão simples voto (Dalton & Wattenberg, 1993) na década de 1940, para quase todas as formas de atividade não privadas que se possa imaginar nos dias de hoje. Esse crescimento acompanhou o próprio desenvolvimento das democracias modernas que nas últimas décadas apresentaram uma ampliação considerável das atividades e do envolvimento do estado na vida social, o que dificulta ainda mais a diferenciação entre atividades políticas e não políticas. O estado de bem-estar social, a crescente interdependência dos desenvolvimentos sociais, políticos e econômicos, a politização da cultura e da esfera privada, tornam nebulosa a fronteira entre o político e o não político e mais difícil à delimitação do que é participação política.

Compreender melhor o que é participação política, suas diferentes formas e o que leva um indivíduo a participar politicamente são os principais objetivos desse trabalho.

2.1.1. A participação política na atualidade

Os diversos movimentos que eclodiram em diversos países nas décadas de 1960, 1970 e 1980 marcaram profundamente a democracia. A independência alcançada por alguns países da África e lutas contra ditaduras como no Brasil são exemplos disso. No entanto, o que se viu nas décadas seguintes foi uma aparente calma, com a diminuição de manifestações públicas contra governos e a redução do voto e da participação em campanhas em países como os Estados Unidos (Putnam, 1995).

Este é o cenário que Robert Putnam (1995), um dos principais defensores da ideia de declínio da participação política, apresenta em seu trabalho “*Bowling alone: America’s declining social capital*”. O autor defende que apesar do crescimento nos níveis de escolaridade e sócio econômicos, do maior acesso a informações políticas e outros recursos, a

participação política vem claramente decrescendo nas últimas décadas. Ele acredita que os cidadãos (estadunidenses) querem se envolver cada vez menos na política, algo que é agravado pelo descrédito nas instituições públicas. O trabalho de Putnam (1995) e a ideia de que a participação e o interesse por política estão em declínio encontrou pouco suporte empírico e recebeu diversas críticas de analistas que acreditam que, na verdade, as formas de participação política mudaram e que o ativismo político persiste, de novas maneiras.

Inglehart (1997) descreveu um retrato bem mais otimista sobre o engajamento político na década de noventa. Segundo ele, os cidadãos, de fato, se afastaram de organizações políticas que os mobilizavam em outras épocas, mas, ao mesmo tempo, buscaram novas formas de exercer sua influência no contexto político. Assim, as formas tradicionais de participação política foram substituídas por formas mais diretas de tentar influenciar os tomadores de decisão, como ações comunitárias, contato direto e consumo politizado (Norris, 2002). Segundo Dalton (2008), o que se verifica é uma “renascença” da participação democrática e não um declínio na participação política.

Na mesma linha, Schudson (1999) alega que os cidadãos não estão desinteressados ou desinformados sobre política e nem, tampouco, perderam sua eficácia. O que ocorre é que os indivíduos tomaram uma postura mais deliberativa, em que buscam informações, acompanham o contexto político e se posicionam ou agem apenas quando acham que é realmente imperativo. Afirma que os indivíduos procuram hoje novos canais de participação o que se alinha à perspectiva deste trabalho de que novas formas de participação surgiram.

Apesar de ser difícil comparar momentos e contextos históricos diferentes e afirmar que a participação política está em declínio ou ascensão, parece coerente acreditar que a participação política de hoje já não se restringe mais aos comportamentos elencados por Milbrath em 1965. Pausch (2012) evidencia que não se pode mais olhar para a participação política como algo imutável e que nas últimas décadas ela passou por grandes transformações.

Desta forma, para o presente estudo serão considerados além dos comportamentos tradicionais, novas formas de participação política. Assim, torna-se necessária uma análise de como o conceito e as formas de participação política evoluíram.

2.1.2. Perspectivas teóricas sobre participação política.

Como dito anteriormente, a participação política se estende para além do voto e nos últimos 50 anos viu-se uma expansão muito grande nos estudos sobre participação política. Esse crescimento é reflexo do papel crucial do envolvimento dos cidadãos para a evolução e consolidação da democracia. No entanto, a expansão do domínio político, a crescente relevância do governo e da política para os cidadãos nas sociedades modernas, levou a uma expansão no repertório do que é considerado comportamento político. Ficou difícil distinguir o que é e o que não é comportamento político. A seguir é feita uma retrospectiva dos estudos que tiveram como foco a participação política a fim de delimitar melhor o que será considerado neste estudo comportamento político.

Verba e Nie (1972) definiram a participação política como “aquelas atividades de cidadãos particulares que estão, mais ou menos diretamente, direcionadas a influenciar a seleção dos governantes e, ou, as ações tomadas por eles” (Verba & Nie, 1972, p. 2). De forma similar, para Huntington e Nelson a participação política pode ser entendida como as “ações dos cidadãos que tem como intuito influenciar a tomada de decisão de governantes” (Uhlener, 2004, p. 11078).

Tendo como referência essas definições, nota-se alguns pontos centrais sobre a participação política. O primeiro ponto é que a participação política se refere às pessoas em seu papel de cidadãos, não se refere às ações de políticos, representantes do governo ou funcionários públicos. O segundo ponto é que é uma ação, um comportamento, não uma

atitude. O terceiro ponto é o caráter voluntário, ou seja, não abrange ações que são impostas pelo governo ou sociedade por meio de regras ou leis. Quanto a este último ponto é necessário que se faça uma ressalva em relação ao voto, que em alguns países, como o Brasil, é obrigatório, mas não pode deixar de ser considerado uma forma de participação política por ser um dos principais elementos do processo democrático. Quando se evidencia o caráter voluntário tem-se como objetivo excluir outras situações impositivas como, por exemplo, a obrigatoriedade de se filiar a partido ou participar de manifestação pública, situações comuns em regimes não democráticos.

Os estudos sobre participação política nas décadas de 40 e 50 restringiam as formas de participação ao voto e a atividades de campanha (Lazarsfeld, Berelson & Gaudet, 1948). Até a década de 60 avançaram e passaram a incluir comportamentos como contatar um político, participar de encontros políticos e se filiar a um partido. Neste contexto Milbrath (1965) apresenta, então uma das primeiras tentativas de organizar o que seria participação política. Ele argumentou que a participação política segue uma estrutura hierárquica composta por quatro níveis. Para ele, os indivíduos que se engajam em atividades do nível mais alto também se engajam nas atividades dos demais níveis e o grau de participação diminui nos níveis seguintes. Assim, o nível mais baixo contempla aqueles indivíduos que não se engajam em nenhum tipo de atividade. O nível do “expectador” consiste em votar, estar exposto a estímulos políticos e conversar com outros sobre política. O nível “transicional” inclui participação em encontros, doação de recursos e contato com políticos. O nível “gladiador” é o que contempla o engajamento em atividades como se candidatar a algum cargo, arrecadar recursos e trabalhar em uma campanha.

Na mesma linha, Verba e Nie (1972) identificam quatro tipos principais de participação política, voto, ativismo em campanhas eleitorais, envolvimento em atividades

comunitárias e contato direto com políticos. Estas formas ficaram mais tarde conhecidas como “formas tradicionais” de participação política.

No mundo todo o final da década de 60 e início da década de 70 foram marcados por intensos debates e protestos, contra guerras como a do Vietnã, frente a crises econômicas como a do petróleo e a favor da independência de vários países africanos. Esse cenário evidenciou que não se podia restringir o conceito de participação política a comportamentos aceitos socialmente ou atividades consideradas adequadas; protesto e rejeição passaram a ser vistos como manifestações claras do interesse e da opinião dos cidadãos, que não poderiam ser excluídas do domínio da participação política. Estes comportamentos ou manifestações foram então classificadas como “formas não convencionais” de participação política (Muller, 1982). O rótulo “não convencionais” se referem ao fato de não estarem em conformidade com as normas da sociedade e é uma forma de contrapor estes comportamentos àqueles chamados de tradicionais ou convencionais.

Na década de 1990 houve outra expansão do domínio da participação política. Marcada pelo fim da fronteira entre as esferas políticas e não políticas da sociedade moderna, ocorre neste contexto a inclusão de atividades “civis” no rol de participação política. Comportamentos como voluntariado e engajamento social passam a ser vistos como forma de atuar no contexto político e se posicionar frente a sociedade (Putnam, 2000). Muito comum em alguns países, mas não tanto no Brasil, o boicote a produtos ou empresas é outra forma comunitária de protestar e tem sido cada vez mais utilizado por grupos ou organizações para se posicionar politicamente.

Entretanto, apesar do fato de esta lista ter se expandido e incluído cada vez mais formas de participação, fica evidente que não se trata de constructo unidimensional, ao qual foram acrescentadas mais e mais atividades, e sim um construto que possui várias formas ou fatores. Como apresentado anteriormente, Milbrath (1965) já propunha uma estrutura

hierárquica que ia das formas mais passivas às mais ativas de participação. Brussino, Rabia e Sorribas (2008) identificam em seu trabalho três categorias de participação política: afiliação partidária e participação em campanhas; atividades comunitárias que visam resolver demandas sociais pelo contato com políticos; e ações de protesto. Ekman e Amnå (2012), por sua vez, destacam que existem formas manifestas de participação, como votar e participar de protestos, mas também formas latentes, como assistir a noticiários e debater com conhecidos sobre política.

Ekman e Amnå (2012), apresentam em seu trabalho análise interessante sobre a participação política. Ao criticar o pretense declínio da participação política, afirmam que muitos comportamentos latentes e outros que chamam de não participação, que impactam sobre o contexto político, como não votar ou evitar falar sobre política, são deixados de lado quando se analisa o engajamento político. Para estes autores, o não votar pode, por exemplo retratar não um descaso, mas sim um protesto contra o sistema político. Apresentam uma nova tipologia de participação política, que pretende não ser tão restritiva ao considerar apenas formas manifestas de participação nem tão ampla que abrigue qualquer tipo de ação civil. Assim, definem três categorias de participação política, a Não Participação (desengajamento), a Participação Civil (Política Latente) e a Participação Política (Manifesta). A Não Participação (Desengajamento) é subdividida em formas ativas, como não votar ou evitar falar de política e formas passivas, como perceber a política como algo desinteressante. A Participação Civil (Política Latente) é subdividida em Envolvimento social, como manter interesse sobre a vida política e a sociedade, e engajamento cívico, como escrever para editores de jornais ou doar dinheiro para caridade. A Participação Política (Manifesta) é subdividida em participação política formal, como votar e contatar representantes políticos, e ativismo, que é subdividido em legal (e.g. consumo politizado) e ilegal (e.g. ataques a propriedades privadas por razões políticas).

Apesar de apresentar uma análise bem fundamentada e que retrata bem a importância de alguns aspectos de não participação, que de fato não podem ser desconsiderados quando se aponta o declínio do engajamento político, seguindo o que foi dito anteriormente, alguns processos, como perceber a política como algo desinteressante, não entram no que este estudo pretende investigar por não representarem propriamente ações.

Teorell (2006) analisa as produções científicas sobre participação política e classifica as teorias analisadas em três tipos: responsiva, participativa e deliberativa. As teorias responsivas seriam as tentativas de influenciar a composição do governo e as decisões governamentais, de forma indireta. Teorias participativas apontam para a participação direta, em espaços que permitam essa situação, como ambientes de trabalho e grupos comunitários. As Teorias deliberativas são aquelas que focam no processo de formação de opiniões individuais e como elas se transformam em decisões coletivas.

Teorell, Sum e Tobiasen (2007), sugerem outra tipologia, que engloba cinco dimensões. A primeira destas dimensões é a *Participação Eleitoral*, que engloba o próprio voto e o engajamento direto em campanhas. A segunda dimensão, chamada de *Participação dos Consumidores*, engloba doar dinheiro para caridade, boicote e consumo politizado, bem como assinar petições. A terceira dimensão é *Atividade Partidária*, que inclui ser membro ativo de um partido, fazer trabalho voluntário ou doar dinheiro a um partido político. A quarta dimensão é intitulada *Atividade de Protesto*, que cobre participar de manifestações, greves e outros protestos. *Atividade de Contato* é a quinta dimensão e engloba contatar organizações, políticos ou funcionários públicos.

Apesar do avanço alcançado por Teorell et al. (2007) ao conseguir agrupar em diferentes dimensões os comportamentos políticos, algumas críticas são feitas, como, por exemplo, o fato de que certas formas de voto como o voto nulo, podem ser vistos como forma

de protesto, assim como assinar petições, enquadrada na dimensão *Participação dos Consumidores*, rótulo que pode não representar bem o intuito do indivíduo com aquele ato.

Assim, neste trabalho, ao invés de se buscar agrupar os diferentes tipos participação política, buscou-se agrupar estes comportamentos em função de sua forma. Como será mais bem descrito posteriormente, acredita-se que todos os indivíduos participam politicamente, o que os difere é a forma como o fazem, por exemplo, um indivíduo pode protestar votando nulo, outro participando de manifestações, outro criando um site com manifestos e debates, e outro realizando boicote a alguma ação ou programa político. Acredita-se que o fato de não se ter considerado as diferentes preferências dos indivíduos no que tange a forma como este participa politicamente é que pode ter levado muitos estudos a propagarem a crença no declínio da participação política.

Ao analisar todos estes estudos apresentados, percebe-se que desde o trabalho de Milbrath (1965), o número de comportamentos que se enquadram na denominação “participação política” vem aumentando. O envolvimento em ações comunitárias, o consumo politizado, a participação em movimentos sociais organizados, participação em protestos, organizar abaixo-assinados ou mesmo as formas mais recentes como se manifestar em mídias sociais e participação de debates *on-line*, também passaram a ser vistas como formas de participação política.

Para este estudo, optou-se por contemplar a classificação inicial de Milbrath (1965), pois elenca bem comportamentos políticos tradicionais e formas de participação direta, e complementá-la com outras formas de participação. Às formas de participação elencadas por Milbrath (1965), a que chamaremos de formas tradicionais, foram acrescentadas outras formas de participação, as quais chamaremos inicialmente de não tradicionais, que foram incluídas visando contemplar a ideia de ações de protesto, como defendido por Brussino, Rabia e Sorribas (2008) e Ekman e Amnå (2012), formas latentes de participação como

elencado por Ekman e Amnå (2012) e ações comunitárias conforme o proposto por Verba e Nie (1972). Além das formas elencadas por estes autores, foram incluídas outras formas de participação, que incluem o uso de novas tecnologias, internet e redes sociais.

2.1.3. Conceituação de Participação Política para o presente estudo.

Para o presente estudo considerar-se-á participação política as ações realizadas, pelo indivíduo, que tenham como objetivo interferir ou influenciar no processo político. Assim o presente estudo contempla as formas de participação política tradicionais propostas por Milbrath (1965), bem como outras formas de participação, que foram incluídas com referência nos estudos de Brussino, Rabia e Sorribas (2008), Ekman e Amnå (2012) e Verba e Nie (1972), conforme explicado anteriormente.

Ao final foram definidas 15 formas de participação que serão investigadas e que foram elencadas, como mencionado anteriormente, a partir do trabalho de Milbrath (1965) e complementados pelo apresentado em trabalhos de outros autores, como Brussino, Rabia e Sorribas (2008) e Ekman e Amnå (2012) além de formas novas de participação definidas para este estudo, a saber: voto na última eleição, participação em discussões sobre questões políticas, tentativa de convencer alguém a votar de determinada maneira, uso de botom ou adesivo de campanha, contato com algum político, doação de dinheiro a algum partido, participação direta em campanha, filiação partidária, candidatura a cargo público, participação em manifestações públicas, assinatura de abaixo assinado, boicote a algum produto, uso de redes sociais para se envolver em alguma ação política, debate em redes sociais, acompanhamento de político por meio da internet e trabalho voluntário.

Como o objetivo maior deste estudo é o de compreender melhor quais seriam os fatores individuais internos que impactam na participação política, a seguir serão apresentados

cada um dos fatores que se pretende investigar, o motivo de sua escolha, sua perspectiva teórica e os estudos utilizados como referência.

2.1.4. Fatores Individuais Internos Antecedentes da Participação Política.

Um dos primeiros trabalhos a abordar de forma estruturada os determinantes da participação política foi o *“The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations”* de Almond e Verba (1963). Este trabalho se tornou paradigma na área e propiciou o surgimento de outros trabalhos como os de Verba e Nie (1972). Estes autores acreditavam que fatores socioeconômicos, como nível de escolaridade, renda, ocupação, sexo, idade e raça eram os principais determinantes da participação política. Essa visão determinista da participação se mostrava bastante alinhada com outra perspectiva bastante popular na ciência política e que ganhou destaque na mesma época, a teoria da escolha racional.

A teoria da escolha racional entrou na Ciência Política a partir da Economia, como resultado dos trabalhos pioneiros de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson (Ferejohn & Pasquino, 2001). Segundo estes autores, os cidadãos fazem suas escolhas, também no contexto político, orientados ou interessados na maximização de suas riquezas ou alcance de seus objetivos. Em outras palavras, a teoria da escolha racional assume que os indivíduos essencialmente usam os meios disponíveis para conseguir seus próprios fins.

A teoria da escolha racional se transformou nas últimas décadas em um dos subcampos mais ativos e influentes nas ciências políticas, principalmente nos Estados Unidos. No entanto, seu princípio central de que o indivíduo é um maximizador de resultados autocentrados, tem sido questionado por inúmeros autores, como Green e Shapiro (1994). Estes autores ao analisar diversos estudos publicados, afirmam que todas as aplicações

empíricas da teoria da escolha racional, em ciência política, estão viciadas por uma síndrome de insuficiência metodológica, que resulta da ambição de se propor uma teoria universal da política. Esses autores não desconsideram o impacto do interesse individual na escolha do indivíduo, mas acreditam que faz mais sentido questionar como a racionalidade interage com outros aspectos da natureza e das organizações humanas na produção dos comportamentos políticos.

Em concordância com o proposto por Green e Shapiro (1994) e sem deixar de reconhecer o impacto de fatores socioeconômicos e da escolha racional no comportamento político do indivíduo, acredita-se que estudar outros aspectos, como as atitudes políticas do indivíduo, seus valores e traços de personalidade, pode contribuir e ampliar a compreensão do que leva o indivíduo a participar politicamente.

Como relatado por Norris (2005), os pesquisadores da área percebem, aos poucos, que atitudes políticas ocupam papel importante ao motivar a participação, uma vez que as pessoas se sentem mais motivadas a participar quando se sentem informadas, interessadas e eficazes, quando elas se sentem realmente preocupadas com os resultados dessa participação e quando sentem que podem fazer uma diferença. Estas percepções dão origem aos estudos que têm como foco os determinantes internos (nível individual) da participação política. Destacam-se neste enfoque estudos que investigaram fatores como a percepção de eficácia, o interesse por política e a predisposição política, e sua influência sobre a participação política.

Nos estudos que relacionaram a sensação de eficácia com a participação, se destacam os trabalhos de Converse (1972) e Pollock (1983). Converse (1972) identifica que a eficácia possui dois âmbitos, um externo, relacionado à percepção do indivíduo do quanto o sistema político é sensível a demandas populares, e outro interno, relacionado à percepção que o indivíduo tem de sua competência como ator político, do quanto está qualificado a participar politicamente. Pollock (1983), por sua vez, mostra como as variações entre baixa ou alta

eficácia interna e baixa ou alta eficácia externa se relacionam com diferentes comportamentos políticos. Para estes autores, o ponto central é que o indivíduo tende a participar mais politicamente quando percebem que possuem um papel importante como agentes políticos e que este papel é de alguma forma reconhecido e acolhido no contexto político.

Outro fator importante diz respeito ao próprio interesse do indivíduo pelo contexto político. Parece de fato coerente acreditar que aqueles que se interessam mais pelos debates políticos e pelos resultados de ações políticas estejam de fato mais propensos a participar politicamente. Os estudos sobre interesse por política afirmam que estes são poderosos preditores de participação política e costumam avaliar informações como: se o indivíduo acompanha em noticiários eventos políticos, se ele participa de algum partido. Para autores como Milner (2008), Niemi e Junn (1998) e Verba, Schlozman e Brad (1995) a relação entre o interesse por política e a participação se deve ao fato de o conhecimento e a informação sobre o sistema político e seus atores, alcançados pelo interesse do cidadão, proporcionarem ao indivíduo um comportamento político mais consistente, coerente e reforçador.

A predisposição política é outro fator que foi bastante estudado em sua relação com a participação política do indivíduo. Apesar de ser considerado por alguns autores como uma forma simplista de ver as relações entre o indivíduo e o contexto político (e.g. Schwartz, 2011), estudos que relacionam as formas de participação política com a orientação política e a filiação partidária ainda recebem a atenção de diversos autores que evidenciam este fator como um mecanismo, ou um atalho cognitivo, utilizado pelo indivíduo no contexto político (Sears & Funk, 1999).

Além das atitudes políticas apresentadas, acredita-se que outros fatores internos também impactam sobre a participação política, conforme o defendido por autores como Schwartz (2011) e Mondak e Halperin (2008). Dentre estes fatores, pode-se citar estruturas

trans-situacionais e relativamente estáveis do indivíduo que precedem as atitudes e impactam sobre elas, como os valores humanos básicos e os fatores de personalidade.

As atitudes políticas podem ser consideradas como sentimentos favoráveis ou desfavoráveis acerca do meio político. Tais atitudes podem se referir a experiências subjetivas e aprendidas, apresentando em sua composição as crenças relacionadas ao objeto atitudinal e sendo expressas através do comportamento (Hernández & Hidalgo, 1998). Rokeach (1968) argumenta que as crenças, atitudes e valores estão atrelados, formando um sistema cognitivo funcionalmente integrado; portanto, uma mudança em qualquer parte deste sistema afetará outras partes e culminará em mudança comportamental. Tendo como referência estes estudos que relacionaram valores, atitudes e comportamento, acredita-se que as atitudes políticas e a participação política, de alguma forma, possuem relação com a estrutura de valores do indivíduo.

A personalidade de um indivíduo é moldada pela experiência, dinâmica familiar, cultura, experiências de trabalho e educacionais. No entanto, muitas evidências sugerem que boa parte das disposições fundamentais da personalidade estão presentes desde muito cedo na vida do indivíduo e são estáveis ao longo da vida (Caspi, Roberts & Shiner 2005; Costa & McCrae 1992; Gosling, Rentfrow & Swann 2003). Estas diferenças de personalidade afetam como indivíduos respondem a estímulos do ambiente. Assim, os fatores de personalidade podem ser vistos como anteriores às influências sociais e políticas. Desta forma, pode se esperar que de certa forma estes fatores estáveis afetam de alguma maneira as relações sociais do indivíduo, como as atitudes e os comportamentos políticos (Gerber, Huber, Doherty & Dowling, 2010).

Conforme exposto, muitos estudos tiveram como objetivo explicar o que leva uma pessoa a participar politicamente, e diversas atitudes foram apresentadas como preditoras de participação política. O que se percebe nestes estudos é que a maioria deles focou apenas em

uma atitude, quando muito mencionando outras. Outra questão relevante é que não existe nenhum estudo que identificou como estas atitudes se relacionam, quais são seus antecedentes, e principalmente como elas se organizam para o indivíduo. O presente estudo pretende avançar nestas questões, ao promover um esforço para destacar os limites entre os conceitos e buscar compreender as relações entre os valores humanos, os fatores de personalidade, as atitudes políticas e a participação política.

Para que fique mais clara a relação de cada um destes constructos com a participação política, antes de apresentar o modelo proposto por este estudo, serão abordados cada um deles e os principais estudos que os relacionaram à participação política.

2.2. Valores Humanos Básicos

O termo “valor” tem sido usado desde a Antiguidade, inicialmente para designar a utilidade ou o preço de bens materiais ou o mérito de pessoas. O uso filosófico só começa quando o seu significado é generalizado para qualquer objeto de preferência ou de escolha. Isto aconteceu pela primeira vez com os estoicos, os quais introduziram o termo no domínio da ética e chamaram “valor” os objetos de escolhas morais (Abbagnano, 1970).

Aristóteles via o valor como aquilo que todos desejam, em contraponto com o que deveriam desejar. Para ele os valores da vida humana só valem realmente a pena serem perseguidos se algo neles fizer a vida valer a pena ser vivida (Korsgaard, 1986). Para os sofistas o valor era relativo, sujeito ao julgamento do homem, tal como afirmado por Protágoras de Abdera "O Homem é a medida de todas as coisas, daquelas que são por aquilo que são e daquelas que não são por aquilo que não são." (em Leister, 2006, p. 21). No entanto, para Platão a noção de valores está ligada ao juízo de verdade e em seu diálogo *Protágoras*,

questiona o relativismo ao afirmar que é impossível para qualquer um saber a verdade se a verdade de cada um diferir como diferem os homens (Jowett, 1937).

Ao longo do tempo este conceito de valor foi aprimorado por filósofos como Thomas Hobbes, que afirmava que o valor não é absoluto, mas depende da necessidade de um juízo; Immanuel Kant, que afirmava que o valor é o dever ser de uma norma (portanto, um *a priori*) e que pode ou não ter realização prática, mas que atribui verdade, bondade e beleza às coisas julgáveis; Max Scheler, que defendia que os valores são objetos completamente inacessíveis ao intelecto, o objeto intencional do sentimento como a realidade é o objeto intencional do conhecimento; Nietzsche que defendia que o “valor” é fruto da relação do homem com o mundo e Christian Ehrenfels que inaugura uma visão relativista do conceito de “valor” e o define como a simples desejabilidade (Gorgen, 2005); por antropólogos como Florence Kluckhohn que se dedicou a classificar valores e separá-los em dimensões e em 1961, junto com Strodtbeck, desenvolveu uma tipologia de valores; sociólogos como Thomas e Znaniecki que introduzem o aspecto cognitivo ao conceito de atitude e estabelecem que a relação entre atitude e valores se dá com os valores estabelecendo a conexão entre as atitudes e a estrutura social, e Parsons que afirma que os valores seriam o referencial que propicia a ação, pois indicam, ao sujeito, o que seria desejável em determinada situação além de introduzir a ideia de que os valores são hierarquicamente organizados, atributo melhor explorado em 1954 por Maslow (Rohan, 2000).

No entanto, de todas as teorias sobre valores coube a Milton Rokeach a responsabilidade por ter incluído o conceito de valor na Psicologia. Rokeach (1973), em seu livro “*The Nature of Human Values*”, que ofereceu grande avanço no estudo empírico dos valores. Uma de suas principais colaborações foi a de evidenciar a existência de uma estrutura de valores, para ele, os valores não existem de forma isolada e, raramente, uma atitude ou comportamento será função de um único valor (Feldman, 2003). Assim, define os valores

como crenças trans-situacionais hierarquicamente organizadas e que servem como critério para nossa atitude e comportamento. Esta definição de Rokeach elenca diferentes aspectos do conceito de valor. O primeiro deles é o fato de ser uma crença prescritiva, que indicam ao indivíduo o que é adequado ou não realizar. O segundo é que são trans-situacionais, ou seja, são relativamente estáveis e nos orientam em diferentes situações, constituem o núcleo da personalidade do indivíduo e são a base de seu autoconceito. O terceiro é que se organizam de acordo com a importância dada pelo sujeito a cada um destes valores (Ros, 2006).

Rokeach (1973) separa os valores em dois tipos: os valores terminais, que respondem às necessidades da existência humana e podem ser pessoais, como auto realização, felicidade, harmonia interna, ou sociais, interpessoais, como segurança familiar, segurança nacional e igualdade; e os valores instrumentais, que constituem um meio para alcançar os objetivos maiores do indivíduo, podem ser morais como honestidade ou de competência como ser imaginativo, ser eficaz.

Com a definição destes valores, Rokeach então, se dedica a construção de um instrumento para a medição dos valores, o Rokeach Values Survey (RVS). Desde que foi desenvolvido, este instrumento que conta com dezoito valores terminais e dezoito valores instrumentais, foi, provavelmente, o método mais utilizado para medir as prioridades de valor em diferentes culturas. No Brasil este instrumento foi adaptado por Günther (1981).

Rokeach recebeu diversas críticas ao seu trabalho, por não ter desenvolvido suas ideias sobre as relações de conflito e congruência entre os valores, críticas sobre como selecionou os valores terminais e instrumentais, além de questionamentos em relação à pesquisa empírica realizada para comprová-la. Segundo Rohan (2000), infelizmente, não foi proposta uma teoria sobre a estrutura e sistema de valores, portanto, o Inventário de Valores Rokeach é essencialmente uma lista de valores desconectados. Sem teoria sobre a estrutura do sistema de valores é impossível compreender as consequências que a atribuição de altas prioridades a um

valor gera para outros tipos de valores. A compreensão destas relações é certamente fundamental, também para a compreensão dos padrões de respostas que parecem, à primeira vista, não estar relacionados. Estas lacunas serviram como incentivo e ponto de partida para a proposição da teoria de valores básicos de Schwartz.

No entanto, antes de apresentar a teoria de Schwartz, é importante ressaltar que os estudos sobre valores não se restringiram ao plano individual, no plano cultural os valores são usados para caracterizar as sociedades como um todo, representam os critérios comuns que se tornaram úteis na hora de solucionar os problemas da coletividade (Ros, 2006). Várias teorias foram desenvolvidas no plano cultural, destacaremos os trabalhos de Hofstede e Triandis.

Hofstede (1980) define cultura como o modo de pensar, de sentir e de reagir de um grupo humano, e que representa sua identidade específica. Em seu trabalho, Hofstede identificou quatro dimensões, conjuntos de valores organizados e ordenados, que permitem diferenciar as mais diversas culturas. A primeira destas dimensões foi chamada Masculinidade – Feminilidade e os termos foram usados em referência à distribuição de papéis emocionais entre os sexos (características estereotipicamente atribuídas aos sexos). Seus estudos revelaram que os valores das mulheres diferem menos entre as sociedades que os valores dos homens, que variam de conteúdos mais assertivos e competitivos, bastante diferente dos valores das mulheres, até conteúdos mais voltados ao relacionamento e a cuidados, semelhante aos valores das mulheres. Assim, o polo assertivo foi chamado de masculino e o mais voltado ao relacionamento e cuidado, de feminino. A segunda dimensão foi intitulada Evitação de Incertezas e indica em que medida a cultura programa seus membros para se sentirem desconfortável ou confortável em situações novas, desconhecidas, surpreendentes, ou diferente do habitual. A terceira é Distância do Poder e representa em que medida os membros menos poderosos de grupos aceitam e esperam que o poder seja distribuído de forma desigual. A última das dimensões é Individualismo- Coletivismo que

representa o grau em que os indivíduos estão integrados em grupos, as culturas individualistas são aquelas nas quais o foco está no indivíduo e nas pessoas mais próximas, já as coletivistas têm foco no grupo e priorizam os interesses destes em troca de uma lealdade. Posteriormente, Bond (1987), a partir de estudos realizados com a cultura chinesa, identificou uma nova dimensão, a Orientação de Curto Prazo – Médio Prazo, que se refere no longo prazo a valores de perseverança e no curto prazo a valores de respeito pela tradição e cumprimento das obrigações sociais.

Tendo como referência os trabalhos de Hofstede, Triandis (1988) propõe que alguns constructos sejam vistos como bidimensionais e sugere que tanto o individualismo como o coletivismo possuem duas dimensões, com atributos verticais e horizontais. A dimensão horizontal refere-se a culturas onde as pessoas são percebidas como iguais, principalmente no *status*, o atributo vertical refere-se a culturas onde a hierarquia é privilegiada e a desigualdade aceita. Assim, distingue-se o individualismo horizontal, onde o indivíduo se vê como único, do individualismo vertical, onde o indivíduo é orientado para o sucesso. Assim como distingue o coletivismo horizontal, que evidencia o indivíduo cooperativo, do coletivismo vertical, onde o indivíduo é um cumpridor de obrigações (Triandis, Bontempo & Villareal, 1988). Eles também reconhecem o nível individual de análise, onde identificam o ideocentrismo que seria o individualismo pessoal, relacionado a valores de auto-realização, e o alocentrismo que seriam os coletivistas pessoais, priorizam segurança, boas relações e harmonia endogrupal.

Assim, percebe-se que os estudos sobre valores focaram em dois planos distintos, o cultural e o individual, além de terem sido aplicados a diferentes contextos como os valores do trabalho (Tamayo & Porto, 2005) e os organizacionais (Borges & Tamayo, 2001). Verifica-se ainda que alguns autores não restringiram seus estudos apenas a um plano e fizeram relações entre o plano individual e o cultural, como foi o caso dos estudos de

Triandis, anteriormente apresentado, e de Schwartz, que por ser a teoria escolhida para este trabalho será apresentado, em separado e de forma mais ampla, na próxima seção. Para este estudo optou-se pelo nível individual de análise, o que se justifica por estar sob investigação uma população com certo grau de proximidade emocional (principalmente no âmbito político), proximidade geográfica e frequência de interação.

2.2.1. A teoria de Valores Humanos Básicos de Schwartz

A teoria de Valores Humanos Básicos desenvolvida por Shalom H. Schwartz é provavelmente a teoria de maior aceitação no estudo de valores (Feldman, 2003). Schwartz e Bilsky (1987) resgatam a defesa da centralidade do conceito de valor apresentada por psicólogos (Rokeach, 1973), sociólogos (Williams, 1968) e antropólogos (Kluckhohn, 1951) e evidenciam que estes teóricos, assim como eles, viam valores como critérios utilizados por pessoas para avaliar ações, indivíduos e eventos.

Segundo Schwartz (1994) os valores representam o que de fato é importante para o indivíduo e enumera as principais características deste conceito. Os valores são crenças, estão ligadas à emoção, são ativados sem nossa consciência e eliciam sentimentos no indivíduo, positivos e negativos; são um constructo motivacional, orientam os indivíduos em função de metas desejadas; são trans-situacionais, não se referem a situações e objetos específicos; servem como padrões ou critérios na seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos; e são hierarquicamente organizados, ou seja, são organizados em função da importância dada, pelo indivíduo, a um valor em relação aos demais.

Essas características apresentadas são comuns a todos os valores e o que os diferencia um do outro é o objetivo ou motivação expressa por cada valor. E, segundo Schwartz (1992),

por atenderem a requisitos básicos à existência humana, os tipos motivacionais, conjuntos de valores motivacionalmente distintos, são universais.

Schwartz (1992) identificou dez tipos motivacionais e agrupou nestes tipos motivacionais os valores que possuam objetivos em comum. Como exemplo, pode-se verificar que valores como autoridade, poder social, preservação da imagem pública e reconhecimento social, se agrupam por um objetivo comum de busca por Poder, que seria então um tipo motivacional. Em seus estudos, Schwartz identifica que alguns valores têm significados múltiplos e compõem mais de um tipo motivacional, e que todos se opõem ou mantêm relação de semelhança com outros, o que confere à estrutura dos tipos motivacionais uma dinâmica de conflito e congruência.

No entanto, a divisão proposta por Schwartz (1992) em 10 tipos motivacionais, foi feita por uma conveniência científica arbitrária passível de melhoria (Schwartz & Butenko, 2014). Assim, recentemente, Schwartz propõem um refinamento desta estrutura, que mantém o *continuum* original, mas a subdivide em um conjunto mais refinado e significativo de valores, com o intuito de oferecer maior heurística universal e poder preditivo (Schwartz et al., 2012).

Com isso, a estrutura original com 10 tipos motivacionais deu lugar a uma estrutura com 19 tipos. A seguir são apresentados os 19 tipos motivacionais e suas definições em termos de suas metas motivacionais.

Tabela 1

Definição dos 19 tipos motivacionais (Schwartz et al., 2012).

Valores	Definição conceitual em função das metas motivacionais
Autorealização – pensamento	Liberdade para cultivar suas próprias ideias e habilidades
Autorrealização – ação	Liberdade para definir suas próprias ações

Continua

Continuação

Estimulação	Excitação, novidade e mudança
Hedonismo	Prazer e gratificação sensorial
Realização	Sucesso em concordância com padrões sociais
Poder – domínio	Poder exercido através do controle de outras pessoas.
Poder – recursos	Poder pelo controle de recursos sociais e materiais.
Face	Manutenção da imagem pública do indivíduo e evitação de humilhação.
Segurança – pessoal	Segurança no ambiente imediato do indivíduo
Segurança – social	Segurança e estabilidade para a sociedade
Tradição	Manutenção e preservação das tradições culturais, familiares e religiosas.
Conformidade – regras	Compromisso com regras, leis e obrigações formais
Conformidade – interpessoal	Evitação em desagradar e machucar outros
Humildade	Reconhecimento de sua insignificância no contexto mais amplo
Benevolência – dependência	Ser um membro confiável do intragrupo
Benevolência – cuidado	Devoção ao bem-estar dos membros do intragrupo.
Universalismo – compromisso	Compromisso com a igualdade, justiça e proteção de todos
Universalismo – natureza	Preservação do ambiente natural
Universalismo – tolerância	Aceitação e compreensão daqueles que são diferentes dele.

Em seguida, Schwartz et al. (2012) propõe uma estrutura circular que representa a relações de conflito e congruência entre os tipos motivacionais além de evidenciar as relações de proximidade e antagonismo entre os valores, conforme figura abaixo.

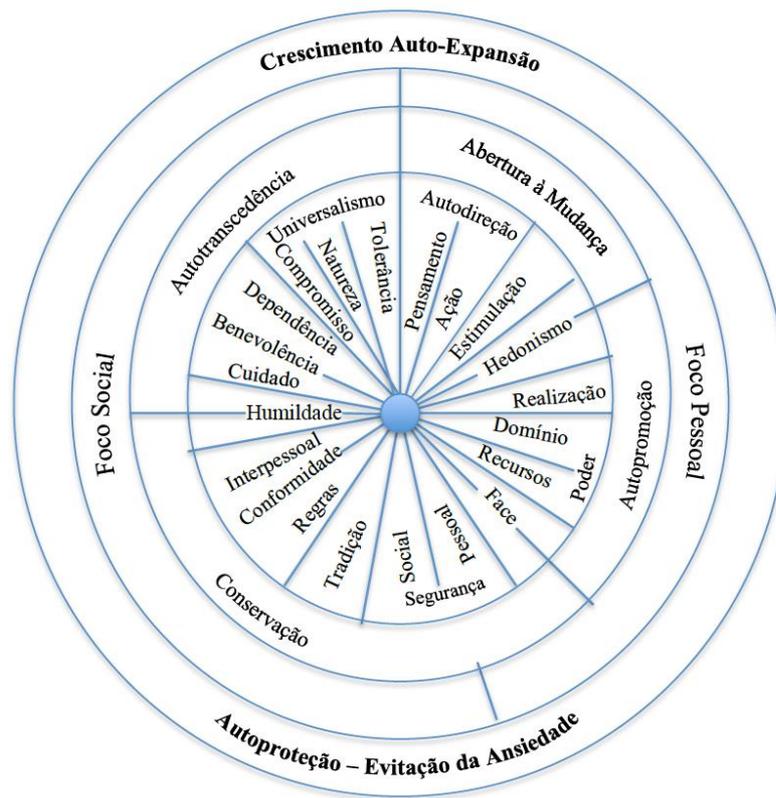


Figura 1. Estrutura circular dos valores. Adaptada de Schwartz et al. (2012).

Além destas relações, a estrutura circular dos Valores Humanos Básicos Refinada reflete outras diferenças entre os valores. A parte mais externa do círculo separa os valores entre aqueles que se destinam a evitação da ansiedade (parte inferior) e aqueles focados no crescimento e autoexpansão (parte superior). A segunda camada do círculo separa aqueles com foco social, daqueles com foco pessoal. A camada seguinte agrupa os tipos em categorias de ordem mais ampla, com duas dimensões bipolares de valores motivacionalmente incompatíveis. Por fim, na camada central, são apresentados os 19 tipos motivacionais que podem ser analisados individualmente ou agrupados nos 10 tipos motivacionais originais. O instrumento que contempla a teoria refinada foi testado em mais de 10 países. Torres, Schwartz e Nascimento (2016) evidenciaram a validade do instrumento e da teoria refinada também no Brasil.

A partir da validação da teoria de Schwartz e tendo como referência a própria definição de valores, que são crenças, são um constructo motivacional, são trans-situacionais e servem como padrões ou critérios na seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos; acredita-se que este constructo é chave para compreender melhor a relação entre indivíduos e participação política.

2.2.2. Os valores e a participação política

Estudos como os de Peffley e Hurwitz (1985) e Gundelach (1995), encontraram evidências da relação entre valores e atitudes políticas. Mas, segundo Feldman (2003), a maioria dos estudos não foi além de estabelecer correlações entre um determinado valor e a atitude, sem avançar muito na compreensão da relação entre valores e atitudes políticas. Entretanto, antes que se tente compreender qual seria a relação entre valores e atitudes políticas, é fundamental que fique clara a relação que existe entre valores e atitudes.

Segundo os principais teóricos de valores (e.g., Feather, 1982; Kahle, 1983; Rokeach, 1968, 1973), dois processos se destacam como centrais no desenvolvimento e aplicação das preferências relativas a valores humanos: abstração e generalização. Rokeach (1968) e Feather (1982) sugerem que quando um indivíduo tem uma experiência positiva ou negativa com um objeto, ele forma crenças avaliativas sobre a parte do objeto que acredita ser responsável por aquela experiência. O indivíduo então sumariza todas suas crenças avaliativas relacionadas ao objeto e forma atitudes gerais relativas àquele objeto, o indivíduo vai além e sumariza todas as suas atitudes em relação a todos os objetos percebidos como semelhantes, esse é o processo de abstração (Allen, 2000). Uma vez que as preferências relativas aos valores humanos estão formadas elas então podem ser generalizadas para novos objetos (Allen, 2000). Os valores humanos influenciam as atitudes e crenças avaliativas em relação a

novos objetos baseada na premissa de que o objeto irá reforçar os valores humanos da mesma forma que o objeto original reforçou (Rohan, 2000). Vecchione et. al. (2014) evidenciam que no contexto político isso não é diferente, as atitudes políticas do indivíduo também são formadas a partir de sua estrutura de valores e esta relação influencia diretamente em sua participação política.

Alguns estudos encontraram evidência da relação entre valores e atitudes no âmbito político. Estes estudos têm comprovado os efeitos consistentes dos valores sobre preferências políticas, ações políticas, políticos e partidos. Como exemplo de estudo sobre a influência dos valores nas preferências políticas, pode-se citar o trabalho de Feldman (1988), que estudou a influência de crenças fundamentais e valores sobre crenças e avaliações políticas. Outro exemplo de estudo que evidencia a influência dos valores nas preferências políticas é o trabalho de Zaller (1992), que argumenta que a opinião pública é fortemente influenciada pela exposição ao discurso da elite, e que as variações nas atitudes políticas, no nível individual, se devem a diferenças de receptividade a esse discurso e a concordância desse discurso com seus valores políticos. Em relação a ações políticas se destaca o trabalho de Gundelach (1995), que verifica a influência dos valores na redução da participação dos jovens em protestos políticos na Europa.

No entanto, a principal crítica a estes trabalhos é que focavam em um único valor ou em um conjunto limitado de valores, Zaller (1992), por exemplo, encontrou relação positiva entre a “consciência política” e opinião política, já Gundelach (1995) encontrou relação negativa entre a militância de base e a confiança em instituições públicas. Para Feldman (2003), resultados mais sistemáticos seriam encontrados se as atitudes políticas fossem relacionadas a todo um sistema de valores.

Barnea (2003) apresenta estudo que evidencia bem como a utilização de um sistema de valores pode acrescentar ao estudo das atitudes políticas. Verificou que os valores pessoais

se diferenciam entre partidários de diferentes partidos políticos em 14 países democráticos. Os valores específicos que diferenciaram os que apoiavam um partido ou outro dependia das questões em jogo entre os partidos daquele país. O mais interessante, no entanto, é que em todos os casos, os valores que se relacionavam a um, e outro partido, apareciam em lados opostos do círculo motivacional dos valores, o que corrobora a lógica de conflito e congruência entre os valores e acrescenta nova perspectiva para a análise do partidarismo naquele país. Assim também, na Hungria nos anos 90 a questão central de debate era entre a preservação da moralidade tradicional e de estilos de vida *versus* a rápida modernização e encontraram que os valores humanos básicos mais fortemente discriminados foram Tradição e Conformidade, Estimulação, Hedonismo e Auto-direção (Swain, 1992, em Schwartz, Caprara & Vecchione, 2010), valores que se opõem na estrutura circular proposta por Schwartz (1994). Da mesma forma, na Austrália, onde o debate se dava entre aqueles que defendiam o igualitarismo econômico e aqueles que defendiam a livre iniciativa, os valores humanos que mais se destacaram eram o de universalismo ou de poder (Hughes, 1998, em Schwartz et al., 2010). Cada um dos dez valores foi significativo para explicar a relação com o voto em pelo menos outros quatro países, o que demonstra a importância de considerar todo o sistema de valores humanos ao tentar compreender atitudes políticas (Feldman, 2003).

Um trabalho que merece destaque é o de Vecchione et al. (2014), que com amostra de 28 países de 4 continentes, verificou a relação entre os valores humanos básicos e o ativismo político. Para suas análises, dividiu o ativismo político em convencional e não convencional. Os resultados indicam que com valores se relacionam de forma mais intensa com as formas não convencionais do que com as convencionais, o que sugere que fatores motivacionais têm maior influência sobre o engajamento em formas não institucionalizadas participação política. Os autores acreditam que isso se deve ao caráter mais normativo das formas convencionais de ativismo, mais sujeitas a expectativas sociais.

Os dois tipos de ativismo apresentaram diferentes relações com os valores de poder e tradição. Como esperado, os valores de poder tendem a se correlacionar negativamente com o ativismo não convencional o que acredita estar associado ao fato de o ativismo geralmente estar direcionado a interesses coletivos, ou aos interesses de grupos minoritários e desfavorecidos. Engajar-se em tais atividades pode acarretar sacrificar recursos e interesses pessoais para o benefício dos outros, resultados rechaçados por aqueles orientados por poder.

Os valores de tradição não se mostraram relacionados ao ativismo convencional, mas se mostraram negativamente relacionado ao ativismo não convencional na maioria dos países. Estes valores indicam uma preferência por valorizar e manter as crenças, práticas, ideias e modos de comportamento promulgadas por instituições religiosas dentre outras. Como o ativismo político não convencional é muitas vezes dirigido contra as normas e práticas vigentes, e pretende alterá-las utilizando diferentes métodos disponíveis mostrou-se coerente a correlação negativa.

Este estudo evidencia a relação existente entre valores humanos básicos e a participação política, no entanto os resultados encontrados foram discretos. Um dos motivos que pode ter contribuído para isso foi o fato de terem usado uma lista reduzida de comportamentos subdivididos em dois fatores de participação (Schwartz et al., 2010). Os comportamentos investigados foram: Contatar um político ou oficial do governo, trabalhar em partido político, trabalhar em organização ou associação, usar botom ou símbolo de campanha, doar dinheiro para a organização política, assinar petição, participar de uma demonstração pública legal, boicote a determinados produtos, comprar produto por razão política/ética/ambiental e participar em atividades de protesto ilegais. Nota-se que os comportamentos elencados não incluem algumas formas de participação que destacamos como novas formas de participação bem como foca na distinção entre ações legais e ilegais, tipos de participação tradicionais e consumo politizado. Acredita-se que a divisão proposta

para este estudo seja mais adequada por elencar mais formas de participação além focar mais na forma e não na tipologia do comportamento na definição dos fatores.

Desta forma, e com referência nos estudos apresentados, mostra-se coerente supor que estudar a estrutura de valores revisada (Schwartz et al. 2012) pode contribuir para a compreensão de como o indivíduo organiza suas atitudes e quais mais impactam sobre sua decisão de participar politicamente, principalmente se analisadas dentro de um modelo que contempla outras variáveis que podem se associar aos valores em sua relação com a participação política. De forma direta, espera-se que, assim como no trabalho de de Vecchione et al. (2014) os tipos motivacionais relacionados à Autotranscendência se relacionarão positivamente com as formas de participação política e em maior intensidade com as formas não convencionais, por estarem associados a objetivos como a justiça social e preservação do meio ambiente. Da mesma forma, os tipos motivacionais associados à Abertura à mudanças estarão relacionados de forma positiva com as formas de participação política, pois estes valores enfatizam a autonomia pessoal e a liberdade de expressão para todas as pessoas, mesmo para aqueles que têm pontos de vista minoritários e valoriza hábitos e estilos de vida não convencionais. Os tipos motivacionais associados à autopromoção, como ocorreu no estudo de Vecchione et al. (2014) devem se relacionar de forma negativa com as formas de participação. Os valores relacionados à Conservação também se relacionarão de forma negativa com as formas de participação, principalmente as não tradicionais, por valorizarem a prevenção de riscos, a segurança pessoal, a aceitação de práticas tradicionais e a adesão a normas estabelecidas. Assim, estabelece-se as duas primeiras hipóteses do trabalho.

H1: Os tipos motivacionais associados à Autotranscendência e Abertura à Mudanças se relacionarão positivamente com as formas de participação política.

H2: Os tipos motivacionais associados à Conservação se relacionarão de forma negativa com as formas de participação.

No entanto, uma das principais conclusões do estudo de Vecchione et al. (2014) favorece a perspectiva proposta por este estudo, a percepção dos autores de que provavelmente variáveis adicionais contribuem ao influenciar o indivíduo a participar politicamente.

H3: As relações entre os tipos motivacionais e as formas de participação política serão mediadas pelos mecanismos avaliativos.

Assim como os valores humanos, outro fator interno e relativamente estável do indivíduo, que se acredita impactar na participação política, são os traços de personalidade.

2.3. Personalidade

Talvez personalidade seja o termo psicológico mais usado pelas pessoas, ainda que sua aplicação esteja, muitas vezes, baseada no senso comum. Ela é usada em diferentes contextos e com diversos significados, por vezes remete àquilo que é particular, próprio do indivíduo e o diferencia dos demais, em outras serve para enquadrá-lo ou categorizá-lo (eg. personalidade tímida, personalidade agressiva).

Além dos diversos significados atribuídos pelo senso comum, também os pesquisadores da área contribuem para essa variedade de significados. Devem existir mais de cinquenta acepções de personalidade e a intenção de encontrar aí uma unidade esbarra na dificuldade de elaborar a unidade da própria psicologia (Doron & Parot, 1998).

Lundin (1977), ao analisar a grande variedade de definições para personalidade, classifica-as em quatro tipos: *Omnibus*, Integrativa, Hierárquica e de Ajustamento. A classe “*Omnibus*” engloba definições como a de Watson, que considerava a personalidade como a soma total do comportamento de um indivíduo. Esta classe sofreu muitas críticas por ser considerada desordenada e sem princípios de organização. A classe “Integrativa” dá ênfase a

uma organização funcional, na qual a personalidade possui um princípio organizador ou função integradora. Essa função poderá ser um impulso básico, uma necessidade, ou simplesmente o fato de que o indivíduo, como ser coordenado, busca organizar seus comportamentos em vez de operar a partir de reflexos desconexos. A classe “Hierárquica”, que tem como principal expoente Sigmund Freud e a demarcação de funções. A classe “Ajustamento” considera a personalidade em termos do ajuste, de características e comportamentos, que permitem à pessoa viver melhor ou melhor lidar com seu ambiente.

Segundo Friedman e Schustack (2004) os estudos sobre personalidade tiveram origem com autores como Charcot e Freud, apesar de na teoria psicanalítica o termo personalidade não ser utilizado. Estes estudos se basearam mais na intuição e na observação de casos clínicos. Freud, por exemplo, a partir da observação em seus pacientes de pulsões sexuais recalçadas elaborou sua teoria sobre a psique humana. Eram abordagens mais dedutivas acerca da personalidade. A Gestalt, por sua vez, contribuiu para os estudos sobre personalidade ao ver o indivíduo em sua totalidade e ao considerar a unidade do comportamento, rechaçando o estudo fragmentado do comportamento e de suas causas.

A Psicologia Experimental, apesar de focar no comportamento modificável e não se interessar muito por características comportamentais e estruturas individuais estáveis, não negam a existência de determinantes do comportamento que não estejam no ambiente. A principal contribuição, no entanto, se dá pela importância dada ao método de investigação e ao rigor experimental. Na década de 30 os estudos sobre personalidade ganham corpo com os trabalhos de Murray e Allport. Allport, em 1937, publica o livro *Personality: A psychological interpretation*, que se torna um marco no estudo da personalidade. Allport afirmava que a psicologia deveria estudar o “homem real”, com as suas particularidades, tendo em consideração toda sua complexidade e não se contentar em vê-lo como um conjunto reduzido de variáveis. Afirmava que a cultura e a sociedade eram importantes, mas a influência do

contexto não deveria obscurecer o sistema interno e coerente que é a essência da personalidade (Allport, 1961).

Allport (1961) buscava analisar a personalidade humana a partir da identificação de princípios gerais de desenvolvimento, organização e expressão das características estáveis do sujeito, com ênfase em sua individualidade. A teoria de traços preconizava que os traços de personalidade era o que levava indivíduos a responderem de forma diferente a estímulos iguais ou de forma igual a estímulos diferentes. Assim, definia os traços de personalidade como sendo reais e existentes em todos os indivíduos, eles determinam ou provocam o comportamento frente a certos estímulos, estão inter-relacionados e podem se sobrepor, embora representem características diferentes, e variam em função do contexto (Schultz & Schultz, 2006). Segundo a teoria dos traços de personalidade eles podem assumir três funções importantes. A primeira é que eles podem ser utilizados para sintetizar, prever e explicar a conduta de uma pessoa. A segunda é que os traços permitem que previsões acerca do comportamento do indivíduo sejam feitas. A terceira é que sugere que os comportamentos são formados a partir de processo interno, não contextual.

Cattell, por sua vez definiu a personalidade como sendo o que define a ação de um indivíduo quando colocado em determinada situação (Cattell, 1965). Para ele os traços de personalidade são como uma estrutura mental que pode ser inferida a partir do comportamento observado para explicar a regularidade ou a consistência neste comportamento. Acredita que o traço de personalidade é uma tendência de reação relativamente permanente e ampla (Cattell, 1965). Provavelmente a maior contribuição de Cattell tenha sido o esforço empreendido para identificar os traços de personalidade a partir de método estatístico (análise fatorial). Considerava fundamental o conhecimento dos traços de personalidade do sujeito como ferramenta para predizer seu comportamento em determinada situação. Em seu esforço para identificar os traços de personalidade encontrou 16

tipos diferentes de traços: “expansivo-reservado”, “mais-menos inteligente”, “estável-sentimental”, “assertivo-humilde”, “despreocupado-moderado”, “consciosos-evasivo”, “ousado-tímido”, “compassivo-determinado”, “desconfiado-confiante”, “imaginativo-prático”, “astuto-franco”, “apreensivo-plácido”, “inovador-conservador”, “auto-suficiente-dependente do grupo”, “controlado-descontraído” e “tenso-calmo”.

Outro teórico que contribuiu para o avanço na identificação dos traços de personalidade foi Eysenck e Eysenck (1983). Ele concordava com Cattell sobre a centralidade dos traços, mas diferiu deste em seu método, ao aplicar além da análise fatorial, testes de personalidade e estudos experimentais. Seus trabalhos sugerem inicialmente apenas duas dimensões de personalidade, “introversão-extroversão” e “neuroticismo”. Posteriormente viria a incluir uma terceira dimensão que chamou de “psicoticismo”. Tanto o trabalho de Cattell como o de Eysenck e Eysenck sofreram críticas, por terem muitos ou poucos fatores, pelo método utilizado na identificação dos fatores ou pelos resultados obtidos com os modelos. No entanto, estes, além dos trabalhos de outros autores como Allport, formaram a base para os estudos atuais de traços de personalidade, como o modelo dos cinco grandes fatores, que será utilizado nesse trabalho e é apresentado a seguir.

2.3.1. O modelo dos cinco fatores de personalidade

O modelo dos cinco fatores é a abordagem dominante na atualidade para representar a estrutura de traços do homem. É considerado a base para uma representação adequada da estrutura da personalidade (Pervin & John, 2004). Segundo Costa e McCrae (1992), a justificação de que os cinco grandes fatores representam dimensões básicas da personalidade é embasada em quatro linhas de raciocínio e evidência empírica. A primeira é que estudos longitudinais e de observação cruzada demonstram que os cinco fatores são disposições

duradouras e que se manifestam em comportamentos. A segunda é que os traços relacionados a cada fator estão alicerçados em diversas teorias de personalidade. A terceira é que os fatores são constantes em diferentes etapas da vida, em diferentes sexos, raças e nacionalidades. E a quarta é que evidências de hereditariedade sugerem que os fatores possuem base biológica.

O modelo dos Cinco Grandes Fatores teve origem em vastas análises acerca de adjetivos usados para descrever a personalidade. As etapas que deram origem ao modelo dos Cinco Grandes Fatores de personalidade são apresentadas por John e Srivastava (1999). Citam inicialmente trabalhos, que tiveram como base a abordagem léxica, ao identificar no dicionário termos relevantes que se mostravam associados à personalidade. Para estes autores a maioria das características da personalidade socialmente relevantes e salientes foram codificadas pela linguagem natural. Reuniram então 18 mil termos que poderiam estar relacionados ao comportamento de dois indivíduos. Diversas análises e estudos foram então realizados a fim de reduzir esta lista. Estes estudos culminaram no trabalho de Costa e McCrae (1985) que identificaram os chamados cinco grandes fatores.

O modelo propõe que cinco fatores básicos descrevem a maior parte dos traços de personalidade: neuroticismo, abertura à experiência, extroversão, conscienciosidade e amabilidade. A seguir será apresentada a definição dos cinco fatores como apresentado por Andrade (2008), e que será utilizada como referência para este estudo.

O Neuroticismo (*Neuroticism*): Indivíduos neuróticos são geralmente nervosos, altamente sensíveis, tensos e preocupados. Por outro lado, indivíduos emocionalmente estáveis são calmos e satisfeitos (Friedman & Schustack, 2004; McCrae, 2006). Segundo Benet-Martinez e John (1998), o traço “Neuroticismo” contrasta estabilidade emocional com afetos negativos, incluindo ansiedade, tristeza, irritabilidade e tensão nervosa. Como assinala McCrae (2006), os indivíduos com alta pontuação no fator “Neuroticismo” tendem a experimentar com maior frequência irritação, melancolia e vergonha. Eles possuem crenças

de que devem fazer tudo corretamente e possuem baixo controle de seus impulsos, pois a frustração de seus desejos os perturba muito.

Abertura à mudanças (*Openness to Experience, Intellect*): Indivíduos com alta pontuação nessa dimensão, geralmente são francos, imaginativos, espirituosos, originais e artísticos. Por outro lado, indivíduos com baixa pontuação nessa dimensão são superficiais, comuns ou simples (Friedman & Schustack, 2004). O fator também descreve a complexidade, abertura e profundidade da mente humana (Benet-Martinez & John, 1998).

Extroversão (*Extraversion*): indivíduos extrovertidos tendem a serem ativos, entusiasmados, dominantes, sociáveis e eloquentes ou falantes. Por outro lado, indivíduos introvertidos tendem a ser retraídos, submissos e quietos (Friedman & Schustack, 2004). Os extrovertidos buscam agitação e têm características alegres, enquanto os introvertidos são sérios, inibidos e demonstram certa necessidade de solidão (McCrae, 2006). Os introvertidos não são necessariamente tímidos, podendo até ter boas habilidades sociais. Muitas vezes, os introvertidos simplesmente preferem evitar a companhia de outras pessoas.

Conscienciosidade (*Conscientiousness*): neste fator é característico o controle de impulsos, bem como comportamentos direcionados a um objetivo específico, que podem facilitar a execução de obrigações e deveres (Benet-Martinez & John, 1998). Indivíduos conscienciosos são geralmente cautelosos, dignos de confiança, organizados e responsáveis. Por outro lado, indivíduos com baixos escores nessa dimensão tendem a ser descuidados, desordenados e pouco confiáveis (Friedman & Schustack, 2004)

Amabilidade (*Agreeableness*): também chamada “agradabilidade” ou “sociabilidade”. Indivíduos com altos escores neste fator são agradáveis, amáveis, cooperativos e afetuosos. Indivíduos com baixo escore nesse fator podem ser frios e indelicados (Friedman & Schustack, 2004). Este fator é caracterizado por orientação em relação aos outros, inclui traços como altruísmo, confiança e modéstia (Benet-Martinez & John, 1998).

Pervin e John (2004) apresentam quadro que sintetiza os cinco fatores.

Tabela 2

Os cinco grandes fatores de traços e escalas ilustrativas.

Características do indivíduo que apresenta um resultado alto	Escala de traços	Características do indivíduo que apresenta um resultado baixo
Preocupado, nervoso, emotivo, inseguro, inadequado, hipocondríaco	NEUROTICISMO (N) Avalia ajustamento <i>versus</i> instabilidade emocional. Identifica indivíduos propensos a perturbações.	Calmo, descontraído, não emotivo, forte, seguro, auto-satisfeito.
Sociável, ativo, falante, orientado para as pessoas, otimista, divertido, afetuoso.	EXTROVERSÃO (E) Avalia a quantidade e intensidade de interações interpessoais; nível de atividade; necessidade de estimulação; e capacidade de se alegrar.	Reservado, sóbrio, contraído, indiferente, orientado para tarefas, desinteressado, quieto.
Curioso, interesses amplos, criativo, original, imaginativo, não-tradicional.	ABERTURA (O) Avalia a atividade proativa e a apreciação da experiência por si só; tolerância e exploração do que não é familiar.	Convencional, sensato, interesses limitados, não-artístico, não-analítico.
Generoso, bondoso, confiante, prestativo, clemente, crédulo, honesto.	AMABILIDADE (A) Avalia a qualidade da orientação interpessoal do indivíduo ao longo de um contínuo da compaixão ao antagonismo em pensamentos, sentimentos e ações.	Cínico, rude, desconfiado, não-cooperador, vingativo, inescrupuloso, irritável, manipulador.
Organizado, confiável, trabalhador, autodisciplinado, pontual, escrupuloso, asseado, ambicioso, perseverante.	CONSCIENCIOSIDADE (C) Avalia o grau de organização, persistência e motivação do indivíduo no comportamento dirigido para os objetivos. Compara pessoas confiáveis e obstinadas com aquelas que são apáticas e descuidadas.	Sem objetivos, não-confiável, preguiçoso, descuidado, negligente, relaxado, fraco, hedonístico.

Fonte: Pervin e John (2004, p. 213).

O modelo dos cinco grandes fatores não é consenso entre os que estudam traços de personalidade e outros modelos são vistos com frequência em artigos de revistas especializadas. O desenvolvimento de taxonomias da personalidade como o Big Five também

permitiu a construção de diversos instrumentos robustos, como o NEO-PI-R (Costa & McCrae, 1992). A maior parte destes instrumentos foram desenvolvidos a partir de perspectiva ETIC, em que se procura a construção de um modelo que seja replicável em outras culturas. No entanto, como evidenciado por De Raad, Perugini, Hrebickova e Szarota (1998), a utilização destes instrumentos em países coletivistas podem trazer alguns problemas, como a não identificação de um dos fatores.

2.3.2. Personalidade e participação política

Um dos principais axiomas da psicologia política é que as estruturas e ações políticas são moldadas e orientadas pela personalidade das pessoas, ou seja, por seu padrão individual de integração da percepção, memória, julgamento, metas e expressão emocional. No entanto, o amplo reconhecimento de uma provável relação entre personalidade e comportamento político não levou a um grande número de estudos e pesquisas.

Mondak e Halperin (2008) afirmam que apesar de a literatura estar cheia de alegações sobre como a personalidade se relaciona ao contexto político, os cientistas políticos conseguiram apenas apresentar poucas evidências que comprovassem essa relação. Para eles, isso ocorreu pois quando o constructo personalidade foi incorporado aos estudos empíricos, os pesquisadores sempre focaram apenas em parte deste constructo com a utilização de um ou outro atributo. Faltava um modelo funcional para o estudo dos traços de personalidade, além de dados que permitissem testar hipóteses que emergissem deste modelo. Com o avanço nos estudos sobre personalidade nas últimas décadas, com novos modelos psicométricos, uma nova perspectiva se abriu para o estudo da relação entre personalidade e participação política.

Para Mondak e Halperin (2008), a relação entre personalidade e comportamento político deve ocorrer de duas formas. Primeiro, a variância na personalidade deve

corresponder diretamente a uma variância no comportamento político. Assim como o comportamento de votar, a aquisição de informação e o pertencimento a um grupo, variam em função de características de nível individual como educação, idade e intensidade da identificação partidária, se espera que as atitudes e o comportamento político variem sistematicamente em função de diferenças na personalidade. Segundo, variância na personalidade pode produzir efeitos indiretos, ou situacionais, no comportamento político. Por exemplo, a formação de opiniões políticas pode não ser afetada pela personalidade em contextos de alto grau de informação, já em contextos com baixo nível de informação a personalidade pode ter um impacto maior.

O estudo de Mondak e Halperin (2008) verifica a relação positiva entre Abertura à Mudança e algumas formas de participação política não direta. Verificam ainda a relação positiva de Extroversão com todas formas de participação política investigadas. Encontram relação negativa entre Amabilidade, Conscienciosidade e Neuroticismo e alguns comportamentos políticos. Estes resultados parecem coerentes uma vez que pessoas altamente conscienciosas são respeitosas, ambiciosas, trabalhadoras e disciplinadas assim estariam negativamente associadas a participação política ou mais associadas a formas tradicionais de participação. Já pessoas extrovertidas são pessoas que preferem a interação social e atividades, portanto, espera-se que essas pessoas tenham redes sociais maiores e, portanto, estejam mais propensas a participar politicamente. Parece coerente que pessoas com maior Amabilidade, que são pessoas ansiosas para cooperar se relacionem positivamente com participação política, no entanto, como discutido por Mondak e Halperin (2008), a participação política está associada a discordâncias que podem não se alinhar a outras formas de ações coletivas, o que pode afastar pessoas com alta Amabilidade. Já os com maior Abertura, acredita-se que estarão positivamente associados às formas de participação política, principalmente as não convencionais, pela facilidade em lidar com o novo e inesperado.

Neuroticismo acredita-se irá se relacionar de forma negativa com as formas de participação, principalmente as não convencionais, por não lidar bem com situações de insegurança. Assim, com base no estudo de Mondak e Halperin (2008), estabelece-se outras duas hipóteses:

H4: Abertura à Mudanças e Extroversão se relacionarão positivamente com participação política.

H5: Amabilidade, Neuroticismo e Conscienciosidade se relacionarão negativamente com participação política.

Em paralelo ao discutido por Vecchione et al. (2014) ao tratar da relação entre valores e participação, espera-se que a relação entre os traços de personalidade e a participação política também seja mediada pelos mecanismos avaliativos.

H6: A relação entre os traços de personalidade e a participação política será mediada pelos mecanismos avaliativos.

A seguir serão apresentados outros fatores internos, menos estáveis e de ordem mais atitudinal, que se acredita que impactam também sobre a participação política do indivíduo e compõem o modelo que se pretende testar neste estudo.

2.4. Eficácia Interna e Externa

Como visto, a democracia evoluiu muito nas últimas décadas. A construção de um sistema em que cada um dos indivíduos é convocado a participar (votar), escolher seus representantes e com isso influenciar, mesmo que indiretamente, na política, é a base do processo democrático.

No entanto, a efetividade desse sistema é muitas vezes questionada, seja pela vulnerabilidade do processo às falhas e desvios, como a manipulação de eleitores, compra de votos e outros, seja pela ineficácia e deficiência das instituições públicas das quais estes

representantes farão parte diretamente ou a partir de indicações, casos de favorecimento de pessoas ou grupos e casos de corrupção são exemplos disso.

Ao se ter em vista este contexto e a análise que o sujeito faz da importância de sua participação, acredita-se que os indivíduos que se percebem como atores importantes no contexto político, que acreditam que suas ações neste campo surtem efeito, tendem a participar mais desse processo em comparação com aqueles que não acreditam que suas ações tragam algum resultado. Da mesma forma, aqueles que acreditam que os políticos ou as instituições políticas são sensíveis às demandas da população também tendem a participar mais em comparação com aqueles que não acreditam. Assim, ao analisar os fatores no nível do indivíduo que impactam na participação política, mostra-se coerente destacar a importância da percepção de eficácia do indivíduo.

Campbell, Gurin e Miller (1954) acreditam que a eficácia política é a percepção de que as ações políticas do indivíduo têm, ou podem ter, impacto sobre o processo político, especificamente, que vale a pena o indivíduo exercer seu papel civil. Esta definição que focava essencialmente em uma dimensão, a percepção do indivíduo sobre a sua influência no sistema político, foi, na década de 1970, substituída por uma mais precisa, composta por duas dimensões. A primeira dimensão, eficácia política interna, representa a percepção do indivíduo acerca de seu poder ou habilidade para participar do contexto político. A segunda dimensão, eficácia política externa, apresenta um novo componente, mais responsivo, que representa o quanto o indivíduo percebe os políticos, ou o sistema político, como sensível às demandas individuais (McPherson, Miller, Welch & Clark, 1977).

Assim, enquanto eficácia interna foca no grau de influência que as pessoas percebem que podem exercer, em função de suas próprias capacidades, a eficácia externa foca no grau de influência que as pessoas percebem que podem exercer, em função do funcionamento atual do sistema político (Caprara, Vecchione, Capanna & Mebane, 2009).

Segundo Caprara et al (2009), uma série de estudos mostraram que a eficácia política interna tem papel importante em promover formas tradicionais e não tradicionais de participação política (Abramson & Aldrich, 1982; Finkel, 1985; Madsen, 1987; Milbrath & Goel, 1977; Morrell, 2003; Pollock, 1983). Pois, a não ser que a pessoa acredite que pode produzir o resultado desejado, pouca iniciativa terá para enfrentar tarefas desafiadoras, perseguir metas ambiciosas e para perseverar frente a dificuldades (Caprara, Vecchione, Capanna & Mebane, 2009). Outros estudos evidenciaram que eficácia política interna se correlaciona com competência percebida e diversos indicadores de engajamento civil (Zimmerman, 1989) e interesse por política (Craig & Maggiotto, 1982; Morrell, 2003). Eficácia política externa, por sua vez, foi associada a confiança geral no funcionamento do sistema político e das instituições (Niemi, Craig & Mattei, 1991).

Segundo Schulz (2005), a estabilidade da eficácia política tem sido questionada e investigada e resultados diferentes têm sido encontrados. Enquanto alguns autores alegam que tanto a eficácia interna como a externa são relativamente estáveis ao longo do tempo (e.g. Abramson, 1983), outros evidenciam que a eficácia interna é menos volátil que a eficácia externa (Acock & Clarke, 1990; Gurin & Brim, 1984).

Acredita-se que a eficácia interna é menos influenciada por fatores contextuais do que a eficácia externa, isso pois a confiança na habilidade pessoal de exercer influência no contexto político é menos volátil do que a confiança na resposta do sistema político (Finkel, 1985).

A dimensão interna da eficácia política pode ser vista como relacionada a noção mais geral de auto-eficácia: a percepção do indivíduo de suas capacidades de organizar e executar ações importantes para alcançar determinados tipos de performances tem influência nas escolhas do indivíduo, seus esforços, perseverança e emoções relacionadas à tarefa. Este conceito de auto-eficácia constitui um importante elemento da teoria social cognitiva de

Bandura sobre o processo de aprendizagem, em que o aprendiz direciona sua própria aprendizagem (Bandura, 1993).

Bandura (1993) evidencia que a crença de controle percebida pelo indivíduo varia em função de domínios, atividades e circunstâncias. Acredita que no caso da eficácia política, a crença de controle do indivíduo está associada a experiências pessoais ou a percepção sobre a experiência de outros com relação à participação política. Ao analisar a percepção de auto-eficácia, evidencia que a avaliação sobre a própria habilidade para agir está relacionada a expectativas sobre os resultados destas ações, mas elas não são equivalentes. Assim, apesar de uma alta auto-eficácia, se o indivíduo acredita que suas ações terão pouco efeito, ele tende a não agir. Distinção que se coaduna com a ideia de auto-eficácia interna e externa.

Apesar da alta correlação entre auto-eficácia e eficácia política, a eficácia política é um determinante direto e proximal da participação enquanto a auto-eficácia é amplo e distal. O conceito de auto-eficácia é mais estreitamente relacionado à auto-estima, enquanto que a eficácia política é conceitualmente e operacionalmente mais relacionada à política e ao processo político.

Acredita-se assim, que tanto a eficácia interna como a externa estão relacionadas a decisão do indivíduo de participar ou não politicamente e por isso estes fatores serão considerados no modelo que será investigado. Assim, estabelece-se outras duas hipóteses:

H7: Eficácia Interna se relacionará positivamente com as formas de participação política.

H8: Eficácia Externa se relacionará positivamente com as formas de participação política.

Outro fator a ser considerado são as predisposições políticas, que serão apresentadas a seguir.

2.5. Predisposições Políticas e Partidarismo

Segundo Sears e Funk (1999), um modelo comum sobre comportamento político preconiza que algumas atitudes se tornam tão altamente cristalizadas que servem como “predisposições” para respostas a novos objetos atitudinais. As predisposições políticas seriam, assim, atitudes políticas que ao longo do tempo se consolidaram para o indivíduo e servem de parâmetro para avaliar e decidir como se posicionar frente ao contexto político. É comum vermos análises políticas que se utilizam de termos que se referem às predisposições políticas, como liberal-conservador ou esquerda-direita. Esse modelo predisposicional genérico foi muito utilizado em estudos sobre voto (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960), socialização política (Hyman 1959; Sears, 1975), gerações políticas (Jennings & Niemi, 1981) e alinhamento partidário (Beck, 1974), dentre outros estudos políticos.

Apesar de se reconhecer que diversas variáveis podem se enquadrar no que chamamos de predisposições políticas, seguindo o estudo de Sears e Funk (1999), neste trabalho optou-se por focar em duas predisposições consideradas mais estáveis a longo prazo, identificação partidária e ideologia.

Os estudos sobre identificação partidária têm origem no trabalho de Campbell et al. (1960) *The American Voter*. Neste estudo, os autores definem identificação partidária como “a orientação afetiva de um indivíduo a um importante grupo ou objeto em seu ambiente”. Para eles nenhum outro dado era capaz de melhor dizer das atitudes e comportamentos dos eleitores do que o posicionamento deste indivíduo em uma dimensão de identificação psicológica entre os dois grandes partidos (estadunidenses). A partir deste estudo o conceito de identificação partidária passou a ser visto como uma das principais variáveis nos estudos sobre voto e foi elemento central de revisão da teoria democrática (Shively, 1980).

Apesar de esse estudo ter sido referência para muitos estudos que, na década de 1960 e 1970, investigavam comportamentos políticos como o voto, a queda na identificação política verificada no início da década de 1970, promoveu grande debate acerca deste constructo e de sua medida (Holmberg, 2007).

Uma das principais críticas feitas, principalmente na Europa, é que o modelo de identificação partidária poderia não ser apropriado em países com estrutura política multipartidária. No entanto, alguns estudos evidenciam que mesmo nestes países a variável identificação partidária apresenta resultados significativos (LeDuc, 1981; Holmberg, 1994).

No Brasil, Paiva e Tarouco (2011) apresentam estudo a respeito das preferências dos eleitores brasileiros e evidenciam que as indicadas preferências dos indivíduos por determinado partido não se relacionam com o voto destes. De forma similar, Samuels (2008) em seu estudo sobre a evolução do Petismo, indica que apenas as pessoas identificadas com o Partido dos Trabalhadores, parecem de fato manter íntima relação partidária. No entanto, apesar de no Brasil termos também uma estrutura política multipartidária e resultados que questionam a importância da identificação partidária, como esta variável será analisada em conjunto com outras, dentro de um modelo, optou-se por manter a medida de identificação partidária como forma de avaliar e ampliar o debate sobre o tema.

Quanto às predisposições políticas, a principal medida utilizada desde os estudos de Downs (1957) também é unidimensional para cada fator (esquerda/direita, liberal/conservador). Apesar de se reconhecer não ser totalmente realista, uma vez que tanto indivíduos como partidos podem ser mais à esquerda em determinado tema e mais à direita em outro, mais conservador em determinado assunto e mais liberal em outro, estas medidas se mostraram bastante útil por representar uma orientação geral em relação a líderes políticos, ideologias e partidos, o que facilita a comparação em diferentes momentos e lugares (Inglehart e Sidjanski, 1976). Para estes autores, estes constructos simplificaram uma

realidade complexa e geraram um conjunto de parâmetros fáceis de usar e que facilitam a escolha do indivíduo.

E isso parece não se aplicar apenas aos Estados Unidos, Dalton (2006) apresenta uma análise baseada em dados do World Values Survey que indica que na maior parte dos países que participaram, principalmente nas democracias modernas, os indivíduos se posicionam na escala entre esquerda e direita.

Apesar de a identificação partidária e a predisposições políticas, da forma como são estudadas, serem consideradas por alguns autores uma forma simplista de ver as atitudes dos indivíduos, como é o caso de Schwartz (2011), mesmo que sejam apenas sínteses ou atalhos cognitivos utilizados pelo indivíduo para lidar com questões políticas, acredita-se que estes constructos podem ser importantes para o modelo que é proposto neste estudo.

Isto porque, apesar de se reconhecer que o indivíduo forme estas predisposições a partir da identificação com determinado grupo ou pensamento político, em função do contexto em que está inserido e de sua identidade social, acredita-se que isto também ocorra em função de fatores internos como valores e traços de personalidade e que esta relação pode impactar sobre sua participação política. Assim, são definidas outras duas hipóteses:

H9: As predisposições políticas se relacionarão com as formas de participação política.

H10: O Partidarismo se relacionará positivamente com as formas de participação política.

2.6. Interesse por Política

É comum atribuir-se ao baixo interesse da população geral a escolha equivocada de representantes e alguns resultados políticos negativos. Polsby (1980) apresenta em seu

trabalho um argumento muitas vezes utilizado, de que se a população soubesse o que os analistas sabem, escolheriam seus representantes de forma diferente. Este autor acredita que o diferencia a população em geral daqueles que analisam de forma mais específica a política é o interesse por política e o conhecimento gerado por esse interesse.

De uma forma ou de outra, em algum momento de sua vida o indivíduo se verá envolvido ou terá interesse em algum assunto político. Por lhe ser próximo o assunto, por impactar diretamente em sua vida ou na daqueles que lhe são próximos. Como dito anteriormente, o indivíduo que vive em sociedade é um ser político. No entanto, acredita-se que alguns indivíduos se interessam mais ou de forma mais estável ao longo da vida por assuntos políticos.

Em seu trabalho *On the origins of political interest*, Shani (2009) evidencia que fatos políticos marcantes, o ambiente social e cognitivo imediato criado pela família, pela escola e outros grupos impactam sobre o interesse por política desde a infância e isso impacta no interesse, conhecimento e participação política na vida adulta. A autora ressalta, ainda, que todo este processo é dependente de características do indivíduo, como traços de personalidade e valores.

Muitos estudos têm evidenciado que indivíduos que apresentam maior interesse por política tendem mais a buscar e adquirir informações políticas, ter opinião sobre gama maior de assuntos, a votar e a participar politicamente do que aqueles mais desinteressados (e.g. Lazarsfeld et al. 1948; Milbrath & Goel 1977; Luskin 1990; Verba et al. 1995; Delli Carpini & Keeter 1996).

Para autores como Niemi e Junn (1998) e Verba et al. (1995) a relação entre o interesse por política e a participação se deve ao fato de o conhecimento e a informação sobre o sistema político e seus atores, alcançados pelo interesse do cidadão, proporcionarem ao indivíduo um comportamento político mais consistente, coerente e reforçador.

Assim, o impacto do interesse por política se dá, para esses autores, na busca por mais informação. No entanto, Luskin (1990) enfatiza que se um indivíduo é exposto à informação política, mas sem ter interesse por política, pouco efeito esta informação terá no seu comportamento.

Alguns autores como Verba, Schlozman e Brady (1995), chegam a afirmar, em seu trabalho sobre a participação política de estadunidenses, que o interesse por política é o principal determinante da participação política, comparado a fatores como partidarismo, eficácia, informação e renda.

No entanto, apesar das evidências que apontam para a relação entre interesse por política e participação política, poucos estudos investigaram como fatores internos do indivíduo impactam sobre esse interesse, o que se acredita ser importante para compreender como se dá e de que ordem é o impacto do interesse sobre a participação. Acredita-se que tanto os valores humanos básicos como os fatores de personalidade podem auxiliar na compreensão de como o interesse se estabelece. Por isso, interesse por política é outro fator que será incluso no modelo que se pretende investigar. Com isso é definida outra hipótese deste estudo:

H11: O Interesse por Política se relacionará positivamente com as formas de participação política.

A seguir veremos como os determinantes internos apresentados até agora se relacionam, como se diferenciam e como podem, em conjunto, contribuir para a compreensão do que leva alguém a participar politicamente.

2.7. Relações entre as variáveis antecedentes

Como apresentado anteriormente, estes antecedentes da participação política podem ser divididos em dois níveis, o primeiro com estruturas trans-situacionais e relativamente estáveis do indivíduo, os valores e os fatores de personalidade, e o segundo composto por mecanismos atitudinais, avaliativos ou comparativos, que são utilizados pelo indivíduo para decidir como se posicionar no contexto político: percepção de eficácia interna e externa, predisposições políticas e interesse por política.

Antes de tratar das relações entre as variáveis antecedentes que serão utilizadas neste estudo, é importante ressaltar que os valores humanos básicos e os fatores de personalidade são constructos que se mostram próximos, mas se diferem em alguns aspectos. O primeiro deles é que enquanto os valores se relacionam diretamente ao conteúdo das metas do indivíduo, os fatores de personalidade se relacionam a forma como o indivíduo busca alcançar estas metas. Como apresentado pela teoria de Schwartz (1994), os valores são conflitivos, ou seja, enquanto uns valores são priorizados, outros (opostos no diagrama) são preteridos, já os traços de personalidade não conflitam entre si. Enquanto os traços de personalidade são disposições relativamente inatas (Olver & Mooradian, 2003), os valores são aprendidos e refletem a adaptação da necessidade de um indivíduo ao que é considerado aceitável em uma sociedade (Rokeach, 1972).

Apesar destas diferenças, Parks e Guay (2009) ressaltam que os dois constructos também possuem muitas semelhanças e impactam conjuntamente na motivação do indivíduo. Por esse motivo se acredita que incluir os dois constructos neste estudo pode ampliar a compreensão do que leva o indivíduo a participar politicamente, ao diferenciar o impacto de um e outro constructo sobre a participação e ao investigar o impacto conjunto destes constructos.

Assim como existe uma relação entre os valores humanos básicos e os traços de personalidade do indivíduo, que se acredita impactar sobre a participação política, cada um destes constructos também possui relação com as demais variáveis antecedentes: eficácia interna e externa, predisposições políticas e interesse por política. Eficácia política é entendida como a percepção de competência e confiança no contexto político. Easton e Dennis (1967) estudaram a eficácia em crianças e descobriram que essas percepções são na realidade antecedente para a compreensão ou o conhecimento sobre política. Eles descobriram que as percepções de eficácia podem se manifestar em crianças ainda muito novas, antes mesmo do conhecimento político, da educação, ou mesmo da experiência. Este estudo sugere determinantes psicológicos mais arraigados para a eficácia. Uma possível explicação para os determinantes da eficácia poderia ser encontrado na personalidade e nos valores do indivíduo.

Schwartz (2014), ao estudar o ativismo político, identifica a relação entre alguns tipos motivacionais e eficácia, e que esta interação prediz significativamente o ativismo político. Quanto mais eficaz a pessoa se sente, mais as suas motivações baseadas em valores a levam a agir.

Gallego e Oberski (2012) ao estudar a relação entre personalidade e participação evidenciaram que alguns traços de personalidade afetam a percepção de eficácia. Estes resultados estão alinhados com o de outros estudos similares que também encontraram efeito da personalidade sobre a eficácia (Vecchione & Caprara 2009; Mondak & Halperin 2008).

As predisposições políticas, por sua vez, são sínteses cognitivas construídas pelo indivíduo sobre o ambiente político e representam suas preferências. Por representar preferências pessoais, acredita-se que estas predisposições sejam influenciadas pelo contexto social em que o indivíduo está inserido, mas também guardem relação com os valores e os traços de personalidade do indivíduo.

Os valores são crenças que orientam os indivíduos em função de metas desejadas e servem como padrões ou critérios na seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos, assim, Feldman (1988) defende que é com base nos valores que os indivíduos constroem suas preferências políticas. Estudos como o de Goren (2005) se alinham à ideia de que existe uma relação entre valores e predisposições políticas, mas não encontram evidências da relação de causa e efeito defendida por Feldman.

Quanto à personalidade, alguns autores, como Ie (2003), acreditam que a personalidade tem relação com as predisposições políticas do indivíduo. Em seu estudo, este autor encontra efeitos significativos de traços de personalidade em ideologias de direita e esquerda. No entanto, Verhulst, Eaves e Hatemi (2012) defende que a relação entre os traços de personalidade e as predisposições políticas é de correlação e não de causalidade.

Em seu trabalho sobre as origens do interesse por política, Shani (2009), surpreende ao verificar que o ambiente familiar doméstico tem apenas um efeito modesto no interesse por política. Percebe, então, que fatores como os recursos cognitivos e culturais, o sistema de crenças e os traços de personalidade da criança contribuem muito mais para explicar o interesse por política.

Apesar de poucos estudos terem focado na relação entre os valores, os traços de personalidade e o interesse por política, acredita-se que tanto o primeiro como o segundo possuem relação com esse interesse. Os valores se relacionam diretamente ao conteúdo das metas do indivíduo, e acredita-se que o interesse se dá a partir da proximidade de determinado assunto com essas metas. De forma similar, os traços de personalidade dizem de como os indivíduos buscam alcançar estas metas e por isso também possuem próxima relação com o interesse.

Conforme apresentado, verifica-se que as variáveis antecedentes deste estudo possuem diversas relações entre si, mas a literatura não é clara quanto à ordem destas relações.

Acredita-se que o modelo que será apresentado neste estudo pode contribuir para ampliar a compreensão destas relações bem como ampliar a compreensão de como elas interagem ao influenciar a participação política.

2.8. O modelo proposto para este estudo

A participação política possui inúmeros antecedentes e não se pretende neste estudo esgotar toda a sua variedade. Frente aos antecedentes mais explorados pela literatura, e ao que foi apresentado até este ponto, propõe-se como objetivo geral deste estudo estudar a relação entre estas variáveis a partir da construção de um modelo que posicione em níveis diferentes o que se acredita serem os antecedentes mais estáveis da participação política e aqueles que são mais atitudinais, avaliativos ou comparativos, e que são utilizados de maneira mais direta pelo indivíduo para decidir como se posicionar no contexto político. Desta forma teríamos no primeiro nível as variáveis antecedentes “valores humanos básicos” e “traços de personalidade”, e no segundo nível as variáveis antecedentes “eficácia interna e externa”, “predisposições políticas” e “interesse por política”.

É importante que se note, como dito anteriormente, que não se está afirmando que as variáveis do primeiro nível possuam com as de segundo nível uma relação de causalidade, mas sim, que estas precedem as demais em sua estruturação, em seu tempo, indicando uma mediação. Desta forma, ao posicionamos as variáveis antecedentes e a variável critério em um diagrama, teríamos a seguinte estrutura.



Figura 2. Relações hipotetizadas entre as variáveis do estudo.

O teste das relações entre as variáveis será conduzido conforme os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar a relação entre valores humanos básicos e as variáveis Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política.
2. Verificar se preferência dada a determinado tipo motivacional se relaciona a maior valorização da Eficácia Interna ou Externa.
3. Verificar se preferência dada a determinado tipo motivacional se relaciona a alguma predisposição política específica.
4. Verificar se preferência dada a determinado tipo motivacional se relaciona a maior ou menor interesse por política.
5. Verificar a relação entre os traços de personalidade e as variáveis Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política.
6. Verificar se algum dos fatores de personalidade se relaciona a maior valorização da Eficácia Interna ou Externa.
7. Verificar se algum dos fatores de personalidade se relaciona a alguma predisposição política específica.

8. Verificar se algum dos fatores de personalidade se relaciona a maior ou menor interesse por política.
9. Verificar a relação direta entre cada uma das variáveis antecedentes e as formas de participação política.
10. Verificar se a relação entre os valores humanos básicos e as formas de participação política é mediada pelas variáveis Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política.
11. Verificar se a relação entre os traços de personalidade e as formas de participação política é mediada pelas variáveis Eficácia Interna e Externa, Predisposições Políticas e Interesse por Política.

2.9. Hipóteses

A seguir são elencadas as hipóteses, já mencionadas, que foram estabelecidas para o presente estudo.

H1: Os tipos motivacionais associados à Autotranscendência e Abertura à Mudanças se relacionarão positivamente com as formas de participação política.

H2: Os tipos motivacionais associados à Conservação e Autopromoção se relacionarão de forma negativa com as formas de participação.

H3: As relações entre os tipos motivacionais e as formas de participação política serão mediadas pelos mecanismos avaliativos.

H4: Abertura à Mudanças e Extroversão se relacionarão positivamente com participação política.

H5: Amabilidade, Neuroticismo e Conscienciosidade se relacionarão negativamente com participação política.

H6: A relação entre os traços de personalidade e a participação política será mediada pelos mecanismos avaliativos.

H7: Eficácia Interna se relacionará positivamente com as formas de participação política.

H8: Eficácia Externa se relacionará positivamente com as formas de participação política.

H9: As Predisposições Políticas se relacionarão com as formas de participação política.

H10: O Partidarismo se relacionará positivamente com as formas de participação política.

H11: O Interesse por Política se relacionará positivamente com as formas de participação política.

Para verificar as hipóteses apresentadas foi elaborada pesquisa que será apresentada a seguir. No capítulo que segue será apresentado o Método, amostra, instrumento, procedimento de coleta e análise dos dados. No capítulo seguinte serão apresentados os resultados encontrados. Posteriormente será apresentada a discussão, quando os resultados encontrados serão comparados à teoria apresentada anteriormente. Após a discussão será apresentada a conclusão do trabalho, suas limitações e agenda futura.

CAPÍTULO 3 – METODO

Após as análises do estudo piloto algumas alterações, descritas na seção de Resultados do estudo piloto, se fizeram necessárias para a realização do estudo principal. Um dos aspectos que diferencia este estudo do estudo piloto, como já mencionado anteriormente, é o contexto em que foi realizado, em período entre as eleições nacionais e municipais, período em que se acredita as respostas foram menos influenciadas pelos embates eleitorais partidários. Outra característica que diferencia este estudo do primeiro é a amostra, coletada presencialmente em duas cidades. Como um dos aspectos investigados (participação política) enumera comportamentos “virtuais” acredita-se que uma amostra composta apenas por respostas pela internet pode prejudicar a confiabilidade dos resultados. Também foi evidente, no estudo piloto, que a amostra de pesquisa realizada pela internet não tende a representar de forma eficaz os diversos perfis demográficos da população que se pretende investigar.

3.1. Amostra

A amostra deste estudo foi de 800 indivíduos de duas cidades (São Luís e São José de Ribamar). Após a limpeza dos dados a amostra final ficou com 776 respondentes. Por conveniência, a pesquisa foi realizada no estado do Maranhão.

3.2. Instrumento

Nesse estudo foi utilizado um questionário contendo o Questionário de Perfis de Valores de Schwartz Revisado – PVQ-R (Schwartz et al., 2012) com evidências de validade no Brasil apresentadas por Torres, Schwartz e Nascimento (2016), o ICG (Inventário dos

Cinco Grandes) desenvolvida por Barbosa (2009), itens para avaliar a eficácia interna e externa, itens para avaliar a predisposição política, itens para avaliar o partidatismo, item para avaliar o interesse por política, itens sobre participação política e itens sobre variáveis sócio demográficas.

PVQ-R (Questionário de Perfis de Valores Revisado)

Utilizou-se como medida para os Valores Humanos Básicos o instrumento Questionário de Perfis de Valores Revisado – PVQ-R (Schwartz et al., 2012), com evidências de validade no Brasil apresentadas por Torres, Schwartz e Nascimento (2016): Abertura à mudanças ($\alpha=0,89$), Autopromoção ($\alpha=0,88$), Conservação ($\alpha=0,85$) e Autotranscendência ($\alpha=0,83$). A escolha do instrumento foi determinada pelo perfil da amostra do presente estudo. O PVQ-R apresenta 57 breves descrições de pessoas diferentes, cada uma com as metas, aspirações, ou desejos implicitamente relacionados ao valor em questão. As descrições do PVQ-R têm variações por sexo (com versões masculinas e femininas do mesmo item) e representam uma revisão do questionário utilizado por Schwartz et al. (2012), ao incluir os nove itens problemáticos nas análises fatoriais confirmatórias do estudo original. Nesse instrumento o respondente avalia o quanto a pessoa descrita no item se assemelha com ele, utilizando uma escala tipo Likert de 6 pontos (1 = Não se parece nada comigo e 6 = Se parece muito comigo). Como evidenciado no referencial teórico foi escolhido o PVQ-R por contemplar a teoria refinada de valores.

ICG (Inventário dos Cinco Grandes)

Para a mensuração dos traços de personalidade, optou-se pela utilização do instrumento ICG, uma escala reduzida com 20 itens, sendo 4 para cada um dos fatores de personalidade. Optou-se por esta escala reduzida, desenvolvida por Barbosa (2009), tendo em

vista a grande quantidade de variáveis presentes no estudo e a quantidade de itens no instrumento final. As opções por escalas reduzidas têm sido frequentes nos estudos sobre personalidade e os resultados indicam que as versões reduzidas para medir este constructo apresentam evidências de validade e fidedignidade (Passos & Laros, 2015). A escala utilizada nesta pesquisa possui 20 itens que apresentam adjetivos aos quais o respondente indica o quanto se vê como alguém que possui tal adjetivo, cada item é respondido em uma escala de respostas *Likert* que possui os seguintes extremos: **1** = “Discordo totalmente” e **5** = “Concordo totalmente”. O instrumento foi elaborado para permitir uma eficiente e flexível avaliação da personalidade quando não há necessidade de diferenciação entre as facetas individuais. Os 20 itens são originalmente agrupados em cinco fatores, a saber: Abertura à Mudanças ($\alpha=0,61$), Conscienciosidade ($\alpha=0,60$), Extroversão ($\alpha=0,51$), Amabilidade ($\alpha=0,66$) e Neuroticismo ($\alpha=0,45$).

Eficácia Interna e Externa

Para construção da escala para medir Eficácia Interna e Externa teve-se como referência o instrumento utilizado por Craig e Maggiotto (1982), bem como instrumentos apresentados por outros autores (Abramson & Aldrich, 1982; Finkel, 1985; Madsen, 1987; Milbrath & Goel, 1977; Morrell, 2003; Pollock, 1983). A partir da análise dos resultados obtidos no estudo piloto que se encontra no Apêndice desse trabalho, a escala que inicialmente continha 15 itens se manteve com 11 itens neste estudo. Para cada item foi utilizada uma escala *Likert*.

Predisposição Política

Para avaliar as predisposições políticas são utilizados dois itens, o primeiro solicita que o indivíduo se posicione quanto às suas opiniões entre esquerda e direita. É apresentada

uma escala de 1 a 7, onde 1 representa esquerda e 7 representa direita. O segundo item pede que o indivíduo posicione suas visões em uma escala de 7 pontos onde 1 é extremamente liberal e 7 extremamente conservador, conforme Schwartz et al. (2010).

Partidarismo

A medida de identificação partidária se fez com avaliação se o indivíduo se identifica com algum partido, entre sim e não e o quanto gosta desse partido (gosta pouco, gosta, gosta muito).

Interesse por Política

Quanto ao interesse por política, é apenas apresentada uma escala de 10 pontos para que o indivíduo posicione o seu interesse por política entre 1, não se interessa nada por política e 10, se interessa muito por política.

Em virtude do receio de que a resposta para Interesse por Política, medida em um único fator, possa estar sujeita à deseabilidade social, optou-se por avaliar também o conhecimento político, utilizado como um proxy, uma vez que se acredita que aqueles que possuem maior interesse por político tendem a ter maior conhecimento na área. Para isso foram incluídas 4 perguntas sobre política e o escore de cada indivíduo (de 0 a 4), calculado pelo somatório dos acertos, foi utilizado como medida do conhecimento político, conforme Sturgis e Smith (2010).

Participação Política

Para avaliar a participação política foram elencados 15 comportamentos, conforme apresentado no referencial teórico, que se considera formas de participação política, foram inclusos itens utilizados originalmente por Milbrath e acrescentados outros itens relacionado a

formas não tradicionais de participação, formas comunitárias e itens que focam no que se acredita serem novas formas de participação. A estes itens o indivíduo deveria responder quantas vezes já praticou tal ação (de nenhuma a quatro ou mais vezes).

Dados Demográficos

Por fim foi aplicado um questionário com questões demográficas para verificar o perfil da amostra (idade, gênero, renda estado civil e escolaridade).

3.3 Procedimento

A coleta foi realizada presencialmente, por pesquisadores identificados, que convidavam os indivíduos a responderem o questionário. O questionário foi assinalado pelo próprio respondente e o pesquisador foi orientado a não ajudar o respondente em nenhum momento, nem para interpretar questões nem para auxiliá-lo a marcar sua resposta. Para a coleta foi utilizada o Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos (CNEFE, 2015), banco de dados utilizado pelo IBGE para pesquisas como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A partir do banco de dados CNEFE, foram, aleatoriamente, selecionados 400 endereços de cada cidade, que foram então visitados pelos pesquisadores. Alguns endereços não foram localizados e em outros, nenhuma pessoa foi encontrada, para estes casos foram então sorteados novos endereços no mesmo bairro. Os pesquisadores possuíam consigo a estratificação populacional do município e foram orientados a tentar alternar a coleta por gênero e idade, sempre que possível, para que a amostra final pudesse se aproximar da estratificação geral do município.

3.4. Análise dos Dados

Primeiramente, foi verificada a qualidade dos dados obtidos em resposta aos questionários. Não foram considerados para a análise questionários com mais de 5% de itens deixados sem resposta ou incompletos ("missings"), conforme recomendado por Tabachnick e Fidell (2001). Foram realizados testes para verificar a aleatoriedade dos missings. Nenhum item apresentou elevado número de respostas em branco, maior do que 5%, e precisou ser retirado da análise. O restante dos missings foram tratados de formas diferentes para cada variável, para os missings dos itens da escala de valores, personalidade, eficácia e participação a estimação dos dados ausentes foi realizada pelo método da regressão, que tem sido considerado superior a outras formas de acordo com Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009). No entanto, para conhecimento político, em que foram analisados o número de acertos do indivíduo, os dados ausentes foram considerados erros e para as medidas de interesse por política e predisposição política, por serem escalas mais simples, com apenas um ou dois itens, optou-se pela substituição pela média. Os itens demográficos ausentes também foram substituídos pela média.

Da mesma maneira, foi verificada a ocorrência de respostas de valores extremos (outliers). As análises de outliers, com o uso de boxplots (para identificar outliers univariados) e do cálculo de Mahalanobis (para identificar outliers multivariados) permite dar tratamento diferenciado aos participantes que responderam de maneira muito diferente que seus pares, e, se for o caso, excluir participantes da análise, conforme especificado por Hair, Anderson, Tatham e Black, (2005).

Em seguida, as medidas foram submetidas à Análise Fatorial Confirmatória para observação da sua estrutura e validade para a pesquisa. A análise fatorial confirmatória (AFC) é uma técnica estatística utilizada para avaliar a qualidade do ajustamento de um modelo de

medida teórico à estrutura correlacional observada entre as variáveis manifestas. Pode ser entendida como um prolongamento da análise fatorial exploratória (AFE), mas que apresenta algumas diferenças, sobretudo a forte dependência da AFE na matriz R, enquanto a AFC impõe aos dados (à matriz R) uma estrutura teórica preliminar, bem como a necessidade de adaptação dos dados empíricos expressos pela mesma matriz R (Pasquali, 2012). A AFC apresenta-se como uma miscelânea entre a análise fatorial e a análise de regressão, que possibilita o teste de estruturas fatoriais dos instrumentos de medida. Após os procedimentos acima descritos, o banco de dados se mostrou pronto para a realização das análises estatísticas previstas para o alcance dos objetivos do estudo.

Foram então realizadas correlações de Pearson para avaliar as possíveis relações entre as variáveis a serem investigadas. Em seguida foram realizadas regressões pelo método *Enter*. As mediações foram então realizadas pelo método bootstrap.

Para a construção dos modelos as interações entre as variáveis foram calculadas por meio de técnica de modelagem de equações estruturais (Structural Equations Modeling – SEM). A SEM foi utilizada para testar a confiabilidade do modelo anteriormente proposto e, logo, sair de um mero teste exploratório (provido pela análise fatorial - PAF). Ainda, a SEM que pode ser vista, segundo Klem (1995), como extensão da regressão múltipla, se for considerado que na aplicação da regressão busca-se prever uma única variável-critério, enquanto na SEM há mais de uma variável critério. Esta técnica oferece ao pesquisador a possibilidade de investigar quão bem as variáveis preditoras explicam a variável critério, possibilidades de mediações e moderações e, também, qual das variáveis é a mais importante. Isto também pode ocorrer com o uso da regressão, embora deve ser lembrado que aqui se pode ter mais de uma variável critério em um único modelo. Na presente pesquisa, foram utilizados diversos índices de ajuste múltiplos para a avaliação das estruturas de covariação dos modelos, i.e., o índice de comparação de ajuste (CFI), a média da raiz quadrada do erro de

aproximação (RMSEA) e a média da raiz quadrada dos resíduos padronizados (SRMS). O último compara as variâncias e covariâncias da amostra com as estimadas (Arbuckle, 2009), dando indícios para o modelo mais parcimonioso (Hu & Bentler, 1999). Foram considerados como bons indicadores de ajuste os valores de $CFI > 0,90$ (Bentler, 1990), $RMSEA < 0,08$ (Browne & Cudeck, 1993) e $RMR < 0,06$ (Hu & Bentler, 1999). Tais análises foram feitas com o programa SPSS- Amos. Os parâmetros foram estimados por meio da estimação máxima de probabilidade (*maximum likelihood estimator*). Para atingir identificação, a variância dos fatores latentes foi fixada em 1, permitindo que as cargas tenham estimativa livre.

CAPITULO 4 - RESULTADOS

Objetiva-se inicialmente evidenciar a validação dos instrumentos de medida utilizados no modelo de pesquisa. Para isso serão realizadas análises fatoriais de todas as escalas utilizadas. Em seguida será feita a avaliação das relações entre todas as variáveis antecedentes frente as variáveis critério, para isso serão analisadas as correlações e posteriormente os resultados das regressões múltiplas. O terceiro passo será avaliar as possíveis relações de mediação entre as variáveis antecedentes na relação com as variáveis critério. Por fim, com os resultados obtidos, será proposto o modelo geral das relações entre as variáveis estudadas, objetivo maior deste estudo.

No entanto, antes das análises descritas são necessárias algumas análises preliminares de adequação dos dados para a realização das análises multivariadas. Serão também apresentados os dados das amostras e suas subdivisões.

4.1. Apresentação das Amostras e Análises Preliminares

O objetivo principal dessa pesquisa é compreender a influência das variáveis antecedentes e mediadoras sobre as formas de participação política, ou seja, testar um modelo integrador de determinantes no nível individual da participação política. Para tanto, foram coletados 800 questionários, entre os quais vinte e quatro questionários foram preenchidos pela metade, sendo que o não preenchimento foi vinculado ao tempo necessário para seu completo término. Decidiu-se desconsiderar estes vinte e quatro questionários, restando ao final 776 questionários preenchidos.

Serão feitas para algumas escalas, tanto a análise fatorial exploratória como a análise fatorial confirmatória, e não é recomendável que as duas sejam realizadas com o mesmo conjunto de dados, assim, a amostra foi dividida aleatoriamente em duas subamostras, utilizando o divisor do banco de dados padrão do SPSS (*split* file). No entanto, como para algumas escalas foi feita apenas a análise fatorial confirmatória, para essas análises foi utilizado o banco completo. Foi mantido o preceito de contar com pelo menos 10 respondentes por item, tanto na fase exploratória quanto na confirmatória (Pasquali, 2012).

Antes de analisar os dados coletados, é fundamental verificar a adequação desses dados às análises que serão realizadas. Assim, foram examinados, os valores ausentes (*missings*), os valores extremos (*outliers*), a normalidade dos dados e a ausência de multicolinearidade (Kline, 2010).

Valores ausentes

O tratamento dos valores ausentes (*missings*) deve ser feito por diferentes métodos, conforme mencionados no capítulo anterior, antes que as análises sejam realizadas. Procedeu-

se a análise do valor ausente (MVA - *missing values analysis*), que tem o objetivo de avaliar a quantidade e a distribuição dos dados ausentes, o preenchimento impróprio do questionário, e identificar e eliminar problemas, em casos específicos, com a substituição dos dados ausentes, que podem afetar a normalidade e a homocedasticidade (Neiva, Abbad & Tróccoli, 2007). A análise das frequências e a MVA demonstraram que a porcentagem dos valores ausentes estava abaixo de 3% e aleatoriamente distribuídos, o que possibilita sua substituição (Hair et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2001). A estimação dos dados ausentes foi realizada pelo MVA pelo método da regressão, que tem sido considerado superior a outras formas, de acordo com Hair et al. (2009).

Valores extremos

Os valores extremos (*outliers*) foram avaliados com base nos critérios da distância de Mahalanobis e na distância de Cook, utilizados para a identificação de valores extremos multivariados (Hair et al., 2009; Neiva, Abbad & Tróccoli, 2007; Tabachnick & Fidell, 2001). Para se verificar a distância (Mahalanobis) a partir da qual os *outliers* serão considerados multivariados, consulta-se a tabela valor do qui-quadrado tendo como parâmetros os graus de liberdade (número de VIs) e o valor para a probabilidade de $p < 0,001$. Os valores extremos detectados foram excluídos. Esse resultado foi confirmado pelos valores da distância de Cook (> 1).

Diante disso, procedeu-se à exclusão de observações com valores extremos para cada uma das escalas de medida. No total, 107 observações foram eliminadas, podendo-se justificar esse elevado número pela rigorosa análise e pela extensão dos questionários. Ao final, a amostra total foi composta por 669 respondentes, número suficiente para atender aos critérios empregados sobre o tamanho das amostras.

Normalidade e multicolinearidade

Para avaliar a normalidade dos dados, foram utilizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk (Marôco, 2011; Neiva et al., 2007, Tabachnick & Fidell, 2001). Os resultados rejeitam a hipótese de normalidade dos dados. Entretanto, estudos de simulação (Harwell, Rubinstein, Hayes & Olds, 1992) vêm demonstrando que os métodos paramétricos são robustos à violação do pressuposto de normalidade, desde que as distribuições não sejam muito enviesadas e achatadas e as amostras não sejam extremamente pequenas ($n < 100$), o que se adequa aos dados deste estudo.

A multicolinearidade é avaliada por meio do fator de inflação da variância (VIF - *Variance Inflation Factor*) e na tolerância. Os resultados não indicam problemas de colinearidade entre as variáveis, uma vez que os valores do VIF são menores do que 10 (Myers, 1990) e os da tolerância são maiores do que 0,1 (Myers, 1990).

Amostras

Após as análises dos pressupostos, foi feita a seleção aleatória de aproximadamente 50% dos respondentes, que compuseram a amostra 1, 334 respondentes que serão utilizados na fase exploratória, os demais formaram a amostra 2, com 335 respondentes, utilizados na fase confirmatória, quando forem realizadas as duas análises. Para as demais análises fatoriais confirmatórias, não precedidas de análise exploratória, será utilizada a amostra geral com 669 respondentes. A seguir será apresentada a divisão por variáveis sociodemográficas.

Siglas

Sempre que possível foi usado o nome da variável, no entanto, para algumas tabelas e gráficos foi necessária a utilização de abreviações. A tabela 3 apresenta, a seguir, as siglas utilizadas nas análises estatísticas e seu respectivo significado para cada construto estudado.

Tabela 3

Descrição das siglas dos construtos e variáveis utilizadas.

Construto	Sigla	Descrição
Valores Humanos Básicos	SDT	Autorealização – pensamento
	SDA	Autorrealização – ação
	ST	Estimulação
	HE	Hedonismo
	AC	Realização
	POD	Poder – domínio
	POR	Poder – recursos
	FAC	Face
	SEP	Segurança – pessoal
	SES	Segurança – social
	TR	Tradição
	COR	Conformidade – regras
	COI	Conformidade – interpessoal
	HUM	Humildade
	BED	Benevolência – dependência
	BEC	Benevolência – cuidado
	UNC	Universalismo – compromisso
	UNN	Universalismo – natureza
UNT	Universalismo – tolerância	
Traços de Personalidade	ABE	Abertura à Mudanças
	AMA	Amabilidade
	CON	Conscienciosidade
	EXT	Extroversão
	NEU	Neuroticismo
Mecanismos avaliativos	Ef. Int	Eficácia Interna
	Ef. Ext	Eficácia Externa
	Int. Pol	Interesse por Política
	Con. Pol	Conhecimento Político
	Partid.	Partidarismo
	Lib. Con.	Liberal e Conservador
Formas de Participação Política	Esq. Dir	Esquerda Direita
	P. Trad	Participação Tradicional
	P. Nova	Participação Nova
	P. Comu.	Participação Comunitária
	P. Dir	Participação Direta

4.2. Variáveis sociodemográficas

Em relação a idade, têm em média 35,58 anos ($dp=12,78$), sendo que na amostra 1 a média foi de 34,84 anos ($dp=12,49$) e na amostra 2 foi de 36,31 ($dp=13,05$). Relativamente ao sexo, 59,3% são do sexo feminino, sendo 59,6% da amostra 1 e 59,1% da amostra 2.

No que se refere ao nível de escolaridade, 42,5% da amostra total afirma ter alcançado o segundo grau completo e 14,6% indicou ter nível superior incompleto. A seguir é apresentada a tabela com estes e os demais dados sociodemográficos da amostra.

Tabela 4

Distribuição dos dados sociodemográficos.

Variáveis	Níveis	Amostra 1 (n=334)		Amostra 2 (n=335)		Am. Geral (n=669)	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Sexo	Feminino	199	59,6	198	59,1	397	59,3
	Masculino	132	39,5	134	40,0	266	39,8
	Omissos	3	,9	3	,9	6	,9
Est. Civil	Casado	91	27,2	102	30,4	193	28,8
	Morando junto	82	24,6	82	24,5	164	24,5
	Divorciado	6	1,8	6	1,8	12	1,8
	Separado	8	2,4	12	3,6	20	3,0
	Viúvo	4	1,2	6	1,8	10	1,5
	Solteiro	141	42,2	124	37,0	265	39,6
	Omissos	2	,6	3	,9	5	,7
Escolari.	Sem instrução	2	,6	3	,9	5	,7
	Primário incompleto	3	,9	5	1,5	8	1,2
	Primário completo	3	,9	7	2,1	10	1,5
	Primeiro grau incompleto	15	4,5	22	6,6	37	5,5

Continua

Continuação

	Primeiro grau completo	37	11,1	27	8,1	64	9,6
	Segundo grau incompleto	26	7,8	28	8,4	54	8,1
	Segundo grau completo	142	42,5	142	42,4	284	42,5
	Superior incompleto	39	11,7	59	17,6	98	14,6
	Superior completo	39	11,7	21	6,3	60	9,0
	Pós-graduação incompleta	8	2,4	4	1,2	12	1,8
	Pós-graduação completa	18	5,4	17	5,1	35	5,2
	Omissos	2	,6	0	,0	2	,3
Renda	Até 2 SM	212	63,5	225	67,2	437	65,3
	De 2 a 4 SM	66	19,8	60	17,9	126	18,8
	De 4 a 10 SM	29	8,7	25	7,5	54	8,1
	De 10 a 20 SM	3	,9	5	1,5	8	1,2
	Acima de 20 SM	4	1,2	2	,6	6	,9
	Omissos	20	6,0	18	5,4	38	5,7
Idade	Média		34,84	Média	36,31	Média	35,58
	DP		12,49	DP	13,05	DP	12,78

4.3. Evidências de Validade dos instrumentos de medida.

Para a escala de Eficácia Interna e Externa e para a Escala de Participação política, serão realizadas inicialmente Análises Fatoriais Exploratórias com o objetivo de se determinar

a estrutura dos instrumentos de medida e em seguida serão realizadas análises fatoriais confirmatórias, com foco nas evidências de validade. Para as demais escalas que compõem o instrumento, de Valores Humanos Básicos e de Personalidade, serão realizadas apenas as análises fatoriais confirmatórias.

4.3.1 Escala de Eficácia Interna e Externa

Como relatado na seção método, a Escala de Eficácia Interna e Externa foi construída a partir de itens propostos por Craig e Maggiotto (1982), bem como instrumentos apresentados por outros autores (Abramson & Aldrich, 1982; Finkel, 1985; Madsen, 1987; Milbrath & Goel, 1977; Morrell, 2003; Pollock, 1983). Assim, fez-se necessária a avaliação dos fatores por meio de análise exploratória e posteriormente confirmatória. Inicialmente a escala contava com 15 itens, no entanto, a análise exploratória realizada no estudo piloto reduziu a escala para 11 itens.

Análise fatorial exploratória

Para esta análise foi utilizada a amostra 1 com 334 respondentes. Em análise preliminar dos Componentes Principais (PC), a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, isto é, apresentou suficiente covariância que permitisse a procura de fatores. O teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,000$) e o coeficiente KMO, que indicam tal evento, foi de 0,783 que pode ser considerado mediano (Pasquali, 2010).

Em seguida, foi analisada a dimensionalidade da escala com base em diferentes métodos. O critério de Kaiser identificou que dois fatores explicam 51,82% da variância total. O teste do gráfico de sedimentação (*scree plot*) indicou que a Escala de Eficácia Interna e Externa apresenta de forma ideal dois fatores.

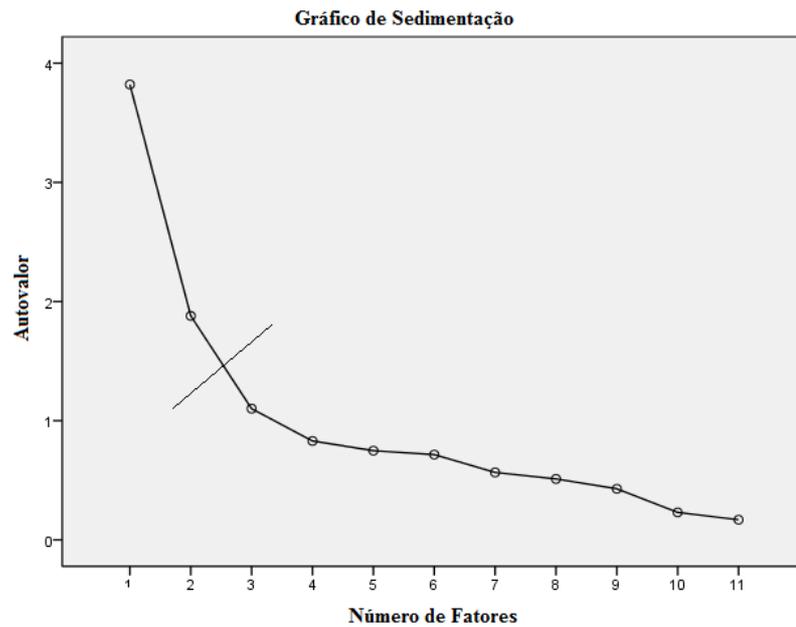


Figura 3. Gráfico de Sedimentação da Escala de Eficácia Interna e Externa.

A tabela a seguir apresenta os resultados dos autovalores para a solução com dois fatores

Tabela 5

Autovalores da Escala de Eficácia Interna e Externa.

Fatores	Total	Autovalores Iniciais	
		% da Variância	Acumulada %
1	3,821	34,736	34,736
2	1,879	17,085	51,821
3	1,101	10,010	61,832
4	,830	7,544	69,376
5	,748	6,802	76,178
6	,716	6,507	82,685
7	,566	5,146	87,830
8	,511	4,648	92,478
9	,428	3,893	96,372
10	,230	2,094	98,466
11	,169	1,534	100,000

De posse dessas informações, procedeu-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (*PAF*), com rotação varimax, para a extração de dois fatores, que se mostrou mais adequada à teoria. A análise de precisão foi obtida pelos coeficientes alfa de Cronbach. A estrutura final da Escala de Eficácia Interna e Externa, portanto, reteve os itens que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A Tabela 6 fornece uma síntese dos resultados finais obtidos na análise fatorial exploratória.

Tabela 6

Matriz fatorial da Escala de Eficácia Interna e Externa.

	Fator	
	1	2
6.12. Procuo informações sobre a atuação dos candidatos em quem votei.	,744	
6.13. Procuo verificar se as notícias sobre os candidatos são verdadeiras.	,675	
6.10. Eu consigo diferenciar os políticos da oposição daqueles da base governista.	,603	
6.11. Eu tenho perfil para exercer um cargo político.	,586	
6.9. Eu me considero melhor preparado para votar do que a maioria das pessoas.	,548	
6.8. Eu uso a internet para enviar sugestões para políticos que acompanho.	,532	
6.6. Obtenho respostas para as perguntas que faço aos políticos.	,449	
6.2. Os candidatos em quem voto trabalham em favor da população.		,921
6.1. Os candidatos em quem voto trabalham para melhorar o país.		,836
6.3. Existem candidatos bem intencionados.		,464
6.5. Os políticos são sinceros em seus discursos.		,438
Autovalor	3,821	1,879
Número de itens	7	4
Alfa	0,804	,757

Observando-se a distribuição dos itens, percebe-se como coerente a divisão em dois fatores, um associado a percepção do indivíduo quanto ao seu potencial e preparo para atuar no cenário político e outro associado a percepção da receptividade deste ambiente às demandas dos indivíduos.

Apresenta-se, em seguida, a análise fatorial confirmatória, como forma de se comprovar a estrutura verificada com a AFE.

Análise fatorial confirmatória

Para esta análise foi utilizada a amostra 2 com 335 respondentes. Foi realizada análise fatorial confirmatória por meio do *Software AMOS* onde foi analisado o modelo bidimensional de eficácia interna e externa, como obtido pela AFE e apresentado pela teoria. O modelo bidimensional apresentou ajustes satisfatórios e índices mostrado na tabela a seguir.

Tabela 7

Índices de ajustamento da escala de Eficácia Interna e Externa.

Amostra N=335		Modelo 2 fatores
Índices Absolutos	$\chi^2/g.l.$	3,597
	$\chi^2; g.l.$	151,073; 42
	p	0
	GFI (AGFI)	0,931 (0,892)
	RMR	0,067
Índices Relativos	CFI	0,917
	TLI	0,892
	RMSEA	0,086
Índices de Discrepância Populacional	(Lo90;Hi90)	(75,282 ; 150,452)
Índices de Parcimônia	PCFI	0,701
	PGFI	0,593
Índices Baseados na Teoria da Informação	AIC	199,07
	ECVI	0,561
	CAIC	316,071

Foram então avaliadas as estimativas de Eficácia Interna e Externa presentes no modelo. Verifica-se que todos os C.R. se apresentaram acima de 1,96 e que todas as relações com os fatores foram significativas.

Tabela 8

Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Eficácia Interna e Externa.

			Estim.	S.E.	C.R.	P-valor	Estimação da regressão padronizada
Efica1	<---	Ef. Ext.	1				0,906
Efica2	<---	Ef. Ext.	1,025	0,05	20,445	***	0,917
Efica3	<---	Ef. Ext.	0,58	0,056	10,373	***	0,521
Efica5	<---	Ef. Ext.	0,513	0,053	9,61	***	0,489
Efica10	<---	Ef. Int.	1				0,762
Efica11	<---	Ef. Int.	0,54	0,077	7,012	***	0,427
Efica12	<---	Ef. Int.	0,769	0,084	9,181	***	0,578
Efica13	<---	Ef. Int.	0,776	0,084	9,203	***	0,58
Efica9	<---	Ef. Int.	0,839	0,085	9,917	***	0,626
Efica8	<---	Ef. Int.	0,513	0,079	6,462	***	0,393
Efica6	<---	Ef. Int.	0,547	0,076	7,221	***	0,441

Confiabilidade e validade da Escala de Eficácia Interna e Externa.

Para verificar a confiabilidade e a validade da escala avaliou-se respectivamente os índices Rho de Joreskog e Rhovc. Para o fator Eficácia Externa (Rho de Joreskog = 0,879, Rhovc = 0,665) e para Eficácia Interna (Rho de Joreskog = 0,920, Rhovc = 0,630) ambos os índices se mostraram satisfatórios.

4.3.2 Evidências de Validade da Escala de Participação Política

Como relatado na seção método, a Escala de Participação Política foi construída a partir de 15 comportamentos escolhidos para retratarem as formas de participação política que se pretende estudar, foram inclusos itens utilizados originalmente por Milbrath (1965) e acrescentados outros itens relacionados a formas não tradicionais de participação, formas comunitárias e itens que focam no que se acredita serem novas formas de participação.

Análise fatorial exploratória

Para esta análise foi novamente utilizada a amostra 1 com 334 respondentes. Em análise preliminar dos Componentes Principais (PC), a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, isto é, apresentou suficiente covariância que permitisse a procura de fatores. O teste de esfericidade de Bartlett indicou $p < 0,000$ e o coeficiente KMO foi de 0,858, que pode ser considerado bom (Pasquali, 2010).

O critério de Kaiser identificou que quatro fatores explicam 58,87% da variância total. O teste do gráfico de sedimentação (*scree plot*) indicou que a Escala de Participação Política pode ser composta por quatro fatores.

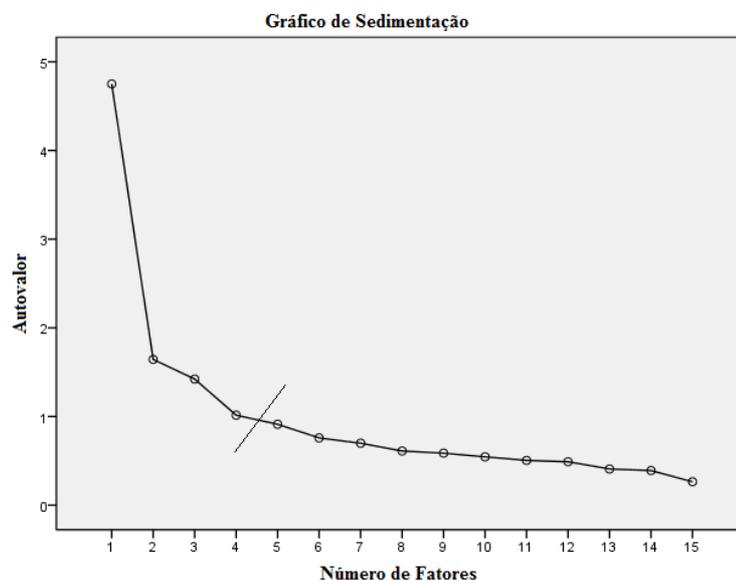


Figura 4. Gráfico de Sedimentação da Escala de Participação Política.

A seguir é apresentado o resultado dos autovalores verificados para a Escala de Participação Política

Tabela 9

Autovalores da Escala de Participação Política.

Fatores	Autovalores Iniciais		Acumulada %
	Total	% da Variância	
1	4,751	31,671	31,671
2	1,643	10,957	42,627
3	1,422	9,482	52,109
4	1,015	6,765	58,874
5	,912	6,081	64,954
6	,759	5,058	70,013
7	,699	4,658	74,671
8	,611	4,074	78,744
9	,586	3,909	82,654
10	,545	3,634	86,288
11	,505	3,366	89,654
12	,490	3,264	92,918
13	,408	2,721	95,639
14	,390	2,601	98,240
15	,264	1,760	100,000

Com essas informações, procedeu-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (*PAF*), com rotação varimax, para a extração de quatro fatores, que se mostrou mais adequada à teoria e aos resultados. A análise de precisão foi obtida pelos coeficientes alfa de Cronbach. A estrutura final da Escala de Participação Política, portanto, reteve todos os itens que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A Tabela 10 fornece uma síntese dos resultados finais retidos da análise fatorial exploratória.

Tabela 10

Matriz fatorial da Escala de Participação Política.

	Fator			
	1	2	3	4
13.3. Usou um boton ou algum adesivo de campanha?	,807			
13.6. Participou de alguma campanha política?	,776			
13.4. Entrou em contato com algum político?	,647			
13.2. Tentou convencer alguém a votar de determinada maneira?	,574			
13.12. Usou as redes sociais na Internet para se envolver em alguma ação política (Facebook, Twitter, Youtube, outras)		,948		
13.13. Debateu nas redes sociais assuntos políticos? (Facebook, Twitter, Youtube, outras)		,778		
13.14. Acompanha pela internet algum político?		,553		
13.10. Assinou algum abaixo assinado?			,685	
13.15. Realizou trabalho voluntário?			,573	
13.9. Participou de alguma manifestação pública?			,533	
13.11. Realizou boicote à algum produto?			,317	
13.1. Participou de discussões sobre questões políticas?			,306	
13.8. Se candidatou à algum cargo público?				,730
13.7. É membro ativo de algum partido?				,403
13.5. Doou dinheiro à algum partido?				,368
Autovalor	4,751	1,643	1,422	1,015
Número de itens	4	3	5	3
Alfa	0,803	,803	0,703	0,478

Assim como ocorreu no estudo piloto, percebe-se como coerente a divisão em quatro fatores, que remetem a formas tradicionais de participação, novas formas de participação, formas comunitárias de participação e participação direta na política. Diferentemente do que ocorreu na análise realizada no estudo piloto, o item 1 (Participou de discussões sobre

questões políticas?) apresentou melhor relação com o fator 3 (Participação Comunitária) por se ter neste estudo uma amostra de melhor distribuição, será considerado este resultado em detrimento daquele.

Apresenta-se, em seguida, a análise fatorial confirmatória, como forma de se comprovar a estrutura conseguida com a AFE.

Análise fatorial confirmatória

Para esta análise foi utilizada a amostra 2 com 335 respondentes. Com a utilização do *Software AMOS*, foi analisado o modelo com quatro fatores para participação política, como obtido pela AFE. O modelo com quatro fatores apresentou ajustes satisfatórios. Os índices de ajuste do modelo são mostrados na tabela a seguir.

Tabela 11

Índices de ajustamento da escala de Participação Política.

Amostra		Modelo
N=335		2 fatores
Índices Absolutos	$\chi^2/g.l.$	2,356
	$\chi^2; g.l.$	197,90; 84
	p	0
	GFI (AGFI)	0,932 (0,903)
	RMR	0,043
Índices Relativos	CFI	0,928
	TLI	0,910
	RMSEA	0,06
Índices de Discrepância Populacional	(Lo90;Hi90)	(0,051 ; 0,073)
Índices de Parcimônia	PCFI	0,742
	PGFI	0,653
Índices Baseados na Teoria da Informação	AIC	269,90
	ECVI	0,760
	CAIC	445,40

Foram então avaliadas as estimativas das formas de Participação Política presentes no modelo. Verifica-se que todos os C.R. se apresentaram acima de 1,96 e que todas as relações com os fatores foram significativas.

Tabela 12

Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Participação Política.

			Estim.	S.E.	C.R.	P-valor	Estimação da regressão padronizada
Partic3	<---	P. Trad.	1				0,752
Partic4	<---	P. Trad.	0,903	0,08	11,304	***	0,684
Partic6	<---	P. Trad.	0,877	0,081	10,866	***	0,653
Partic2	<---	P. Trad.	0,884	0,079	11,169	***	0,674
Partic12	<---	P. Nova	1				0,828
Partic13	<---	P. Nova	1,022	0,062	16,4	***	0,86
Partic14	<---	P. Nova	0,795	0,059	13,387	***	0,69
Partic10	<---	P. Comu.	1				0,674
Partic15	<---	P. Comu.	0,79	0,091	8,688	***	0,54
Partic9	<---	P. Comu.	0,962	0,093	10,318	***	0,662
Partic11	<---	P. Comu.	0,409	0,077	5,321	***	0,318
Partic1	<---	P. Comu.	0,936	0,093	10,069	***	0,642
Partic8	<---	P. Dir.	1				0,649
Partic7	<---	P. Dir.	0,841	0,155	5,417	***	0,443
Partic5	<---	P. Dir.	0,669	0,125	5,367	***	0,661

Confiabilidade e validade da Escala de Participação Política.

Para verificar a confiabilidade e a validade da escala avaliou-se respectivamente os índices Rho de Joreskog e Rhovc. Para o fator Participação Tradicional (Rho de Joreskog = 0,955, Rhovc = 0,841), para o fator Participação Nova (Rho de Joreskog = 0,961, Rhovc = 0,892), para o fator Participação Comunitária (Rho de Joreskog = 0,923, Rhovc = 0,719) e para Participação Direta (Rho de Joreskog = 0,882, Rhovc = 0,718) todos os índices se mostraram satisfatórios.

4.3.3 Escala de Valores Humanos Básicos PVQ-R (Schwartz et al., 2012)

Para a escala de Valores Humanos Básicos, foi realizada apenas a análise fatorial confirmatória, uma vez que é uma escala amplamente utilizada e sua solução com 19 tipos motivacionais, já ter apresentado evidencia de validade também no Brasil, conforme Torres, Schwartz e Nascimento (2015).

Análise fatorial confirmatória

Foi analisado o modelo com dezenove fatores para valores humanos básicos, que apresentou ajustes satisfatórios. Os índices de ajuste do modelo são mostrados na tabela a seguir.

Tabela 13

Índices de ajustamento da escala de Valores Humanos Básicos.

Amostra		Modelo
N=703		19 fatores
Índices Absolutos	$\chi^2/g.l.$	1,907
	$\chi^2; g.l.$	2372,61; 1244
	p	0
	GFI (AGFI)	0,890 (0,853)
	RMR	0,039
Índices Relativos	CFI	0,917
	TLI	0,894
Índices de Discrepância Populacional	RMSEA (Lo90;Hi90)	0,037 (994,82 ; 1270,18)
Índices de Parcimônia	PCFI	0,715
	PGFI	0,670
Índices Baseados na Teoria da Informação	AIC	3190,61
	ECVI	4,776
	CAIC	5442,48

Foram então avaliadas as estimativas dos tipos motivacionais presentes no modelo.

Verifica-se que todos os C.R. se apresentaram acima de 1,96 e que todas as relações com os fatores foram significativas.

Tabela 14

Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Valores Humanos Básicos.

			Estim.	S.E.	C.R.	P-valor	Estimação da regressão padronizada
COR3	<---	COR	1				0,609
COR2	<---	COR	1,055	0,09	11,694	***	0,624
COR1	<---	COR	0,892	0,076	11,714	***	0,544
COI3	<---	COI	1				0,63
COI2	<---	COI	0,98	0,086	11,401	***	0,621
COI1	<---	COI	0,833	0,083	10,023	***	0,519
HUM3	<---	HUM	1				0,101
HUM2	<---	HUM	5,755	1,972	2,919	0,004	0,652
HUM1	<---	HUM	0,847	0,436	1,942	0,050	0,088
UNN3	<---	UNN	1				0,774
UNN2	<---	UNN	0,902	0,057	15,869	***	0,707
UNN1	<---	UNN	0,896	0,055	16,386	***	0,73
UNC3	<---	UNC	1				0,601
UNC2	<---	UNC	1,196	0,081	14,701	***	0,689
UNC1	<---	UNC	0,852	0,077	11,033	***	0,477
UNT3	<---	UNT	1				0,637
UNT2	<---	UNT	1,023	0,068	15,071	***	0,715
UNT1	<---	UNT	0,615	0,065	9,527	***	0,415
BEC3	<---	BEC	1				0,701
BEC2	<---	BEC	1,049	0,059	17,743	***	0,763
BEC1	<---	BEC	0,918	0,058	15,787	***	0,663
BED3	<---	BED	1				0,721
BED2	<---	BED	1	0,058	17,3	***	0,746
BED1	<---	BED	0,884	0,056	15,665	***	0,651
TR3	<---	TR	1				0,659
TR2	<---	TR	0,773	0,075	10,348	***	0,498
TR1	<---	TR	0,701	0,076	9,17	***	0,44
SES3	<---	SES	1				0,713
SES2	<---	SES	0,932	0,056	16,498	***	0,663

Continua

Continuação

SES1	<---	SES	0,781	0,053	14,837	***	0,598
SEP3	<---	SEP	1				0,542
SEP2	<---	SEP	1,135	0,089	12,705	***	0,658
SEP1	<---	SEP	1,046	0,083	12,649	***	0,584
FAC3	<---	FAC	1				0,561
FAC2	<---	FAC	1,017	0,079	12,951	***	0,606
FAC1	<---	FAC	0,944	0,067	14,156	***	0,587
POR3	<---	POR	1				0,603
POR2	<---	POR	0,856	0,083	10,259	***	0,521
POR1	<---	POR	0,898	0,087	10,303	***	0,556
POD3	<---	POD	1				0,352
POD2	<---	POD	1,318	0,162	8,155	***	0,453
POD1	<---	POD	1,05	0,147	7,128	***	0,37
AC3	<---	AC	1				0,561
AC2	<---	AC	1,058	0,104	10,16	***	0,597
AC1	<---	AC	0,837	0,105	7,986	***	0,459
HE3	<---	HE	1				0,588
HE2	<---	HE	1,173	0,092	12,759	***	0,75
HE1	<---	HE	0,811	0,08	10,073	***	0,502
ST3	<---	ST	1				0,59
ST2	<---	ST	0,553	0,082	6,755	***	0,31
ST1	<---	ST	1,101	0,094	11,684	***	0,678
SDA3	<---	SDA	1				0,681
SDA2	<---	SDA	0,762	0,06	12,736	***	0,516
SDA1	<---	SDA	0,908	0,058	15,584	***	0,643
SDT3	<---	SDT	1				0,612
SDT2	<---	SDT	1,153	0,082	14,036	***	0,739
SDT1	<---	SDT	0,789	0,075	10,58	***	0,477

Confiabilidade e validade da Escala de Valores Humanos Básicos.

Para verificar a confiabilidade e a validade da escala avaliou-se respectivamente os índices Rho de Joreskog e Rhovc. Para o fator Conformidade Regras (Rho de Joreskog = 0,990, Rhovc = 0,970), para o fator Conformidade Interpessoal (Rho de Joreskog = 0,958, Rhovc = 0,885), para o fator Humildade (Rho de Joreskog = 2,227, Rhovc = 11,612), para o fator Universalismo Natureza (Rho de Joreskog = 0,953, Rhovc = 0,872), para o fator Universalismo Compromisso (Rho de Joreskog = 1,017, Rhovc = 1,052), para o fator

Universalismo Tolerância (Rho de Joreskog = 0,924, Rhovc = 0,808), para o fator Benevolência Cuidado (Rho de Joreskog = 0,994, Rhovc = 0,981), para o fator Benevolência Dependência (Rho de Joreskog = 0,974, Rhovc = 0,927), para o fator Tradição (Rho de Joreskog = 0,870, Rhovc = 0,696) , para o fator Segurança Social (Rho de Joreskog = 0,934, Rhovc = 0,826), para o fator Segurança Pessoal (Rho de Joreskog = 1,039, Rhovc = 1,127), para o fator Face (Rho de Joreskog = 0,992, Rhovc = 0,975), para o fator Poder Recursos (Rho de Joreskog = 0,943, Rhovc = 0,846), para o fator Poder Dominação (Rho de Joreskog = 1,080, Rhovc = 1,280), para o fator Realização (Rho de Joreskog = 0,979, Rhovc = 0,940) , para o fator Hedonismo (Rho de Joreskog = 1,004, Rhovc = 1,011), para o fator Estimulação (Rho de Joreskog = 0,936, Rhovc = 0,839), para o fator Autodireção Ação (Rho de Joreskog = 0,923, Rhovc = 0,802) e para o fator Autodireção Pensamento (Rho de Joreskog = 0,994, Rhovc = 0,984) todos os índices se mostraram satisfatórios.

4.3.4. Escala de Traços de Personalidade ICG (Barbosa, 2009)

Para a escala de Personalidade, assim como para a escala de Valores Humanos Básicos, optou-se por realizar apenas a análise fatorial confirmatória, uma vez que, conforme descrito no referencial teórico, o modelo dos cinco grandes fatores é a abordagem dominante na atualidade.

Foi analisado o modelo com cinco fatores para traços de personalidade, conforme a teoria, que apresentou ajustes satisfatórios. Os índices de ajuste do modelo são mostrados na tabela a seguir.

Tabela 15

Índices de ajustamento da escala de Personalidade.

Amostra		Modelo
N=703		5 fatores
Índices	$\chi^2/g.l.$	3,476
Absolutos	$\chi^2; g.l.$	542,32; 156
	p	0
	GFI (AGFI)	0,924 (0,898)
	RMR	0,060
Índices Relativos	CFI	0,904
	TLI	0,883
Índices de Discrepância Populacional	RMSEA (Lo90;Hi90)	0,061 (0,055 ; 0,067)
Índices de Parcimônia	PCFI	0,742
	PGFI	0,682
Índices Baseados na Teoria da Informação	AIC	650,33
	ECVI	0,974
	CAIC	947,638

Foram então avaliadas as estimativas dos traços de personalidade presentes no modelo. Verifica-se que todos os C.R. se apresentaram acima de 1,96 e que todas as relações com os fatores foram significativas.

Tabela 16

Estimativas da análise fatorial confirmatória da escala de Traços de Personalidade.

			Estim.	S.E.	C.R.	P-valor	Est. da regr. Padronizada
Amabi4	<---	Amabilidade	1				0,296
Amabi3	<---	Amabilidade	2,619	0,369	7,09	***	0,784
Amabi2	<---	Amabilidade	2,595	0,365	7,104	***	0,797
Amabi1	<---	Amabilidade	2,1	0,303	6,927	***	0,674
Extrov4	<---	Extroversão	1				0,505
Extrov3	<---	Extroversão	1,357	0,122	11,137	***	0,668
Extrov2	<---	Extroversão	1,497	0,128	11,703	***	0,751
Extrov1	<---	Extroversão	1,281	0,117	10,929	***	0,643
Consc4	<---	Conscienciosidade	1				0,694

Continua

Continuação

Consc3	<---	Conscienciosidade	0,918	0,066	13,948	***	0,635
Consc1	<---	Conscienciosidade	0,696	0,064	10,85	***	0,483
Consc2	<---	Conscienciosidade	0,8	0,063	12,603	***	0,567
Neuro4	<---	Neuroticismo	1				0,251
Neuro3	<---	Neuroticismo	3,179	0,548	5,803	***	0,79
Neuro2	<---	Neuroticismo	3,282	0,566	5,799	***	0,814
Neuro1	<---	Neuroticismo	2,183	0,393	5,562	***	0,551
Abert4	<---	A. à Mudanças	1				0,52
Abert3	<---	A. à Mudanças	1,033	0,106	9,772	***	0,507
Abert2	<---	A. à Mudanças	1,169	0,115	10,161	***	0,578
Abert1	<---	A. à Mudanças	1,209	0,117	10,319	***	0,602

Confiabilidade e validade da Escala de Traços de Personalidade.

Para verificar a confiabilidade e a validade da escala avaliou-se respectivamente os índices Rho de Joreskog e Rhovc. Para o fator Amabilidade (Rho de Joreskog = 1,268, Rhovc = 4,500), para o fator Extroversão (Rho de Joreskog = 1,069, Rhovc = 1,344), para o fator Conscienciosidade (Rho de Joreskog = 0,952, Rhovc = 0,833), para o fator Abertura (Rho de Joreskog = 1,048, Rhovc = 1,222) e para Neuroticismo (Rho de Joreskog = 1,322, Rhovc = 6,679) todos os índices se mostraram satisfatórios.

4.4. Correlações entre as variáveis.

Após a identificação dos fatores de algumas das variáveis antecedentes, procedeu-se a análise das correlações entre as variáveis antecedentes e as critério. Além das variáveis que tiveram suas escalas já analisadas, foram inclusas nesta análise outras variáveis antecedentes que foram medidas com apenas um item e por isso não foram submetidas a qualquer análise fatorial, são elas: Interesse por Política, Conhecimento de Política, Identificação com Liberal e Conservador, Identificação com Esquerda e Direita, e Partidarismo.

Verifica-se que, conforme tabela 17, os Valores Humanos Básicos possuem pelo menos um fator que se relaciona com cada forma de Participação Política. Com Participação Tradicional, apenas o fator Poder Dominação (negativo) foi significativo. Com Participação Nova, três tipos motivacionais se relacionaram de forma significativa, Universalismo Compromisso, Tradição (negativo) e Conformidade Interpessoal (negativo). Entre os valores e Participação Comunitária, oito tipos motivacionais se relacionaram de forma significativa, Universalismo Compromisso, Tradição (negativo), Conformidade Interpessoal (negativo), Face (negativo), Segurança Pessoal (negativo), Poder Recursos (negativo), Poder Dominação (negativo) e Estimulação (negativo).

Entre os traços de personalidade e as formas de participação política, das 20 interações, 11 foram significativas. Com Participação Tradicional se relacionaram significativamente Amabilidade, Extroversão e Abertura a Mudanças. Com Participação Nova, os fatores Conscienciosidade, Abertura a Mudanças e Neuroticismo. Já com Participação Comunitária, todos os traços se relacionaram e com Participação Direta nenhum deles se relacionou.

As variáveis Eficácia Externa e Eficácia Interna se relacionaram de forma significativa com todas as formas de participação. O mesmo ocorreu com as variáveis Interesse por Política e Conhecimento Político. O posicionamento entre Esquerda e Direita não se relacionou com nenhuma forma de participação e entre Liberal e Conservador, apenas uma relação significativa com Participação Nova (negativa). Partidarismo se relacionou de forma significativa com Participação Tradicional, Participação Comunitária e Participação Direta.

Além das relações descritas, a análise das correlações permitiu verificar diversas relações entre as variáveis antecedentes. Estas relações evidenciam a possibilidade de existirem relações de mediação entre as variáveis antecedentes na explicação das variáveis critério, assim mostra-se necessário avaliar estas possibilidades.

No entanto, antes de se avaliar relações de mediação, faz-se necessária análise mais apurada das relações evidenciadas pela análise das correlações.

4.5. Regressões entre as variáveis.

Após a análise das correlações, foram realizadas as regressões entre as variáveis antecedentes e de cada uma destas com as variáveis critério. Inicialmente foi realizada a regressão múltipla entre os tipos motivacionais e os mecanismos avaliativos.

Nas regressões entre os tipos motivacionais e os mecanismos avaliativos, o modelo que considerou o mecanismo avaliativo Eficácia Externa se mostrou significativo ($R^2 = 0,054$, $F=1,932$, valor- $p=0,010$) e cinco tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta=0,136^*$), Tradição ($\beta=-0,096^*$), Conformidade com Regras ($\beta=0,118^*$), Segurança Pessoal ($\beta=-0,136^*$) e Estimulação ($\beta=-0,119^*$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Eficácia Interna se mostrou significativo ($R^2 = 0,067$, $F=2,456$, valor- $p=0,001$) e quatro tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta=0,128^*$), Conformidade com Regras ($\beta=0,179^{**}$), Realização ($\beta=0,134^{**}$) e Estimulação ($\beta=0,093^*$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Interesse por Política se mostrou significativo ($R^2 = 0,101$, $F=3,820$, valor- $p=0,000$) e cinco tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta=0,151^{**}$), Tradição ($\beta=-0,151^{**}$), Face ($\beta=-0,126^*$), Segurança Social ($\beta=0,195^{**}$) e Realização ($\beta=0,165^{***}$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo

Conhecimento Político se mostrou significativo ($R^2 = 0,074$, $F=2,724$, valor- $p=0,000$) e três tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta=0,173^{**}$), Benevolência Cuidado ($\beta=0,123^*$) e Realização ($\beta=0,095^*$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Partidarismo se mostrou significativo ($R^2 = 0,051$, $F=1,843$, valor- $p=0,016$) e quatro tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta=0,114^*$), Benevolência Cuidado ($\beta=-0,130^*$), Segurança Social ($\beta=0,131^*$) e Hedonismo ($\beta=-0,129^{**}$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Indicação entre Liberal e Conservador se mostrou significativo ($R^2 = 0,081$, $F=3,027$, valor- $p=0,000$) e três tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Benevolência Dependência ($\beta=0,183^{**}$), Tradição ($\beta=0,191^{***}$) e Poder Recursos ($\beta=-0,138^{**}$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Indicação entre Esquerda e Direita não se mostrou significativo ($R^2 = 0,031$, $F=1,081$, valor- $p=0,366$). A tabela a seguir mostra estes e demais índices destas análises.

Tabela 18

Regressões entre os tipos motivacionais e os mecanismos avaliativos.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
UNC	Ef. Externa	,161	,069	,136	2,345	,019
TR	Ef. Externa	-,112	,056	-,096	-2,019	,044
COR	Ef. Externa	,136	,060	,118	2,270	,024
SEP	Ef. Externa	-,157	,071	-,136	-2,229	,026
ST	Ef. Externa	-,134	,053	-,119	-2,518	,012
UNC	Ef. Interna	,131	,059	,128	2,231	,026
COR	Ef. Interna	,177	,051	,179	3,472	,001
AC	Ef. Interna	,130	,045	,134	2,879	,004
ST	Ef. Interna	,090	,045	,093	1,990	,047
UNC	Int. por Política	,227	,085	,151	2,672	,008
TR	Int. por Política	-,224	,069	-,151	-3,251	,001
FAC	Int. por Política	-,192	,086	-,126	-2,245	,025
SES	Int. por Política	,281	,088	,195	3,212	,001

Continua

Continuação

AC	Int. por Política	,237	,066	,165	3,617	,000
UNC	Con. Político	,270	,090	,173	3,010	,003
BEC	Con. Político	,173	,086	,123	2,020	,044
AC	Con. Político	,142	,069	,095	2,059	,040
UNC	Partidarismo	,179	,091	,114	1,972	,049
BEC	Partidarismo	-,183	,087	-,130	-2,106	,036
SES	Partidarismo	,196	,093	,131	2,099	,036
HE	Partidarismo	-,189	,072	-,129	-2,642	,008
BED	Lib. Con.	,265	,095	,183	2,799	,005
TR	Lib. Con.	,292	,072	,191	4,082	,000
POR	Lib. Con.	-,183	,064	-,138	-2,875	,004

Foram então realizadas as regressões entre os traços de personalidade e os mecanismos avaliativos, o modelo que considerou o mecanismo avaliativo Eficácia Externa não se mostrou significativo ($R^2 = 0,009$, $F=1,257$, valor- $p=0,281$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Eficácia Interna se mostrou significativo ($R^2 = 0,048$, $F=6,700$, valor- $p=0,000$) e apenas um traço de personalidade se mostrou preditor significativo, Abertura à Mudanças ($\beta=0,120^*$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Interesse por Política se mostrou significativo ($R^2 = 0,038$, $F=5,187$, valor- $p=0,000$) e dois traços de personalidade se mostraram preditores significativos, Amabilidade ($\beta=0,122^*$) e Neuroticismo ($\beta=-0,106^{**}$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Conhecimento Político se mostrou significativo ($R^2 = 0,019$, $F=2,582$, valor- $p=0,025$) e apenas um traço de personalidade se mostrou preditor significativo, Neuroticismo ($\beta=-0,105^{**}$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Partidarismo não se mostrou significativo ($R^2 = 0,005$, $F=0,682$, valor- $p=0,637$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Indicação entre Liberal e Conservador também não se mostrou significativo ($R^2 = 0,007$, $F=0,994$, valor- $p=0,420$). O modelo que considerou o mecanismo avaliativo Indicação entre Esquerda e Direita se mostrou significativo ($R^2 = 0,023$, $F=3,141$, valor- $p=0,008$) e apenas um traço de personalidade se mostrou preditor significativo, Conscienciosidade ($\beta=0,153^{**}$).

Tabela 19

Regressões entre os traços de personalidade e os mecanismos avaliativos.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Aber. à mudanças	Ef. Interna	,119	,051	,120	2,348	,019
Amabilidade	Int. por Política	,173	,068	,122	2,559	,011
Neuroticismo	Int. por Política	-,149	,055	-,106	-2,708	,007
Neuroticismo	Con. Político	-,152	,057	-,105	-2,643	,008
Consciosidade	Esq. Dir.	,213	,071	,153	2,980	,003

Em seguida todas as variáveis critério foram analisadas frente a cada uma das formas de participação política. O modelo entre os tipos motivacionais e Participação Tradicional não se mostrou significativo ($R^2 = 0,035$, $F = 1,241$, valor- $p = 0,218$). Ao analisar cada um dos tipos motivacionais, verificou-se que apenas Conformidade Interpessoal foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta = -0,121^*$). Quando analisados frente a Participação Nova, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,117$, $F = 4,507$, valor- $p = 0,000$). Cinco tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta = 0,180^{**}$), Realização ($\beta = 0,128^{**}$), Tradição ($\beta = -0,219^{***}$), Segurança Social ($\beta = 0,168^{**}$) e Segurança Pessoal ($\beta = -0,124^*$). Quando analisados frente a Participação Comunitária, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,119$, $F = 4,626$, valor- $p = 0,000$). Seis tipos motivacionais se mostraram preditores significativos, Universalismo Compromisso ($\beta = 0,228^{***}$), Conformidade Interpessoal ($\beta = -0,096^*$), Realização ($\beta = 0,101^*$), Tradição ($\beta = -0,170^{***}$), Segurança Social ($\beta = 0,142^*$) e Segurança Pessoal ($\beta = -0,156^{**}$). Frente a Participação Direta, a relação entre o conjunto dos tipos motivacionais não se mostrou significativo ($R^2 = 0,024$, $F = 0,841$, valor- $p = 0,657$). Ao analisar cada um dos tipos motivacionais, verificou-se que apenas Benevolência Dependência foi um preditor significativo da Participação Direta ($\beta = -0,132^*$).

Tabela 20

Regressão entre os tipos motivacionais e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
COI	Par. Tradicional	-0,139	0,056	-0,121	-2,469	0,014
UNC	Par. Nova	0,237	0,074	0,180	3,210	0,001
AC	Par. Nova	0,161	0,057	0,128	2,839	0,005
TR	Par. Nova	-0,285	0,06	-0,219	-4,776	0,000
SES	Par. Nova	0,211	0,076	0,168	2,785	0,006
SEP	Par. Nova	-0,159	0,076	-0,124	-2,103	0,036
UNC	Par. Comunitária	0,240	0,059	0,228	4,073	0,000
COI	Par. Comunitária	-0,094	0,046	-0,096	-2,068	0,039
AC	Par. Comunitária	0,101	0,045	0,101	2,234	0,026
TR	Par. Comunitária	-0,176	0,048	-0,170	-3,700	0,000
SES	Par. Comunitária	0,143	0,061	0,142	2,365	0,018
SEP	Par. Comunitária	-0,160	0,060	-0,156	-2,649	0,008
BED	Par. Direta	-0,112	0,057	-0,132	-1,964	0,050

Em seguida foi realizada a regressão múltipla entre os traços de personalidade e cada uma das formas de participação política. O modelo entre os traços de personalidade e Participação Tradicional se mostrou significativo ($R^2 = 0,027$, $F = 3,623$, valor- $p = 0,003$). Ao analisar cada um dos traços de personalidade, verificou-se que apenas Abertura a Mudanças foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta = 0,137^{**}$). Quando analisados frente a Participação Nova, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,022$, $F = 2,943$, valor- $p = 0,012$). Dois traços de personalidade se mostraram preditores significativos, Extroversão ($\beta = -0,135^*$) e Abertura a Mudanças ($\beta = 0,153^{**}$). Quando analisados frente a Participação Comunitária, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,039$, $F = 5,387$, valor- $p = 0,000$). Dois traços de personalidade se mostraram preditores significativos, Abertura a Mudanças ($\beta = 0,168^{**}$) e Neuroticismo ($\beta = -0,131^{**}$). Frente a Participação Direta, a relação entre o conjunto dos traços de personalidade não se mostrou significativo ($R^2 = 0,008$, $F = 1,044$, valor- $p = 0,390$) e nenhum traço se mostrou preditor significativo. Os resultados são sintetizados na tabela que segue.

Tabela 21

Regressão entre os traços de personalidade e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Aber. à Mudança	Par. Tradicional	0,166	0,063	0,137	2,644	0,008
Extroversão	Par. Nova	-0,135	0,060	-0,114	-2,269	0,024
Aber. à Mudança	Par. Nova	0,195	0,066	0,153	2,940	0,003
Aber. à Mudança	Par. Comunitária	0,172	0,053	0,168	3,260	0,001
Neuroticismo	Par. Comunitária	-0,129	0,038	-0,131	-3,356	0,001

Foi então realizado a mesma análise com Eficácia Interna e Externa. O modelo de relação com Participação Tradicional se mostrou significativo ($R^2 = 0,109$, $F=40,595$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que apenas Eficácia Interna foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta=0,290^{***}$). Frente a Participação Nova, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,143$, $F=55,639$, valor- $p=0,000$). Novamente apenas Eficácia Interna se mostrou preditor significativo ($\beta=0,385^{***}$). Quando analisados frente a Participação Comunitária, o modelo também se mostrou significativo ($R^2 = 0,155$, $F=61,037$, valor- $p=0,000$) e apenas Eficácia Interna se mostrou preditor significativo ($\beta=0,368^{***}$). Frente a Participação Direta, a relação se mostrou significativo ($R^2 = 0,041$, $F=14,391$, valor- $p=0,000$) e apenas Eficácia Interna foi significativo ($\beta=0,177^{***}$).

Tabela 22

Regressão entre Eficácia Interna e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Ef. Interna	Par. Tradicional	0,355	0,049	0,290	7,207	0,000
Ef. Interna	Par. Nova	0,498	0,051	0,385	9,755	0,000
Ef. Interna	Par. Comunitária	0,380	0,041	0,368	9,385	0,000
Ef. Interna	Par. Direta	0,157	0,037	0,177	4,234	0,000

Para Interesse por Política, o modelo de relação com Participação Tradicional se mostrou significativo ($R^2 = 0,118$, $F=89,634$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta=0,344^{***}$). Frente a Participação Nova, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,153$, $F=120,942$, valor- $p=0,000$) e o interesse se mostrou preditor significativo ($\beta=0,392^{***}$). Frente a Participação Comunitária, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,178$, $F=144,075$, valor- $p=0,000$) e o interesse se mostrou preditor significativo ($\beta=0,421^{***}$). Frente a Participação Direta, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,034$, $F=23,173$, valor- $p=0,000$) e o interesse se mostrou preditor significativo ($\beta=0,183^{***}$), conforme tabela a seguir.

Tabela 23

Regressão entre o Interesse por Política e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Int. por Política	Par. Tradicional	0,285	0,030	0,344	9,468	0,000
Int. por Política	Par. Nova	0,343	0,031	0,392	10,997	0,000
Int. por Política	Par. Comunitária	0,295	0,025	0,421	12,003	0,000
Int. por Política	Par. Direta	0,110	0,023	0,183	4,814	0,000

Para Conhecimento Político, o modelo de relação com Participação Tradicional se mostrou significativo ($R^2 = 0,061$, $F=43,622$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta=0,248^{***}$). Frente a Participação Nova, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,091$, $F=66,651$, valor- $p=0,000$) e o conhecimento se mostrou preditor significativo ($\beta=0,301^{***}$). Frente a Participação Comunitária, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,151$, $F=118,736$, valor- $p=0,000$) e o conhecimento se mostrou preditor significativo ($\beta=0,389^{***}$). Frente a Participação Direta, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,009$, $F=5,852$, valor- $p=0,016$) e o conhecimento se mostrou preditor significativo ($\beta=0,093^{***}$), conforme verificado na tabela a seguir.

Tabela 24

Regressão entre o Conhecimento Político e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Con. Político	Par. Tradicional	0,198	0,030	0,248	6,605	0,000
Con. Político	Par. Nova	0,254	0,031	0,301	8,164	0,000
Con. Político	Par. Comunitária	0,262	0,024	0,389	10,897	0,000
Con. Político	Par. Direta	0,054	0,022	0,093	2,419	0,016

Para Partidarismo, o modelo de relação com Participação Tradicional se mostrou significativo ($R^2 = 0,077$, $F=55,658$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foi um preditor significativo da Participação Tradicional ($\beta=0,278^{***}$). Frente a Participação Nova, o modelo não se mostrou significativo ($R^2 = 0,004$, $F=2,416$, valor- $p=0,121$). Frente a Participação Comunitária, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,032$, $F=21,901$, valor- $p=0,000$) e Partidarismo se mostrou preditor significativo ($\beta=0,026^{***}$). Frente a Participação Direta, o modelo se mostrou significativo ($R^2 = 0,024$, $F=16,064$, valor- $p=0,000$) e Partidarismo se mostrou preditor significativo ($\beta=0,153^{***}$), conforme tabela 25.

Tabela 25

Regressão entre o Partidarismo e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Partidarismo	Par. Tradicional	0,221	0,030	0,278	7,460	0,000
Partidarismo	Par. Comunitária	0,120	0,026	0,178	4,680	0,000
Partidarismo	Par. Direta	0,089	0,022	0,153	4,008	0,000

Para a indicação entre Liberal e Conservador, o modelo de relação com Participação Nova foi o único que se mostrou significativo ($R^2 = 0,008$, $F=5,315$, valor- $p=0,021$) e verificou-se que foi uma preditora significativa ($\beta=-0,089^*$).

Tabela 26

Regressão entre a indicação entre Liberal e Conservador e as formas de participação política.

Variável Antecedente	Variável Critério	B	S.E.	Beta	t	Sig.
Lib. Con.	Par. Nova	-0,075	0,033	-0,089	-2,306	0,021

Para a indicação entre Esquerda e Direita, nenhum modelo se mostrou significativo.

Após as análises realizadas, os resultados significativos foram agrupados para analisar o conjunto dos fatores frente a cada variável critério. A primeira análise considerou as variáveis que apresentaram resultados significativos em relação à variável critério Participação Tradicional. O modelo de relação com Participação Tradicional (tabela 27) se mostrou significativo ($R^2 = 0,205$, $F = 29,284$, valor- $p = 0,000$). Verificou-se que foram preditores significativos Conformidade Interpessoal ($\beta = -0,077^*$), Abertura à Mudanças ($\beta = 0,093^{**}$), Eficácia Interna ($\beta = 0,134^{**}$), Interesse por Política ($\beta = 0,203^{***}$), Conhecimento Político ($\beta = 0,108^{**}$) e Partidarismo ($\beta = 0,180^{***}$).

Tabela 27

Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Tradicional.

Variável Antecedente	B	S.E.	Beta	t	Sig.
COI	-,089	,041	-,077	-2,199	,028
Abert. à mudanças	,112	,043	,093	2,602	,009
Ef. Interna	,164	,049	,134	3,332	,001
Inter por Política	,168	,033	,203	5,108	,000
Conh. Político	,087	,030	,108	2,917	,004
Partidarismo	,144	,029	,180	4,999	,000

A segunda análise (tabela 28) considerou as variáveis que apresentaram resultados significativos em relação à variável critério Participação Tradicional. O modelo de relação com Participação Nova se mostrou significativo ($R^2 = 0,281$, $F=24,323$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foram preditores significativos Tradição ($\beta=-0,183^{***}$), Segurança Social ($\beta=0,111^*$), Segurança Pessoal ($\beta=-0,092^*$), Extroversão ($\beta=-,119^{**}$) Abertura à Mudanças ($\beta=0,085^*$), Eficácia Interna ($\beta=0,240^{***}$), Interesse por Política ($\beta=0,201^{***}$), Conhecimento Político ($\beta=0,147^{***}$) e Indicação entre Liberal e Conservador ($\beta=-0,080^*$).

Tabela 28

Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Nova.

Variável Antecedente	B	S.E.	Beta	t	Sig.
UNC	,093	,061	,071	1,536	,125
AC	,082	,046	,065	1,788	,074
TR	-,237	,049	-,183	-4,824	,000
SES	,140	,062	,111	2,262	,024
SEP	-,118	,060	-,092	-1,975	,049
Extroversão	-,141	,050	-,119	-2,801	,005
Abert. à mudanças	,109	,055	,085	1,995	,047
Ef. Interna	,311	,049	,240	6,295	,000
Inter por Política	,176	,034	,201	5,220	,000
Conh. Político	,124	,030	,147	4,131	,000
Lib. Cons.	-,068	,029	-,080	-2,372	,018

Em seguida foi realizada análise que considerou as variáveis que apresentaram resultados significativos em relação à variável critério Participação Comunitária, tabela 29. O modelo de relação com Participação Comunitária se mostrou significativo ($R^2 = 0,326$, $F=27,829$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foram preditores significativos Universalismo Compromisso ($\beta=0,133^{**}$), Tradição ($\beta=-0,138^{***}$), Segurança Pessoal ($\beta=-0,156^{**}$), Abertura à Mudanças ($\beta=0,117^{**}$), Neuroticismo ($\beta=-0,087^{**}$), Eficácia Interna ($\beta=0,188^{***}$), Interesse por Política ($\beta=0,218^{***}$) e Conhecimento Político ($\beta=0,213^{***}$).

Tabela 29

Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Comunitária.

Variável Antecedente	B	S.E.	Beta	t	Sig.
UNC	,140	,047	,133	2,967	,003
COI	-,028	,022	-,043	-1,265	,206
AC	-,038	,035	-,038	-1,092	,275
TR	-,144	,038	-,138	-3,813	,000
SES	,063	,048	,062	1,311	,190
SEP	-,160	,046	-,156	-3,487	,001
Abert. à mudanças	,120	,036	,117	3,275	,001
Neuroticismo	-,085	,032	-,087	-2,613	,009
Ef. Interna	,194	,039	,188	5,034	,000
Inter por Política	,152	,026	,218	5,788	,000
Conh. Político	,144	,023	,213	6,173	,000
Partidarismo	,030	,022	,044	1,322	,187

Por fim, foi realizada análise que considerou as variáveis que apresentaram resultados significativos em relação à variável critério Participação Direta, tabela 30. O modelo de relação com Participação Direta se mostrou significativo ($R^2 = 0,062$, $F=7,939$, valor- $p=0,000$). Verificou-se que foram preditores significativos Eficácia Interna ($\beta=0,201^{***}$), Interesse por Política ($\beta=0,248^{***}$) e Conhecimento Político ($\beta=0,245^{***}$).

Tabela 30

Modelo das relações entre as variáveis antecedentes e a Participação Direta.

Variável Antecedente	B	S.E.	Beta	t	Sig.
BED	-,036	,032	-,037	-1,110	,268
Ef. Interna	,208	,039	,201	5,330	,000
Inter por Política	,173	,026	,248	6,551	,000
Conh. Político	,165	,024	,245	6,963	,000
Partidarismo	,027	,023	,040	1,182	,238

Tendo em vista as relações entre as variáveis, verificadas na análise das correlações e das regressões, mostrou-se pertinente avaliar as relações de mediação que podem existir entre

as variáveis antecedentes, tipos motivacionais e traços de personalidade, com mediação das variáveis antecedentes Eficácia Interna, Interesse por Política, Conhecimento Político, Partidarismo e Indicação entre Liberal e Conservador na explicação das opções pelas diferentes formas de Participação Política (variáveis critério). Estas análises serão apresentadas a seguir.

4.6 Mediação

Após o teste dos efeitos diretos, são apresentados os testes sobre relacionamentos indiretos (efeitos mediadores). A mediação pode ser definida como o grau em que uma dada variável influencia a relação entre a variável antecedente e a variável critério (Baron & Kenny, 1986). A mediação total se refere ao caso em que a variável antecedente não afeta mais a variável critério após outra variável ter sido controlada. Para testar as relações de mediação entre as variáveis deste estudo, foi feita análise de caminhos utilizado o *Software AMOS* e foram analisados os coeficientes de bootstrap conforme recomendado por Cheung e Lau (2008).

Foram realizadas análises do efeito mediador das variáveis Eficácia Externa, Eficácia Interna, Interesse por Política, Partidarismo e Conhecimento Político, na relação entre os tipos motivacionais e traços de personalidade com as formas de participação política. Foram construídos modelos de mediação para cada uma das possibilidades, tendo em vista os resultados das regressões. São apresentados a seguir os resultados positivos encontrados.

Inicialmente foram analisadas as possíveis mediações na relação entre os tipos motivacionais e as formas de participação política. O primeiro teste realizado apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,967; CFI=0,963; RMSEA=0,047), sendo significativo ($p < 0,05$). Verificou-se a mediação total da Eficácia Interna sobre o efeito do tipo motivacional

Universalismo Compromisso na Participação Nova. Esta mediação total pode ser observada uma vez que a relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova, que era significativa ($p=0,015$) deixa de ser quando a variável Eficácia Interna entra no modelo ($p=0,269$), conforme tabela a seguir.

Tabela 31

Mediação de Eficácia Interna na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,015	0,06
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,269	0,053
Efic. Interna	<---	Un. Compro.	0,016	0,14
P. Nova	<---	Efic. Interna	0,001	0,427

A relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova também se mostrou totalmente mediada por Interesse por Política. O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,985; CFI=0,979; RMSEA=0,054), sendo significativo ($p<0,05$) e a relação que era significativa ($p=0,001$) deixou de ser com a entrada da variável mediadora ($p=0,552$).

Tabela 32

Mediação de Int. por Política na relação entre Univ. Compromisso e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,001	0,084
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,552	0,031
Int. por Política	<---	Un. Compro.	0,001	0,215
P. Nova	<---	Int. por Política	0,001	0,389

Na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova, a relação que era significativa ($p=0,014$) deixou de ser com a entrada de Conhecimento Político no modelo ($p=0,128$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,989; CFI=0,988; RMSEA=0,040), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 33

Mediação de Conhecimento Político na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,014	0,037
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Un. Compro.	0,128	0,076
Conh. Político	<---	Un. Compro.	0,017	0,123
P. Nova	<---	Conh. Político	0,001	0,302

A figura 5 sintetiza as relações de mediação verificadas entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.

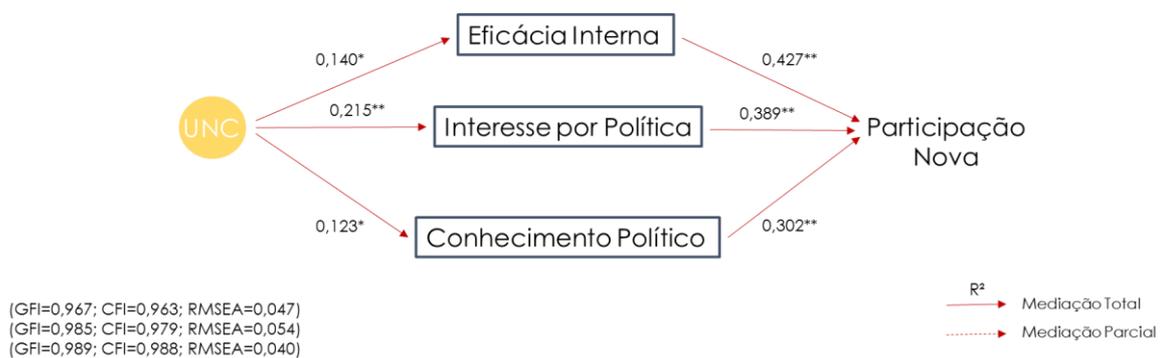


Figura 5: Mediações entre Universalismo Compromisso e Participação Nova.

A relação entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária, se mostrou totalmente mediada por Interesse por Política, pois a relação que era significativa ($p=0,001$)

deixou de ser com a entrada de Interesse por Política no modelo ($p=0,218$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios ($GFI=0,981$; $CFI=0,969$; $RMSEA=0,043$), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 34

Mediação de Interesse por Política na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Un. Compro.	0,001	0,102
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Un. Compro.	0,218	0,064
Int. por Política	<---	Un. Compro.	0,001	0,214
P. Comu.	<---	Int. por Política	0,001	0,477

Na relação entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária, a relação que era significativa ($p=0,014$) assim se manteve com a entrada de Conhecimento Político no modelo ($p=0,029$) mas a relação se fortaleceu ($R^2 =0,054$ e $R^2 =0,114$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios ($GFI=0,982$; $CFI=0,969$; $RMSEA=0,043$), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 35

Mediação de Conh. Político na relação entre Univ. Compromisso e Parti. Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Un. Compro.	0,014	0,054
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Un. Compro.	0,029	0,114
Conh. Político	<---	Un. Compro.	0,018	0,123
P. Comu.	<---	Conh. Político	0,002	0,44

A seguir é apresentada figura que sintetiza as relações de mediação verificadas entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária.

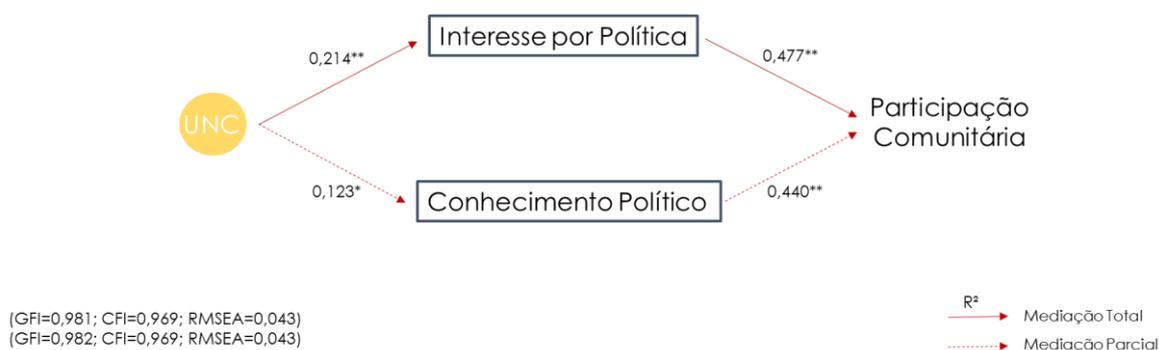


Figura 6: Mediações entre Universalismo Compromisso e Participação Comunitária.

Na relação entre Estimulação e Participação Comunitária, verificou-se a mediação total com a entrada de Conhecimento Político. A relação que era significativa ($p=0,001$), deixou de ser ($p=0,199$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,981; CFI=0,964; RMSEA=0,045), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 36

Mediação de Conhecimento Político na relação entre Estimulação e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Estimulação	0,001	-0,079
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Estimulação	0,199	-0,069
Conh. Político	<---	Estimulação	0,001	-0,177
P. Comu.	<---	Conh. Político	0,001	0,443

Esta relação de mediação total entre Estimulação e Participação Comunitária, feita pelo Conhecimento Político é apresentado na figura a seguir.



Figura 7: Mediação entre Estimulação e Participação Comunitária.

Para o traço de personalidade Abertura à Mudanças, foi inicialmente verificada a mediação de Eficácia Interna em sua relação com as formas tradicionais de participação política. O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,967; CFI=0,969; RMSEA=0,038), sendo significativo ($p < 0,05$). A mediação encontrada foi total, uma vez que com a entrada no modelo da variável Eficácia Interna, a relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional deixou de ser significativa ($p = 0,001$ e $p = 0,155$).

Tabela 37

Mediação de Eficácia Interna na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Tradicional	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,12
Efeito Direto				
P. Tradicional	<---	Aber. Mudanças	0,155	0,073
Ef. Interna	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,31
P. Tradicional	<---	Ef. Interna	0,001	0,387

Para Abertura à Mudanças e a mediação de Interesse por Política em sua relação com as formas tradicionais de participação política, o modelo apresentou ajustes satisfatórios

(GFI=0,975; CFI=0,961; RMSEA=0,055), sendo significativo ($p<0,05$). A mediação encontrada foi parcial, uma vez que com a entrada no modelo da variável Interesse por Política, a relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional se manteve significativa ($p=0,001$ e $p=0,001$).

Tabela 38

Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Tradicional.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Tradicional	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,055
Efeito Direto				
P. Tradicional	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,138
Int. por Política	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,159
P. Tradicional	<---	Int. por Política	0,001	0,349

Na relação entre Abertura a Mudanças e Participação Nova, houve mediação total da Eficácia Interna, uma vez que a relação entre as duas primeiras variáveis era significativa ($p=0,001$) e deixou de ser com a entrada da terceira ($p=0,934$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,966; CFI=0,963; RMSEA=0,045), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 39

Mediação de Eficácia Interna na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,146
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Aber. Mudanças	0,934	-0,004
Ef. Interna	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,309
P. Nova	<---	Ef. Interna	0,001	0,472

Para a relação entre Abertura à Mudanças e Participação Nova, mediada por Interesse por Política, novamente foi verificada mediação total. A relação direta entre as variáveis Abertura à Mudança e Participação Nova, que era significativa ($p=0,001$) deixou de ser com a entrada da variável Interesse por Política no modelo ($p=0,067$), que apresentou ajuste satisfatório ($GFI=0,979$; $CFI=0,971$; $RMSEA=0,055$), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 40

Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Part. Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,06
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Aber. Mudanças	0,067	0,082
Int. por Política	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,152
P. Nova	<---	Int. por Política	0,002	0,382

Na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Comunitária, também houve mediação total da Eficácia Interna, uma vez que a relação entre as duas primeiras variáveis era significativa ($p=0,001$) e deixou de ser com a entrada da terceira ($p=0,782$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios ($GFI=0,966$; $CFI=0,967$; $RMSEA=0,035$), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 48

Mediação de Efic. Interna na relação entre Abert. à Mudanças e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,165
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Aber. Mudanças	0,782	0,016
Ef. Interna	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,307
P. Comu.	<---	Ef. Interna	0,001	0,536

Para Abertura à Mudanças e a mediação de Interesse por Política em sua relação com as formas comunitárias de participação política, o modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,974; CFI=0,953; RMSEA=0,049), sendo significativo ($p < 0,05$). A mediação encontrada foi parcial, uma vez que com a entrada no modelo da variável Interesse por Política, a relação entre Abertura à Mudanças e Participação Comunitária se manteve significativa ($p=0,001$ e $p=0,041$).

Tabela 42

Mediação de Interesse por Política na relação entre Abertura à Mudanças e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,075
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Aber. Mudanças	0,041	0,11
Int. por Política	<---	Aber. Mudanças	0,001	0,158
P. Comu.	<---	Int. por Política	0,001	0,475

A seguir é apresentada figura que ilustra as diferentes relações de mediação entre Abertura à Mudanças e as formas de participação Tradicional, Nova e Comunitária.

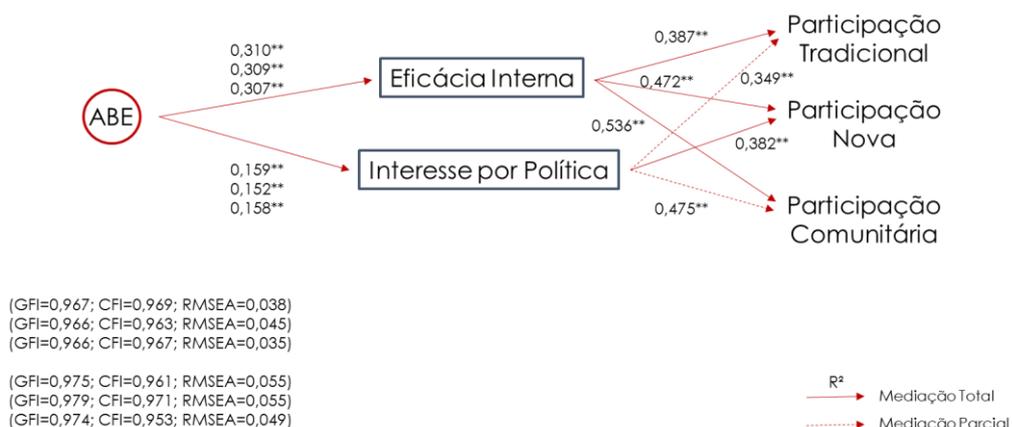


Figura 8. Mediação entre Abertura à Mudanças e as formas de participação.

Na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova, a relação que era significativa ($p=0,003$) deixou de ser com a entrada de Interesse por Política no modelo ($p=0,170$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,971; CFI=0,955; RMSEA=0,074), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 43

Mediação de Interesse por Política na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Conscienciosida.	0,003	0,054
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Conscienciosida.	0,17	0,056
Int. por Política	<---	Conscienciosida.	0,004	0,139
P. Nova	<---	Int. por Política	0,001	0,388

Na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova, a relação que era significativa ($p=0,024$) deixou de ser com a entrada de Conhecimento Político no modelo ($p=0,054$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,975; CFI=0,963; RMSEA=0,066), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 44

Mediação de Conhec. Político na relação entre Conscienciosidade e Participação Nova.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Nova	<---	Conscienciosida.	0,024	0,032
Efeito Direto				
P. Nova	<---	Conscienciosida.	0,054	0,078
Conh. Político	<---	Conscienciosida.	0,029	0,104
P. Nova	<---	Conh. Político	0,001	0,303

Na relação entre Conscienciosidade e Participação Comunitária, a relação que era significativa ($p=0,003$) deixou de ser com a entrada de Interesse por Política no modelo

($p=0,336$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,966; CFI=0,940; RMSEA=0,061), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 45

Mediação de Interesse por Política na relação entre Conscienciosidade e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Conscienciosida.	0,003	0,067
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Conscienciosida.	0,336	0,048
Int. por Política	<---	Conscienciosida.	0,004	0,139
P. Comu.	<---	Int. por Política	0,001	0,484

Na relação entre Conscienciosidade e Participação Comunitária, novamente a relação que era significativa ($p=0,027$) deixou de ser com a entrada de Conhecimento Político no modelo ($p=0,202$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,966; CFI=0,937; RMSEA=0,062), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 46

Mediação de Conhec. Político na relação entre Conscienciosidade e Part. Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Conscienciosida.	0,027	0,047
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Conscienciosida.	0,202	0,066
Conh. Político	<---	Conscienciosida.	0,028	0,104
P. Comu.	<---	Conh. Político	0,001	0,448

As relações de mediação apresentadas, entre Conscienciosidade e as formas de participação, Nova e Comunitária, estão sintetizadas na figura a seguir.

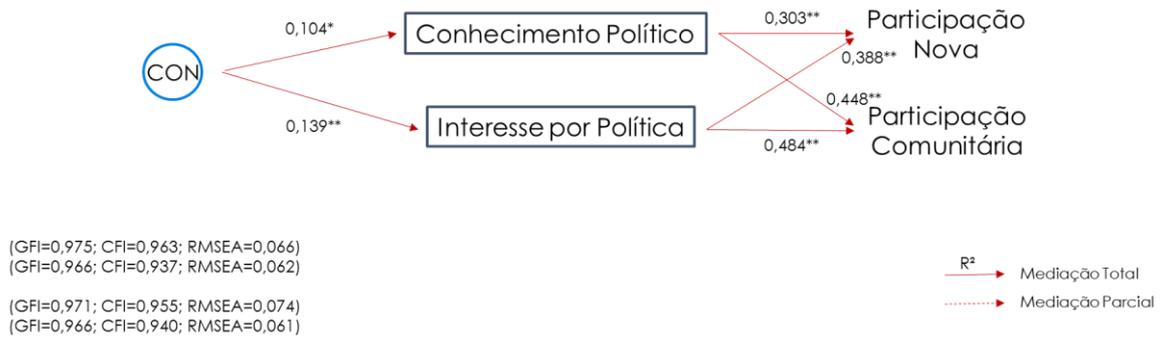


Figura 9. Relações de Mediação entre Conscienciosidade e formas de participação Nova e Comunitária.

Na relação entre Amabilidade e Participação Tradicional, a relação que era significativa ($p=0,001$) deixou de ser com a entrada de Interesse por Política no modelo ($p=0,275$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,980; CFI=0,978; RMSEA=0,046), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 47

Mediação de Interesse por Política na relação entre Amabilidade e Participação Tradicional.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Tradic.	<---	Amabilidade	0,001	0,054
Efeito Direto				
P. Tradic.	<---	Amabilidade	0,275	0,044
Int. por Política	<---	Amabilidade	0,001	0,149
P. Tradic.	<---	Int. por Política	0,001	0,364

Na relação entre Amabilidade e Participação Comunitária, a relação que era significativa ($p=0,012$) deixou de ser com a entrada de Interesse por Política no modelo ($p=0,191$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,980; CFI=0,975; RMSEA=0,041), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 48

Mediação de Interesse por Política na relação entre Amabilidade e Part. Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Amabilidade	0,001	0,072
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Amabilidade	0,17	0,06
Int. por Política	<---	Amabilidade	0,004	0,149
P. Comu.	<---	Int. por Política	0,001	0,482

As duas mediações encontradas para Amabilidade foram totais, a primeira com Participação Tradicional e a segunda com Participação Comunitária, conforme imagem a seguir.

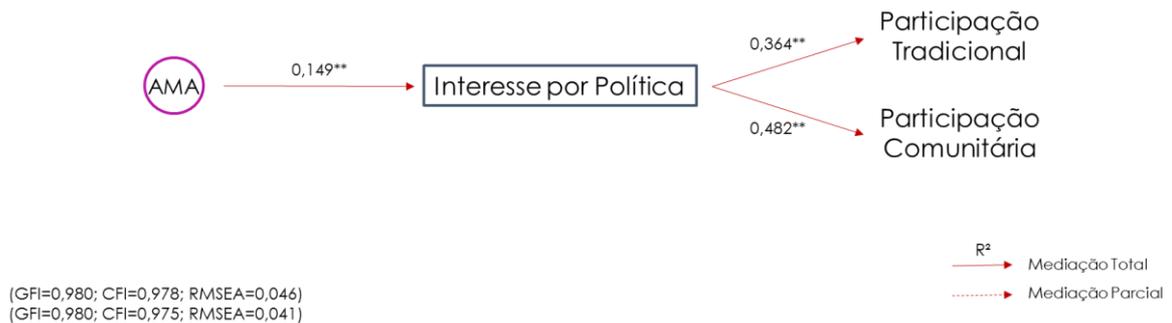


Figura 10. Mediação entre Amabilidade e Participação Tradicional e Comunitária.

Na relação entre Neuroticismo e Participação Comunitária, a relação que era significativa ($p=0,026$) deixou de ser com a entrada de Conhecimento Político no modelo ($p=0,146$). O modelo apresentou ajustes satisfatórios (GFI=0,979; CFI=0,970; RMSEA=0,042), sendo significativo ($p<0,05$).

Tabela 49

Mediação de Conhecimento Político na relação entre Neuroticismo e Participação Comunitária.

			P	R ²
Efeito Indireto				
P. Comu.	<---	Neuroticismo	0,009	-0,049
Efeito Direto				
P. Comu.	<---	Neuroticismo	0,17	-0,069
Conh. Político	<---	Neuroticismo	0,01	-0,11
P. Comu.	<---	Conh. Político	0,001	0,447

A seguir está a representação gráfica desta relação entre Neuroticismo e Participação Comunitária.



Figura 11. Mediação entre Neuroticismo e Participação Comunitária.

Ao todo, dezenove relações de mediação foram encontradas, três parciais e dezesseis totais. Tendo em vista estas relações verificadas e os resultados obtidos nas regressões, procedeu-se então a construção dos modelos das relações entre as variáveis antecedentes e as formas de participação, que será descrito a seguir.

4.7. Mensuração dos modelos

Após as análises realizadas até aqui, procedeu-se a inclusão das relações que apresentaram resultado significativo nos modelos. Para esta etapa, foi novamente utilizado o *Software AMOS*. Foram construídos quatro modelos, um para cada tipo de participação política.

Modelo para Participação Tradicional.

O modelo para Participação Tradicional foi construído a partir das relações significativas encontradas nas análises de regressão e nas posteriores análises de mediação. Verificou-se que dentre os tipos motivacionais, apenas Conformidade Interpessoal apresentou relação significativa com Participação Tradicional, esta relação foi direta e negativa ($R^2=-0,09$ e $p= 0,043$). Quanto aos traços de personalidade, apenas Abertura à Mudanças integrou o modelo, sua relação com Participação Tradicional se mostrou mediada tanto por Eficácia Interna como por Interesse por Política. Dentre os mecanismos avaliativos, quatro se mostraram relacionados à Participação Tradicional, Eficácia Interna ($R^2=0,22$ e $p= 0,000$), Interesse por Política ($R^2=0,19$ e $p= 0,000$), Partidarismo ($R^2=0,183$ e $p= 0,000$) e Conhecimento Político ($R^2=0,10$ e $p= 0,019$). Verificou-se ainda a relação entre os mecanismos avaliativos, de Interesse por Política com Eficácia Interna ($R^2=0,49$ e $p= 0,000$) e com Conhecimento Político ($R^2=0,20$ e $p= 0,000$), e de Eficácia Interna com Partidarismo ($R^2=0,33$ e $p= 0,000$) e Conhecimento Político ($R^2=0,25$ e $p= 0,000$). A tabela a seguir apresenta estas e demais estimativas.

Tabela 50
 Estimativas do Modelo de Participação Tradicional.

			Estimação	D.P.	C.R.	P	R ²
Int. Pol.	<---	ABE	0,366	0,112	3,267	0,001	0,159
Ef. Int.	<---	ABE	0,291	0,068	4,261	***	0,233
Ef. Int.	<---	Int. Pol.	0,264	0,028	9,49	***	0,486
Partid.	<---	Ef. Int.	0,629	0,091	6,915	***	0,329
Con. Pol.	<---	Ef. Int.	0,474	0,102	4,655	***	0,248
Con. Pol.	<---	Int. Pol.	0,203	0,046	4,364	***	0,196
P. Trad.	<---	Ef. Int.	0,33	0,092	3,604	***	0,224
P. Trad.	<---	Int. Pol.	0,151	0,039	3,856	***	0,188
P. Trad.	<---	Con. Pol.	0,077	0,033	2,339	0,019	0,1
P. Trad.	<---	Partid.	0,141	0,033	4,337	***	0,183
P. Trad.	<---	COI	-0,137	0,074	-1,86	0,043	-0,089

O modelo de Participação Tradicional é representado graficamente na figura a seguir. Este diagrama permite verificar as relações citadas e o caminho destas relações. O modelo apresentado permitiu explicar 25% da variabilidade do construto Participação Tradicional e apresentou ajuste satisfatório (GFI=0,951; CFI=0,946; RMSEA=0,039).

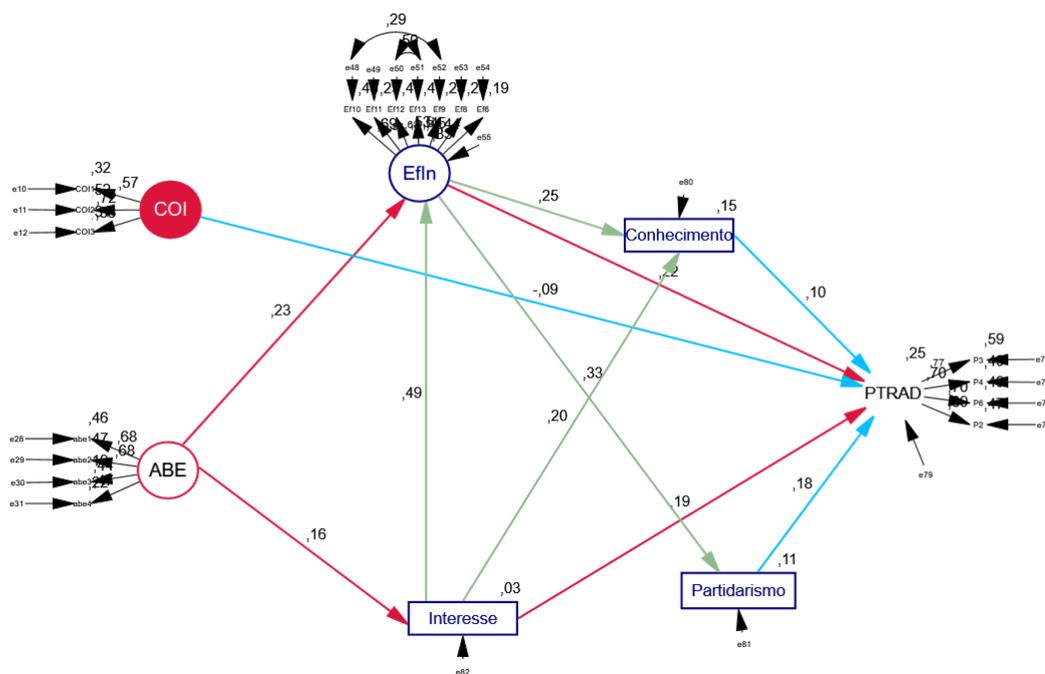


Figura 12. Modelo de Participação Tradicional

Modelo para Participação Direta.

O modelo para Participação Direta, assim como o anterior, foi construído a partir das relações significativas encontradas nas análises de regressão e nas posteriores análises de mediação. Verificou-se que dentre os tipos motivacionais, apenas Benevolência Dependência apresentou relação significativa com Participação Direta, esta relação foi direta e negativa ($R^2=-0,12$ e $p= 0,042$). Quanto aos traços de personalidade, nenhum integrou o modelo. Dentre os mecanismos avaliativos, dois se mostraram diretamente relacionados à Participação Direta, Interesse por Política ($R^2=0,21$ e $p= 0,000$) e Partidarismo ($R^2=0,19$ e $p= 0,000$). Eficácia Interna apresentou apenas relação com Interesse por Política ($R^2=0,52$ e $p= 0,000$). A tabela a seguir apresenta estas e demais estimativas.

Tabela 51

Estimativas do Modelo de Participação Direta.

			Estimaçã o	D.P.	C.R.	P	R ²
Int. Pol.	<---	Ef. Int.	0,956	0,1	9,602	***	0,517
P. Dir.	<---	BED	-0,111	0,054	-2,036	0,042	-0,119
P. Dir.	<---	Partid.	0,097	0,027	3,594	***	0,186
P. Dir.	<---	Int. Pol.	0,116	0,029	4,052	***	0,213

O modelo de Participação Direta é representado graficamente na figura a seguir. Este diagrama permite verificar as relações citadas e o caminho destas relações. O modelo apresentado permitiu explicar 9% da variabilidade do construto Participação Direta e apresentou ajuste satisfatório (GFI=0,957; CFI=0,936; RMSEA=0,049).

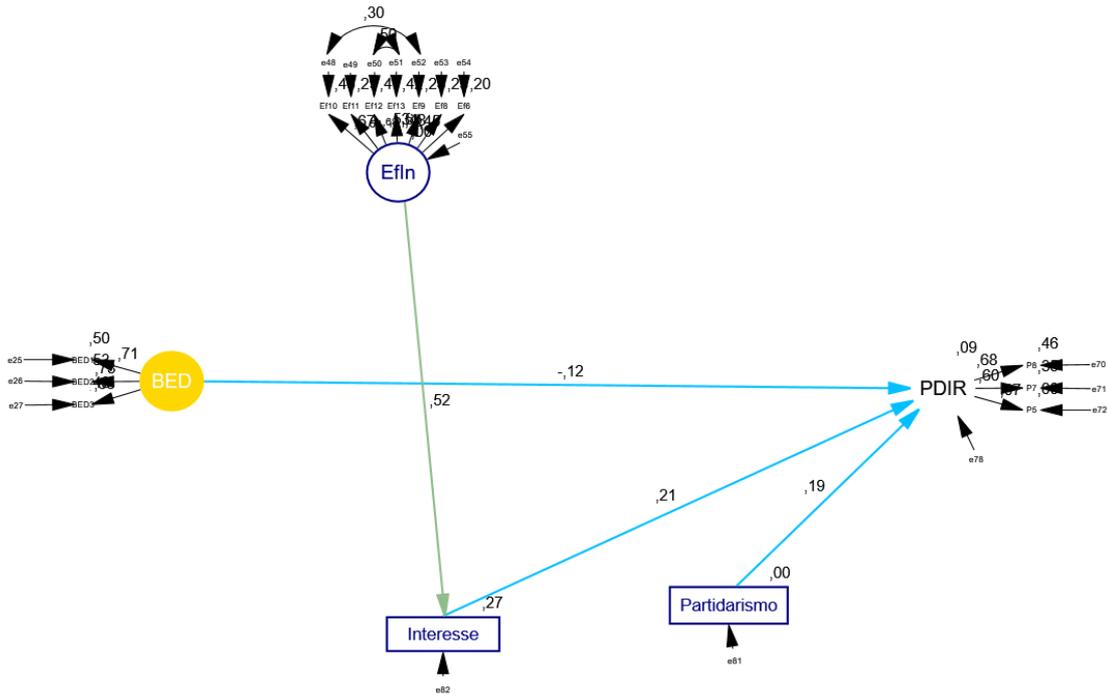


Figura 13. Modelo de Participação Direta

Modelo para Participação Nova.

Também o modelo para Participação Nova foi construído a partir das relações significativas encontradas nas análises de regressão e nas análises de mediação. Verificou-se que dentre os tipos motivacionais, quatro integraram o modelo. Três destes apresentaram relação direta com Participação Nova: Realização ($R^2=0,16$ e $p=0,020$), Tradição ($R^2=-0,42$ e $p=0,000$) e Segurança Social ($R^2=0,24$ e $p=0,000$). No entanto, a relação entre Realização e Participação Nova também se fez por meio de Conhecimento, a relação entre Realização e Conhecimento apresentou $R^2=-0,12^{**}$. Já Universalismo Compromisso teve sua relação com Participação Nova mediada por Interesse por Política e a relação entre Universalismo

Compromisso e Interesse por Política apresento $R^2 = 0,17^{***}$. Quanto aos traços de personalidade, enquanto Extroversão apresentou relação direta com Participação Nova ($R^2 = 0,11$ e $p = 0,018$), Abertura à Mudanças teve sua relação com Participação Nova mediada tanto por Eficácia Interna ($R^2 = 0,24$ e $p = 0,000$) como por Interesse por Política ($R^2 = 0,10$ e $p = 0,022$). Dentre os mecanismos avaliativos, três se mostraram relacionados à Participação Tradicional, Eficácia Interna ($R^2 = 0,38$ e $p = 0,000$), Interesse por Política ($R^2 = 0,13$ e $p = 0,005$) e Conhecimento Político ($R^2 = 0,14$ e $p = 0,001$). Verificou-se ainda a relação entre os mecanismos avaliativos, de Interesse por Política com Eficácia Interna ($R^2 = 0,49$ e $p = 0,000$) e com Conhecimento Político ($R^2 = 0,20$ e $p = 0,000$), e de Eficácia Interna com Conhecimento Político ($R^2 = 0,25$ e $p = 0,000$). A tabela a seguir apresenta estas e demais estimativas.

Tabela 52

Estimativas do Modelo de Participação Nova.

			Estimativa	D.P.	C.R.	P	R ²
Int. Pol.	<---	ABE	0,226	0,098	2,299	0,02 2	0,102
Int. Pol.	<---	UNC	0,324	0,086	3,775	***	0,165
Ef. Int.	<---	ABE	0,29	0,063	4,613	***	0,239
Ef. Int.	<---	Int. Pol.	0,266	0,028	9,526	***	0,488
Con. Pol.	<---	Int. Pol.	0,211	0,046	4,567	***	0,202
Con. Pol.	<---	Ef. Int.	0,469	0,101	4,627	***	0,245
Con. Pol.	<---	AC	-0,257	0,096	-2,686	0,00 7	-0,125
P. Nova	<---	Ef. Int.	0,603	0,1	6,027	***	0,38
P. Nova	<---	Int. Pol.	0,114	0,041	2,802	0,00 5	0,132
P. Nova	<---	Con. Pol.	0,113	0,034	3,27	0,00 1	0,136
P. Nova	<---	EXT	-0,129	0,054	-2,369	0,01 8	-0,105
P. Nova	<---	SES	0,316	0,085	3,701	***	0,238
P. Nova	<---	TR	-0,619	0,139	-4,464	***	-0,425
P. Nova	<---	AC	0,275	0,118	2,329	0,02	0,161

O modelo de Participação Nova é representado graficamente na figura a seguir. Este diagrama permite verificar as relações citadas e o caminho destas relações. O modelo apresentado permitiu explicar 38% da variabilidade do construto Participação Tradicional e apresentou ajuste satisfatório (GFI=0,918; CFI=0,910; RMSEA=0,042).

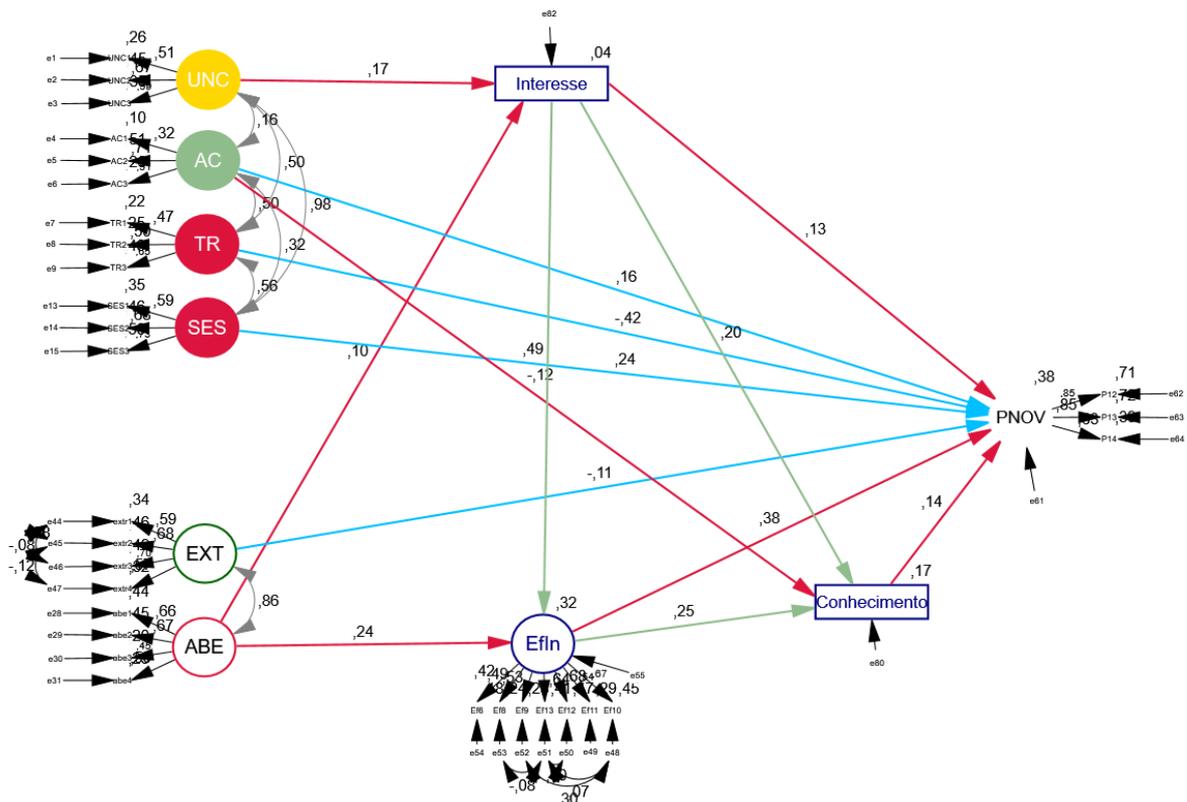


Figura 14. Modelo de Participação Nova

Modelo para Participação Comunitária.

Por fim foi elaborado o modelo para Participação Comunitária que também foi construído a partir das relações significativas encontradas nas análises de regressão e nas análises de mediação. Verificou-se que dentre os tipos motivacionais, cinco integraram o modelo. Segurança Pessoal apresentou relação direta com Participação Comunitária ($R^2=0,23$ e $p=0,008$). Já Tradição apresentou relação direta com Participação Comunitária ($R^2=-0,48$ e

p= 0,000) e também mediada por Interesse por Política com o qual teve relação também negativa, $R^2 = -0,29^{***}$. Conformidade Interpessoal teve sua relação com Participação Comunitária mediada totalmente por Eficácia Interna ($R^2 = -0,13$ e $p = 0,007$), Universalismo Compromisso sua relação mediada totalmente por Interesse por Política ($R^2 = 0,31$ e $p = 0,000$) e Estimulação sua relação mediada totalmente por Conhecimento ($R^2 = -0,14$ e $p = 0,002$).

Quanto aos traços de personalidade, Abertura à Mudanças teve sua relação com Participação Comunitária parcialmente mediada por Interesse por Política ($R^2 = 0,18$ e $p = 0,000$) e Eficácia Interna ($R^2 = 0,25$ e $p = 0,000$), pois manteve ainda relação direta com Participação Comunitária ($R^2 = 0,18$ e $p = 0,000$). Dentre os mecanismos avaliativos, três se mostraram relacionados à Participação Comunitária, Interesse por Política ($R^2 = 0,19$ e $p = 0,000$), Eficácia Interna ($R^2 = 0,31$ e $p = 0,000$) e Conhecimento Político ($R^2 = 0,24$ e $p = 0,000$). Verificou-se ainda a relação entre os mecanismos avaliativos, de Interesse por Política com Eficácia Interna ($R^2 = 0,48$ e $p = 0,000$) e com Conhecimento Político ($R^2 = 0,17$ e $p = 0,000$), e de Eficácia Interna com Conhecimento Político ($R^2 = 0,27$ e $p = 0,000$). A tabela a seguir apresenta estas e demais estimativas.

Tabela 53

Estimativas do Modelo de Participação Comunitária.

			Estimação	D.P.	C.R.	P	R ²
Int. Pol.	<---	UNC	0,58	0,121	4,79	***	0,308
Int. Pol.	<---	ABE	0,452	0,12	3,767	***	0,185
Int. Pol.	<---	TR	-0,546	0,128	-4,271	***	-0,29
Int. Pol.	<---	NEU	-0,132	0,054	-2,434	0,015	-0,105
Ef. Int.	<---	ABE	0,317	0,071	4,441	***	0,248
Ef. Int.	<---	Int. Pol.	0,249	0,027	9,157	***	0,476
Ef. Int.	<---	COI	-0,116	0,043	-2,698	0,007	-0,125
Con. Pol.	<---	ST	-0,288	0,091	-3,162	0,002	-0,142
Con. Pol.	<---	NEU	-0,117	0,052	-2,238	0,025	-0,089
Con. Pol.	<---	Ef. Int.	0,545	0,107	5,088	***	0,274
Con. Pol.	<---	Int. Pol.	0,181	0,046	3,922	***	0,174

Continua

Continuação

P. Comu.	<---	Int. Pol.	0,112	0,031	3,653	***	0,189
P. Comu.	<---	Con. Pol.	0,135	0,024	5,511	***	0,237
P. Comu.	<---	Ef. Int.	0,352	0,073	4,84	***	0,312
P. Comu.	<---	NEU	-0,083	0,032	-2,62	0,009	-0,112
P. Comu.	<---	ABE	0,255	0,076	3,367	***	0,176
P. Comu.	<---	SEP	0,272	0,103	2,648	0,008	0,232
P. Comu.	<---	TR	-0,533	0,116	-4,586	***	-0,48

O modelo de Participação Comunitária é representado graficamente na figura a seguir. Este diagrama permite verificar as relações citadas e o caminho destas relações. O modelo apresentado permitiu explicar 65% da variabilidade do construto Participação Tradicional e apresentou ajuste satisfatório (GFI=0,914; CFI=0,901; RMSEA=0,038).

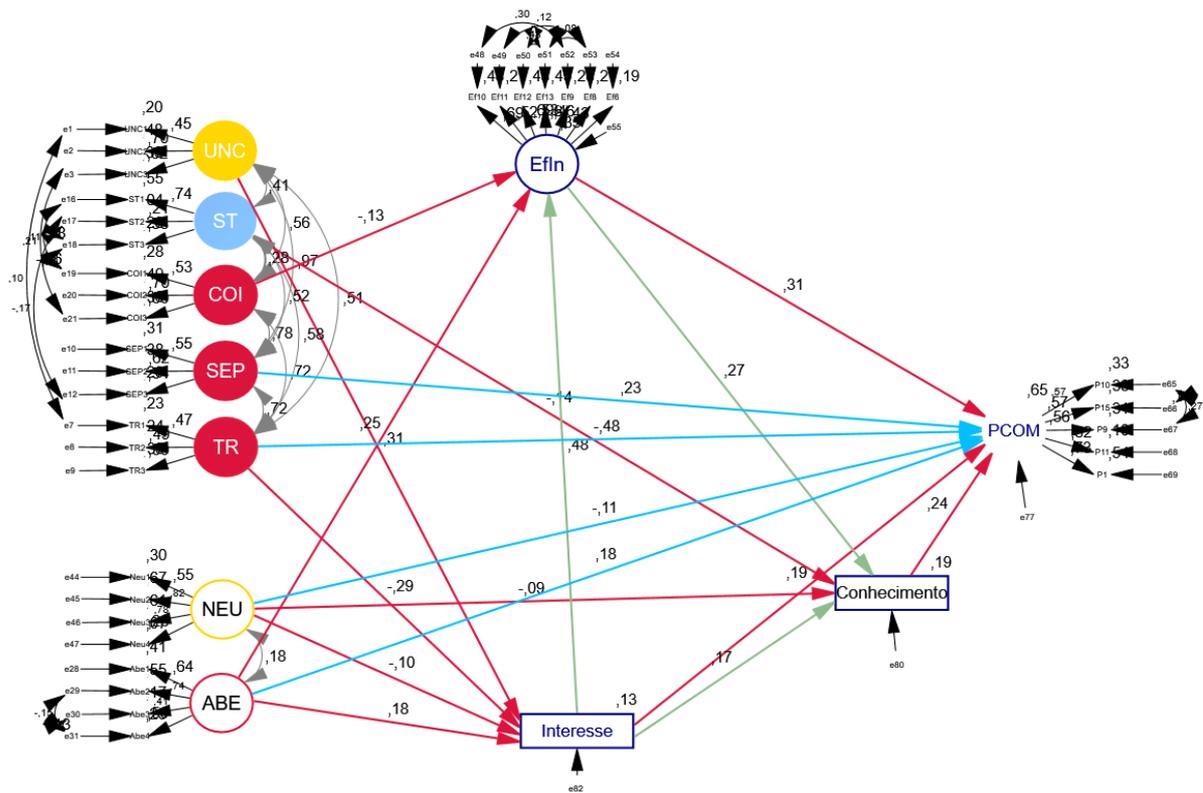


Figura 15. Modelo de Participação Tradicional

CAPITULO 5 -DISCUSSÃO

Após a apresentação dos resultados, serão discutidos estes resultados frente às hipóteses de pesquisa, a literatura indicada e os objetivos de pesquisa. Assim, primeiro serão discutidos os resultados das análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, depois as análises das regressões, em seguida as análises de mediação para, por fim, discutir a modelagem por equações estruturais e os modelos construídos.

As análises fatoriais permitiram testar os instrumentos frente a teoria. A escalas de Eficácia Interna e Externa, e a de Participação Política foram avaliadas por meio de análise fatorial exploratória e análise fatorial confirmatória. As escalas de Valores Humanos Básicos e a de Personalidade foram avaliadas por meio de análise fatorial confirmatória. Os resultados encontrados sugerem a confiabilidade e a validade das escalas, o que permitiu as demais análises. Quanto à Escala de Eficácia Interna e Externa, o percentual de explicação para dois fatores foi menor do 50% o que indica que esta escala ainda pode ser melhorada, ou que deve-se considerar a possibilidade de existirem outros fatores.

Com as regressões foi possível analisar as relações entre as variáveis deste estudo. Inicialmente foram analisados os valores frente aos mecanismos avaliativos. Esta análise permitiu verificar que diferentes tipos motivacionais indicaram a preferência por diferentes mecanismos avaliativos ou comparativos. Todos os mecanismos avaliativos, a exceção de Esquerda e Direita, apresentaram resultados significativos, conforme tabela a seguir que sintetiza esses resultados.

Tabela 54

Resultado das regressões entre os valores humanos básicos e os mecanismos avaliativos.

Mecanismos Avaliativos	Resultados
Eficácia Externa	$R^2 = 0,054$, $F=1,932$, valor- $p=0,010$
Eficácia Interna	$R^2 = 0,067$, $F=2,456$, valor- $p=0,001$
Interesse por Política	$R^2 = 0,101$, $F=3,820$, valor- $p=0,000$
Conhecimento Político	$R^2 = 0,074$, $F=2,724$, valor- $p=0,000$
Partidarismo	$R^2 = 0,051$, $F=1,843$, valor- $p=0,016$
Liberal e Conservador	$R^2 = 0,081$, $F=3,027$, valor- $p=0,000$
Esquerda e Direita	$R^2 = 0,031$, $F=1,081$, valor- $p=0,366$

Assim como verificado para os Valores Humanos Básicos, a Personalidade também se mostrou significativamente associada a alguns mecanismos avaliativos. Foram verificadas relações significativas com Eficácia Interna, Interesse por Política, Conhecimento Político e indicação entre Esquerda e Direita, conforme sintetizado na tabela que segue.

Tabela 55

Resultado das regressões entre personalidade e os mecanismos avaliativos.

Mecanismos Avaliativos	Resultados
Eficácia Externa	$R^2 = 0,009$, $F=1,257$, valor- $p=0,281$
Eficácia Interna	$R^2 = 0,048$, $F=6,700$, valor- $p=0,000$
Interesse por Política	$R^2 = 0,038$, $F=5,187$, valor- $p=0,000$
Conhecimento Político	$R^2 = 0,019$, $F=2,582$, valor- $p=0,025$
Partidarismo	$R^2 = 0,005$, $F=0,682$, valor- $p=0,637$
Liberal e Conservador	$R^2 = 0,007$, $F=0,994$, valor- $p=0,420$
Esquerda e Direita	$R^2 = 0,023$, $F=3,141$, valor- $p=0,008$

Estes resultados encontrados para os Valores Humanos Básicos e para Personalidade evidenciam que existe relações entre estes fatores e os mecanismos avaliativos. Como os mecanismos avaliativos remetem diretamente ao contexto político, os achados permitiram que se mantivesse a percepção de que estas relações podem de alguma forma impactar sobre a participação política, no entanto, para que avançássemos nessas análises, fez-se necessário avaliar se os construtos primeiros (Valores Humanos Básicos e Personalidade) e os mecanismos avaliativos mantinham relação com as formas de participação. Para isso foram realizadas outras regressões entre as variáveis antecedentes e as formas de participação política.

Primeiro foi analisada a relação entre os Valores Humanos Básicos e as formas de participação política. Verificou-se que em relação à Participação Tradicional o modelo não se mostrou significativo e que o único tipo motivacional que apresentou relação significativa foi Conformidade Interpessoal, mas foi uma relação negativa. Esse tipo motivacional enfatiza evitar chatear ou machucar outras pessoas, é possível que o indivíduo considere o ambiente político e as discussões políticas algo que pode ir contra suas metas. Este resultado é apresentado na imagem abaixo, assim como o posicionamento desse tipo motivacional no diagrama proposto por Schwartz et al. (2012).

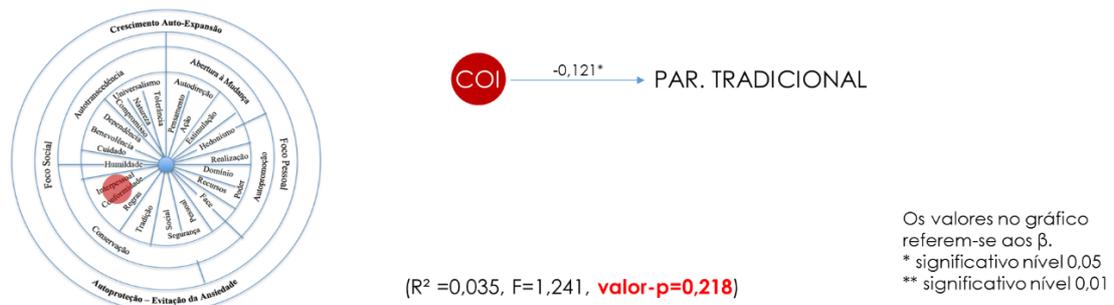


Figura 16. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Tradicional.

Quando analisados os Valores Humanos Básicos frente a Participação Direta, encontrou-se resultados similares, o modelo não foi significativo e apenas um tipo motivacional apresentou resultado significativo. Benevolência Dependência reflete a preocupação maior do indivíduo com o endogrupo, o que se mostra coerente com a relação negativa que este tipo motivacional apresentou em relação a Participação Direta, conforme apresentado na figura Y.

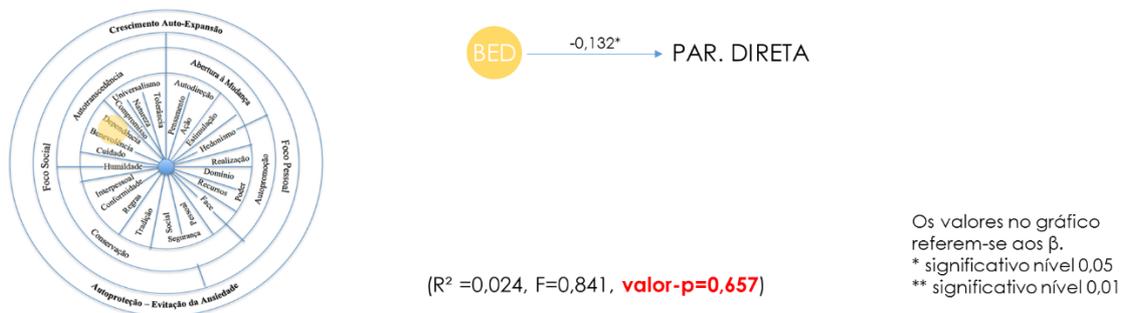


Figura 17. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Direta.

Tanto Participação Tradicional como Participação Direta podem ser vistas como formas convencionais de participação, nesse sentido os resultados se mostram coerentes com os achados de Vecchione et al. (2012) que concluíram que como as atividades políticas convencionais são mais normativas, elas provavelmente são mais influenciadas pelas expectativas sociais do que as atividades não convencionais e são menos influenciadas por decisões pessoais baseadas em diferenças individuais.

Quando analisados os Valores Humanos Básicos frente a formas não convencionais de participação política, formas novas e comunitárias, verificou-se resultados bem distintos aos descritos para as formas convencionais. Para as formas novas de participação encontrou-se que o modelo dos Valores Humanos Básicos se mostrou significativo. Cinco tipos motivacionais apresentaram relações significativas com essa forma de participação. O tipo

motivacional Universalismo Compromisso se relacionou de forma significativa e positiva com Participação Nova, o comprometimento com valores de igualdade, justiça e proteção das pessoas parece levar o indivíduo a buscar alternativas as formas tradicionais de participação, como participar de debates e discussões na internet. Realização também se associou de forma significativa e positiva, resultado diferente do esperado tendo em vista que Vecchione verificou que Poder, outro tipo motivacional englobado a mesma dimensão que Realização, se mostrou negativamente relacionado a formas não convencionais de participação. Os tipos motivacionais Tradição e Segurança Pessoal se relacionaram de forma negativa com Participação Nova, o que se mostra coerente uma vez que estes tipos motivacionais focam em metas de conservação, que não se alinham a buscar novas formas de atuar no contexto político. Segundo Vecchione et al. (2012), que encontrou resultado semelhante em seu estudo, esses valores exigem a aceitação e a manutenção das crenças, práticas, idéias e modos de compreensão das instituições religiosas e outras instituições formais. O ativismo político não-convencional é muitas vezes dirigido contra normas e práticas prevaletentes, e pretende mudá-las usando métodos diferentes dos disponíveis quando se seguem normas institucionalizadas, além de suas práticas podem ser vistas como ameaça a segurança do próprio indivíduo. No entanto, um resultado que se destacou foi a relação positiva entre Segurança Social e Participação Nova. Esta relação, que não foi verificada no estudo de Vecchione et al. (2012) parece ressaltar um aspecto particular do ambiente em que a pesquisa foi realizada. O problema da segurança pública é algo que no Brasil se tornou crônico e tem sido debatido intensamente, também na internet, assim Segurança Social parece ser uma meta que no nosso país, bem como no estado em que foi realizada a pesquisa, está intimamente relacionada ao contexto político o que pode ter levado ao resultado encontrado. A figura 18 sintetiza esses resultados.

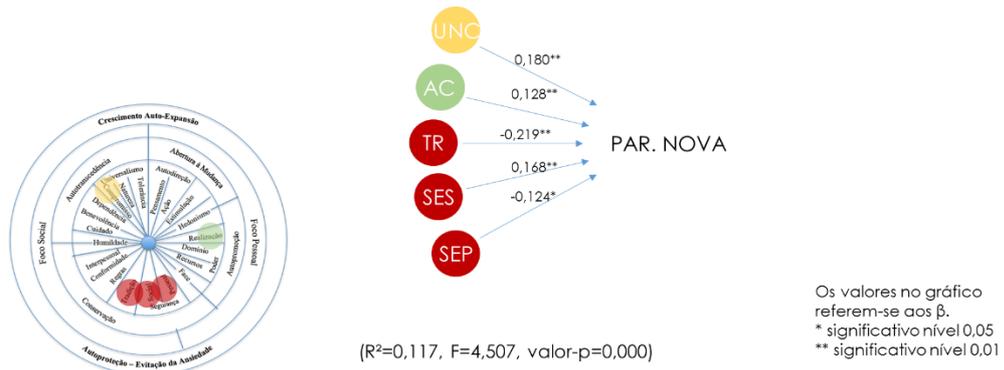


Figura 18. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Nova.

Quando analisados os resultados entre os Valores Humanos Básicos e a formas de participação comunitárias, verifica-se seis tipos motivacionais se mostraram significativamente relacionados a estas formas de participação. Assim como verificado para Participação Nova, os tipos motivacionais associados a conservação apresentaram relação negativa com Participação Comunitária, a exceção de Segurança Social, que como discutido acredita-se dever ao contexto em que a pesquisa foi realizado e a centralidade do tema nas discussões políticas. Além dos tipos motivacionais associados a conservação que se apresentaram relacionados a Participação Nova, no caso de Participação Comunitária também se verificou a relação negativa com Conformidade Interpessoal, este tipo motivacional está associado a metas como evitar situações que possam chatear ou machucar outros, o que pode impedir que este indivíduo se arrisque em formas não tradicionais de participação, que incluem debates, discussões e manifestações públicas. Os resultados discutidos estão sintetizados na Figura 19.

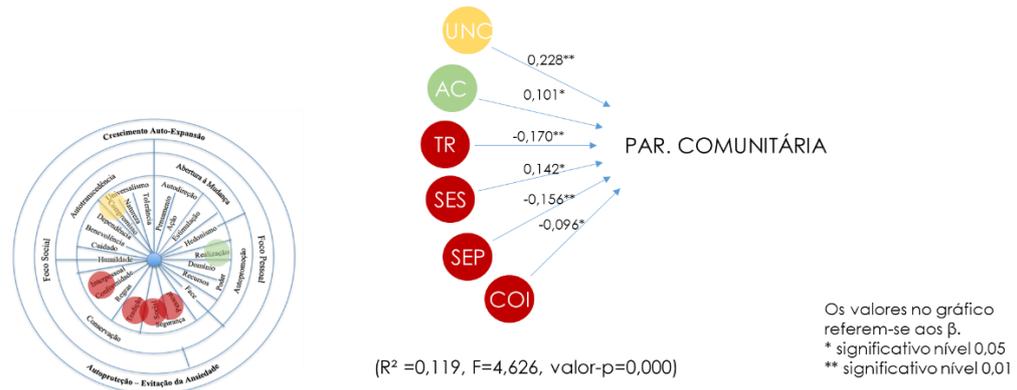


Figura 19. Relação entre os tipos motivacionais e Participação Comunitária.

Conforme demonstrado, os resultados encontrados entre os Valores Humanos Básicos e as formas de participação se alinham aos achados por Vecchione et al. (2012), apesar de estes autores terem avaliado formas convencionais e não-convencionais de participação política e neste estudo ter-se optado pela subdivisão de participação em quatro fatores, verifica-se que os Valores Humanos Básicos se relacionam mais às formas de participação não convencionais, Nova e Comunitária. Os resultados encontrados e discutidos até aqui permitiram confirmar parcialmente algumas hipóteses. A Hipótese 1 previa que: Os tipos motivacionais associados à Autotranscendência e Abertura à Mudanças se relacionarão positivamente com as formas de participação política. Verificou-se que de fato Universalismo Compromisso, tipo motivacional pertencente a dimensão Autotranscendência se mostrou positivamente associado à Participação Nova e Comunitária, no entanto nenhum tipo motivacional pertencente a dimensão Abertura à Mudanças se mostrou significativamente relacionado às formas de participação. Já a Hipótese 2 previa que: Os tipos motivacionais associados à Conservação e Autopromoção se relacionarão de forma negativa com as formas de participação. O que foi encontrado, no entanto, é que nem todos os tipos motivacionais de Conservação se mostraram negativamente associados às formas de participação, uma vez que Segurança Social se mostrou positivamente associado a Participação Nova e Comunitária, conforme discutido. Quanto a relação entre os tipos motivacionais associados à dimensão

Autopromoção, o que se verificou foi o contrário do previsto, com a indicação de relação positiva entre Realização e as formas de participação Nova e Comunitária. Esse tipo motivacional indica metas associadas a busca por sucesso, e o alcance desse sucesso pode estar associado a maior atenção ao contexto político e a diferentes formas de participação o que pode ter levado ao resultado encontrado.

Após as análises das relações entre os Valores Humanos Básicos e as formas de participação política, procedeu-se análise igual em relação a Personalidade. Foi avaliada a relação entre os traços de personalidade e as formas de participação. Inicialmente, foi verificado que em relação à Participação Tradicional o modelo que considerou os traços de personalidade se mostrou significativo, mas apenas Abertura à Mudanças se mostrou significativamente relacionado a esta forma de participação, conforme Figura 20.



($R^2 = 0,027$, $F = 3,623$, valor- $p = 0,003$)

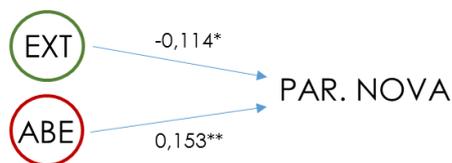
Os valores no gráfico referem-se aos β .
* significativo nível 0,05
** significativo nível 0,01

Figura 20. Relação entre os traços de personalidade e Participação Tradicional.

Para Participação Direta, não foi verificada nenhuma relação significativa entre os traços de personalidade e esta forma de participação. Este resultado evidencia que tal forma de participação é provavelmente mais influenciada por expectativas sociais do que as outras formas de participação e, portanto, menos relacionadas a características individuais.

As análises em relação à Participação Nova, por sua vez, mostraram que Abertura à Mudanças está positivamente relacionado a esta forma de participação e Extroversão está negativamente relacionado. Apesar de os resultados apresentados por Mondak e Halperin

(2008) sugerirem a relação positiva entre estes dois traços e a participação política, uma particularidade da forma de participação Nova, pode ter contribuído para este resultado contrário de Extroversão, o fato de ter-se elencado como formas novas de participação apenas aquelas que fazem uso de novas tecnologias, marcadamente a internet, e pessoas extrovertidas serem mais propensas a formas mais manifestas de interação. Os resultados encontrados estão resumidos na Figura 21.

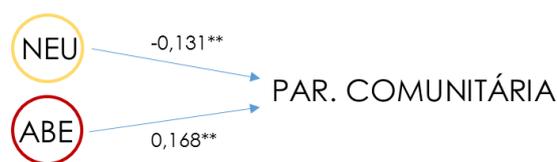


($R^2 = 0,022$, $F = 2,943$, valor- $p = 0,012$)

Os valores no gráfico referem-se aos β .
* significativo nível 0,05
** significativo nível 0,01

Figura 21. Relação entre os traços de personalidade e Participação Nova.

Para participação Comunitária os resultados se mostraram em concordância com os achados de Mondak e Halperin (2008). Abertura à Mudanças se mostrou positivamente relacionado à Participação Comunitária e Neuroticismo se mostrou negativamente relacionado. A relação positiva de Abertura à Mudanças pode estar associada a facilidade que indivíduos com esse traço apresentam em lidar com situações novas e não previsíveis, já a relação negativa de Neuroticismo pode estar associada a dificuldade destes indivíduos em lidar com situações que gerem algum tipo de insegurança, como protestos públicos ou manifestações. Estes resultados estão sintetizados na Figura 22.



($R^2 = 0,039$, $F = 5,387$, valor- $p = 0,000$)

Os valores no gráfico referem-se aos β .
 * significativo nível 0,05
 ** significativo nível 0,01

Figura 22. Relação entre os traços de personalidade e Participação Comunitária.

Os resultados encontrados para as relações entre os traços de personalidade e as formas de participação se apresentaram em conformidade com os achados de Mondak e Halperin (2008) e com as hipóteses deste trabalho. A Hipótese 4 previa que Abertura à Mudanças e Extroversão se relacionariam de forma positiva com participação política, o que só não se confirmou para Participação Nova, em que Extroversão se relacionou de forma negativa, conforme discutido. Já a Hipótese 5 previa que Amabilidade, Neuroticismo e Conscienciosidade se relacionariam negativamente com participação política, o que foi verificado na relação negativa entre Neuroticismo e Participação Comunitária, no entanto não foram encontrados resultados significativos para Amabilidade e Conscienciosidade.

Em geral, o poder explicativo dos valores e da personalidade não foram particularmente grande o que sugere que variáveis adicionais podem influenciar a participação política, conforme já indicava o estudo de Vecchione et al. (2012). A busca por identificar estas variáveis adicionais nos levou às análises entre os mecanismos avaliativos e as formas de participação.

A análise das relações entre os mecanismos avaliativos e as formas de participação política permitiram que se avaliasse outras hipóteses desse trabalho. A variável Eficácia Interna se mostrou relacionada de forma significativa e positiva como as quatro formas de

participação política. Este resultado evidencia o que é descrito por Caprara et al. (2009) que a eficácia política interna tem papel importante em promover formas tradicionais e não tradicionais de participação política. Pôde-se verificar que o indivíduo ao se reconhecer como preparado para atuar no contexto político tende a fazê-lo, de diferentes formas. A Eficácia Externa, no entanto, não se mostrou associada de forma significativa a nenhum tipo de participação.

O Interesse por Política, assim como Eficácia Interna, se mostrou significativamente e positivamente associado as quatro formas de participação política. Isto também ocorreu com a variável Conhecimento Político. Estes resultados se mostraram em coerência com o que é defendido por autores como Niemi e Junn (1998) e Verba et al. (1995) que afirmam que a relação entre o interesse por política e a participação se deve ao fato de o conhecimento e a informação sobre o sistema político e seus atores, alcançados pelo interesse do cidadão, proporcionarem ao indivíduo um comportamento político mais consistente, coerente e reforçador.

Partidarismo, por sua vez só não se associou as formas novas de participação. As demais relações foram significativas e positivas. Este resultado corrobora o que é apresentado por Samuels e Zucco (2013) que evidenciam que a identificação partidária pode estruturar atitudes e comportamentos mesmo naqueles não filiados a partidos.

As variáveis Indicação entre Liberal e Conservador e Indicação entre Esquerda e Direita não se mostraram efetivas. O único resultado significativo encontrado foi entre a Indicação entre Liberal e Conservador e as formas de participação novas, e esta relação foi negativa. Tendo em vista estes resultados, estas variáveis foram retiradas dos modelos de participação política.

Os resultados das relações entre os mecanismos avaliativos e as formas de participação permitiram confirmar algumas hipóteses e rejeitar outras. A Hipótese 7 previa

que Eficácia Interna se relacionaria positivamente com as formas de participação política, o que foi confirmado para as quatro formas de participação. A Hipótese 8 previa que Eficácia Externa também se relacionaria positivamente com as formas de participação política, o que não pode ser confirmado. A Hipótese 9 também não se confirmou, era previsto que as predisposições políticas se relacionariam com as formas de participação política, o que, com a exceção da relação entre Liberal e Conservador e Participação Nova, não foi o encontrado nos resultados. A Hipótese 10 previa que Partidarismo se relacionaria positivamente com as formas de participação política, o que pode ser parcialmente comprovado, uma vez que não foi encontrada relação entre Partidarismo e formas novas de participação. Os resultados para partidarismo evidenciam que este, por ser em si uma atitude vinculada a uma estrutura mais convencional de política, está mais associado a formas tradicionais de participação política e o uso de novos meios para participar no contexto político pode realmente não se adequar. Já a Hipótese 11 pode ser confirmada ao se verificar que o Interesse por Política se relacionou positivamente com as quatro formas de participação política, o que também se mostrou em concordância com a literatura, conforme já discutido.

Os resultados obtidos para as relações entre os Valores Humanos Básicos, Personalidade e mecanismos avaliativos frente às formas de participação política, por serem os valores e a personalidade estruturas mais estáveis do indivíduo e os mecanismos avaliativos estruturas mais atitudinais, indicou a possibilidade de que estes poderiam atuar como mediadores entre a relação daqueles e as formas de participação política. Assim, as análises seguiram com a avaliação dessas possíveis mediações.

Schwartz (2014), em seu estudo, verifica a relação entre alguns tipos motivacionais e eficácia, o que acredita pode prever o ativismo político. Um resultado corrobora essa percepção, foi verificado que Eficácia Interna medeia a relação entre Universalismo Compromisso e Participação Nova. Este resultado evidencia que para o indivíduo com alto

Universalismo Compromisso, tende a participar mais de forma Nova, quando se percebe como um ator preparado para atuar nesse cenário. O Interesse por Política também mediou a relação entre Universalismo Compromisso e as formas de participação Nova e Comunitária. Assim como Interesse por Política, Conhecimento Político também mediou as relações entre Universalismo Compromisso e as formas de participação Nova e Comunitária. É difícil identificar se as metas de Universalismo Compromisso como o comprometimento com valores de igualdade, justiça e proteção das pessoas, não estabelecem por si só um maior interesse por política e maior conhecimento sobre o assunto, mas é verificado que quando estas variáveis aparecem combinadas a Universalismo Compromisso, o efeito sobre a participação (Nova e Comunitária) aumenta. Na relação entre Estimulação e Participação Comunitária foi verificado que Conhecimento Político medeia a relação totalmente, sendo que a relação negativa entre Estimulação e Conhecimento Político e positiva entre Conhecimento Político e Participação Comunitária, sugere que quanto menores as metas de Estimulação e maior Conhecimento, maior a Participação Comunitária. Estimulação, indica metas associadas a excitação e busca de novidade, mas relacionadas ao próprio indivíduo, possui um foco pessoal, contrário aos objetivos de quem promove atividades como as de protesto e manifestações públicas, assim mostra-se coerente que a baixa busca por excitação e busca por novidades individuais, aliada ao conhecimento, indiquem maior predisposição a participações comunitárias, que possuem maior foco coletivista.

Dentre os traços de personalidade, foi verificado que tanto Eficácia Interna como Interesse por Política medeiam a relação entre Abertura à Mudanças e três formas de participação (Tradicional, Nova e Comunitária). Autores como Gallego e Oberski (2012), Vecchione e Caprara (2009) e Mondak e Halperin (2008) ressaltam como os traços de personalidade afetam a percepção de eficácia e Shani (2009) evidencia que os traços de personalidade contribuem para explicar o interesse por política, assim não surpreende que as

relações entre estas variáveis indiquem maior tendência a participar politicamente, de diversas formas, e principalmente que estes mecanismos impactem na relação entre Abertura à Mudanças e formas não convencionais de participação, onde se verificou os resultados mais robustos.

O mesmo ocorreu com a relação entre Conscienciosidade e as formas de participação Nova e Comunitária. Os mecanismos avaliativos Conhecimento Político e Interesse por Política mediaram a relação entre este traço de personalidade e as formas de participação política (Nova e Comunitária). Novamente verifica-se que os traços de personalidade, mesmo mediados, são melhores preditores de formas não convencionais de participação, conforme já havia sido discutido ao falar das relações diretas entre os traços de personalidade e as formas de participação.

Para Amabilidade também se verificou resultado similar, no entanto, apenas Interesse por Política mediou a relação entre esse traço e as formas de participação Tradicional e Comunitária. Mondak e Halperin (2008) argumentam que apesar de as pessoas com maior Amabilidade serem ansiosas por cooperar e por isso aparentemente tenderem a se relacionar positivamente com as formas de participação, acreditam que a participação política está associada a um ambiente de discordâncias que pode inibir a participação de pessoas com esse traço. O resultado encontrado parece evidenciar que quando existe o Interesse por Política, indivíduos com esse traço podem se sentir menos inibidos a participar, mesmo em um ambiente que pode ser avaliado como marcado por discordâncias.

Neuroticismo teve sua relação mediada por Conhecimento Político, com a relação com Conhecimento negativa e a relação de Conhecimento com Participação Comunitária Positiva. Este resultado evidencia que quanto menor a preocupação ou o despreparo para lidar com situações de insegurança, e maior o conhecimento sobre política, maior a tendência do

indivíduo a participar de forma Comunitária, o que corrobora o defendido por Mondak e Halperin (2008).

Os resultados das mediações permitiram confirmar parcialmente as Hipóteses 3 e 6, que previam que os mecanismos avaliativos mediariam as relações entre os Valores Humanos Básicos e a Personalidade, respectivamente, com as formas de participação. No entanto, nem todas as relações se mostraram mediadas e por isso a confirmação parcial destas hipóteses. Contudo, este resultado não indica que alguns tipos motivacionais e traços de personalidade não têm sua relação com as formas de participação mediada, esta mediação pode ocorrer por variável não inclusa neste estudo.

Os resultados obtidos nas regressões e nas análises de mediações evidenciam a importância da inclusão das variáveis escolhidas para este estudo na construção de modelos sobre as formas de participação política. Frente aos resultados obtidos, que indicaram estruturas e relações diferentes para as diversas formas de participação, optou-se pela construção não de um modelo, como inicialmente era pretendido neste trabalho, mas de quatro modelos, um para cada forma de participação. Esta opção permitirá analisar de forma individualizada o impacto das diferentes variáveis antecedentes sobre as variáveis critério.

O primeiro modelo apresentado avaliou o impacto das diferentes variáveis antecedentes sobre a forma de Participação Tradicional. Verificou-se que o único tipo motivacional que compôs o modelo foi Conformidade Interpessoal, conforme o resultado das regressões já sugeriam. Sua relação com Participação Tradicional não se mostrou mediada por nenhum dos mecanismos avaliativos e se manteve negativa. Este resultado reforça que os Valores Humanos Básicos são pouco efetivos e pouco ajudam a explicar o que leva o indivíduo a participar de forma tradicional. O traço de personalidade Abertura à Mudanças por sua vez, que teve sua relação mediada por Eficácia Interna e Interesse, parece contribuir mais para o modelo. No entanto, são os mecanismos avaliativos que se mostram melhores

preditores da Participação Tradicional. Como já mencionado anteriormente, a percepção de Eficácia Interna, o Interesse por Política e o Conhecimento Político são preditores das quatro formas de participação, incluindo a Tradicional. No entanto, o modelo evidencia também que existem fatores não inclusos e que podem ser melhores preditores das formas tradicionais de participação, uma vez que o modelo permitiu explicar apenas 25% da variabilidade de Participação Tradicional.

Quanto à Participação Direta, os resultados são ainda inferiores, o modelo explicou apenas 9% da variabilidade dessa forma de participação. Dentre os tipos motivacionais, apenas Benevolência Dependência manteve relação com Participação Direta, esta relação foi direta e negativa, nenhum traço de personalidade se mostrou importante para o modelo. Em relação aos tipos motivacionais, Eficácia Interna só se relacionou a Participação Direta mediada por Interesse por Política e Partidarismo manteve relação isolada com esta forma de participação. Estes resultados parecem evidenciar que a decisão por participar de forma direta, como se candidatar a um cargo público ou estar filiado a um partido, está pouco relacionada a aspectos internos individuais, como já era sugerido por Vecchione et al. (2014).

Para Participação Nova, o que se verifica é bem diferente, o modelo indica a importância de mais variáveis, incluindo tipos motivacionais de diferentes dimensões e diferentes traços de personalidade. Universalismo Compromisso manteve sua relação com Participação Nova mediada apenas por Interesse por Política o que evidencia o que já foi discutido, a relação entre as metas de igualdade e justiça para todos e o interesse que esse indivíduo tem por política, duas coisas que parecem caminhar juntas e que o levam a participar. Tradição manteve sua relação direta e negativa com Participação Nova, o que também se mostra coerente como já discutido, uma vez que indivíduos que valorizam menos tradição parecem estar mais abertos a novas práticas também no contexto político. A manutenção de Segurança Social e com relação positiva direta com Participação Nova reforça

a ideia apresentada de que apesar de pertencer à dimensão conservação, as metas destes indivíduos são diretamente influenciadas pelo contexto político. Realização teve sua relação parcialmente mediada no modelo, sendo a relação direta positiva e a mediada negativa, esse resultado sugere que aqueles que pontuam alto em realização tendem a participar de forma nova, já aqueles que pontuam baixo, dependem de um conhecimento maior na área para participar. Quanto aos traços de personalidade, Extroversão manteve a relação negativa direta, atribuída ao fato de indivíduos com baixa extroversão optarem por métodos mais distantes, como a utilização de meios tecnológicos, para participar. Abertura a mudança tem o seu efeito dependente do Interesse por Política e da percepção de Eficácia Interna do indivíduo, o que indica que o indivíduo, mesmo com facilidade a lidar com mudanças, só decide por participar politicamente de forma Nova, se tiver Interesse pelo contexto e se se sentir preparado para fazê-lo. Ao todo o modelo permitiu explicar 38% da variabilidade de Participação Nova.

O modelo de Participação Comunitária foi o que indicou melhor resultado dentre os modelos, foi possível explicar 65% da variabilidade desta forma de participação.

Universalismo Compromisso novamente teve seu efeito mediado por Interesse por Política, o que reforça o que foi discutido ao falar do modelo de Participação Nova. Estimulação teve sua relação também mediada totalmente no modelo, aqueles que possuem menor Estimulação tendem a depender mais do Conhecimento Político para participar. Conformidade Interpessoal teve sua relação mediada por Eficácia Interna, o que evidencia que aqueles menos dependentes de viver em conformidade com as relações pessoais mais próximas, quando se sentem eficazes politicamente, tendem a participar de forma comunitária, como em protestos e manifestações públicas. O modelo apresentou uma relação que nas regressões havia se mostrado negativa e no modelo se apresentou positiva, foi a relação direta entre Segurança Pessoal e Participação Comunitária, este resultado aparentemente contraditório pode ser devido a presença de outras variáveis no modelo, no entanto é um resultado que

merece ser melhor estudado. Tradição por sua vez manteve relação direta e mediada por interesse, o que evidencia que aqueles menos vinculados à tradição estão mais abertos a participar de forma menos convencional, principalmente quando existe o interesse. O mesmo ocorre com Neuroticismo, que indica indivíduos que evitam situações de insegurança, aqueles com menos desse traço tendem a participar mais, principalmente quando possuem conhecimento na área. Para Abertura à Mudanças verifica-se que seu efeito sobre a Participação Comunitária ocorre mediado por Eficácia Interna e Interesse, mas também de forma direta, o que indica que esse traço é bastante propenso a participar de forma Comunitária o que pode ser atribuído a sua facilidade em lidar com situações novas e desafiadoras.

Além dos resultados apresentados, os modelos também evidenciaram que os mecanismos avaliativos não são estruturas paralelas, que estes possuem uma ordem “de entrada” na avaliação do indivíduo. Esta ordem pode não ser a mesma para todos os traços de personalidade e todos os tipos motivacionais e também variaram entre os modelos. O fato de algumas das relações entre os tipos motivacionais e as formas de participação política não se mostrarem mediadas por nenhuma das variáveis do modelo, como dito anteriormente, não significa que esta mediação não possa ocorrer por outra variável, não inclusa nos modelos. Este aspecto evidencia que os modelos apresentados não são definitivos e mesmo em sua origem não pretendiam ser. A seguir serão apresentadas as conclusões deste estudo, bem como suas limitações e agenda futura.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho era o de verificar a relação entre as variáveis definidas como antecedentes internos da participação política e oferecer modelos que contemplasse essas relações. Os resultados evidenciaram que tanto os tipos motivacionais como os traços de personalidade se mostraram preditores das diferentes formas de participação política. Também foi verificada a relação entre o que foi chamado de mecanismos avaliativos na participação política e sua função mediadora na relação entre as estruturas mais estáveis do indivíduo e as formas de participação política. Os modelos permitiram ainda verificar o não paralelismo destes mecanismos.

Contudo, o principal resultado deste estudo foi poder verificar pela construção dos quatro modelos, que o que foi definido nesse trabalho como determinantes internos da participação política são melhores preditores de formas não convencionais de participação. De forma mais específica, que os Valores Humanos Básicos e a Personalidade do indivíduo, aliados aos mecanismos avaliativos, são mais eficazes em explicar a variabilidade de formas de participação Comunitária e Nova e pouco explica da variabilidade das formas convencionais de participação.

Iniciou-se o estudo questionando a ideia de que a participação política está em declínio e este estudo parece sustentar esse questionamento. Pôde-se evidenciar que novas formas de participação surgiram e acredita-se que a forma como as pessoas participam politicamente está em constante evolução, assim também o construto Participação Nova não deve ser visto como imutável, na verdade representa apenas algumas das novas práticas políticas.

Por fim, considera-se que esta pesquisa teve êxito no que se propôs a investigar; apesar de não se poder afirmar que os modelos sejam válidos para outros contextos. O

contexto em que a pesquisa foi realizada, inclusive, é uma das principais limitações do estudo, que serão apresentadas a seguir.

6.1 Limitações

As principais limitações deste estudo estão na amostra e no contexto em que a pesquisa foi realizada. Apesar do critério empregado na escolha da amostra e o rigor da coleta, só foi possível coletar os dados de duas cidades, de um mesmo estado, o que limita os achados apresentados.

A baixa confiança nas instituições e o contexto em que a pesquisa foi realizada podem ter contribuído negativamente com o estudo. Carvalho (2005) argumenta que o difícil e complexo processo pelo qual o Brasil passou e passa, de reconstrução das instituições democráticas, desde a redemocratização, a reconquista e ampliação da liberdade e direitos sociais, não impediram que o desencanto político e a baixa confiança nas instituições democráticas emergissem. No contexto em que foi realizada a pesquisa, primeiro semestre de 2016, essa desconfiança era provavelmente ainda maior, os escândalos de corrupção da Petrobrás eram evidenciados a cada dia, movimentos nas ruas exigiam moralidade e compromisso dos políticos, além da eminência do impeachment da Presidente da República, podem ter contribuído ainda mais para a subestimação da importância de algumas variáveis, como Eficácia Externa, e na superestimação de outras como as formas de participação, variáveis critério deste estudo.

O estado do Maranhão, onde foi feita a pesquisa, conviveu durante décadas com uma oligarquia que a pouco tempo foi afastada do poder. O maranhense, de forma geral, ainda se posiciona contra ou a favor de representantes deste grupo, o que pode impactar sobre sua percepção de Eficácia e no seu Interesse por Política, por exemplo.

6.2 Agenda de Pesquisa

Como agenda de pesquisa, evidencia-se a necessidade de ampliar os modelos para que eles se tornem mais abrangentes e contemplem outras variáveis importantes que podem ter sido deixadas de fora como, por exemplo, confiança nas instituições, que como já foi argumentado, pode ter impactado na avaliação de Eficácia Externa.

Torna-se evidente também a necessidade de se expandir a pesquisa para outras cidades e talvez outros países, a fim de se verificar o impacto das diferentes culturas sobre o modelo. Vecchione et al. (2014) chamam a atenção para diferenças que podem existir no ativismo político em função de fatores culturais. Mostra-se interessante, por exemplo, investigar se em países onde o partidarismo é culturalmente melhor definido, ou socialmente delimitado, esta variável tem maior impacto sobre as formas de participação. Assim também, pode-se supor que em países onde a confiança nas instituições é maior, a importância dada a Eficácia Externa também seja maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. (1970). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Abramson, P. R. & Aldrich, J. H. (1982). The decline of electoral participation in America. *American Political Science Review*, 76, 502-521.
- Abramson, P. (1983). *Political attitudes in America*. San Francisco: W. H. Freeman and Company.
- Acock, A. C. & Clarke H. D. (1990). Alternative Measures of Political Efficacy: Models and Means. *Quality and Quantity* 24: 87-105.
- Allen, M. H. (2000). The attribute-mediation and product meaning approaches to the influences of human values on consumer choices. In F. Columbus (Ed), *Advances in Psychology Research* (vol. 1) pp. 31-76. Huntington, NY: Nova Science Publishers.
- Allport, G. W. (1961). *Pattern and growth in personality*. New York: Holt, Rinehart & Winston, Inc.
- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Andrade, J. M. (2008). *Evidências de validade do inventário dos cinco grandes fatores de personalidade para o Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, UnB, Brasília.
- Arbuckle, J.L. (2009). *AMOS (Versão 18.0) [Software para Computador]*. Chicago, IL: SPSS Inc.
- Bandura, A. (1993). Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning. *Educational Psychologist*, 28 (2), 117-148.
- Barbosa, A. A. G. (2009) *Modelo Hierárquico de fobias infanto juvenis: testagem e relação com os estilos maternos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, PB.

- Barnea, M. F. (2003). *Personal values and party orientations in different cultures*. Tese de doutorado, The Hebrew University of Jerusalem, Israel.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*, 1173-1182.
- Beck, P. A. (1974). A Socialization Theory of Partisan Realignment. In R. G. Niemi (Ed) *The Politics of Future Citizens: New Dimensions in Socialization*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Benet-Martinez, V. & John, O. P. (1998). Los cinco grandes across cultures and ethnic groups: multitrait multimethod analyses of the big five in Spain and English. *Journal of Personality and Social Psychology*, *75*(3), 729-750.
- Bentler, P. M. (1990) Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, *107*(2), 238-246.
- Bond, M. H. (1987). Intergroup relations in Hong Kong: The *Tao* of stability. In J. Boucher, D. Landis, & K. A. Clark (Eds.), *Ethnic conflict: International perspectives* (pp. 55-78). Newbury Park, CA: Sage.
- Borges, L. & Tamayo, A. (2001). A estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Psicologia (Florianópolis)*, *1*(2), 11-44, 2001.
- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In K. A. Bollen & J. S. Long (Eds.), *Testing structural equation models* (pp. 136-162). Beverly Hills, CA: Sage.
- Brussino, S., Rabbia, H. & Sorribas, P. (2008). Una Propuesta de Categorización de la Participación Política de Jóvenes Cordobeses. *Psicología Política*, *8* (16), 285-304
- Campbell, A., Gurin G. & Miller, W. (1954). *The voter decides*. Evanstone: Row Peterson.

- Campbell, A., Converse P. E., Miller W. E. & Stokes, D. E. (1960). *The American Voter*. New York: Wiley.
- Caprara, G. V., Vecchione, M., Capanna, C. & Mebane, M. (2009). Perceived political self-efficacy: Theory, assessment, and applications. *European Journal of Social Psychology*, 39(6), 1002-1020.
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civil, Brasileira.
- Caspi, A., Roberts, B. W. & Shiner, R. L. (2005). Personality development: stability and change. *Annual Review of Psychology*, 56, 453-484.
- Cattell, R. B. (1965). *The scientific analysis of personality*. Baltimore: Penguin Books.
- Chauí, M. (2006). *Convite à filosofia*. (13ª ed.) São Paulo: Editora Ática.
- Converse, P. E. (1972). Change in the American Electorate. In Angus Campbell and Philip E. Converse (Ed.) *The Human Meaning of Social Change*. New York: Russell Sage Foundation.
- Costa, P. T. Jr. & McCrae, R. R. (1985). *The NEO Personality Inventory manual*. Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Costa, P. T. Jr. & McCrae, R. R. (1992). Four ways five factors are basic. *Personality and Individual Differences*, 13(6), 653-665.
- Craig, S. C. & Maggionto, M. A. (1982). Measuring political efficacy. *Political Methodology*, 8, 85-109.
- Dalton, R. J. (2006). *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Washington: CQ Press.
- Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, 56 (1), 76-98.

- Dalton, R. J. & Wattenberg, M. (1993). The not so simple act of voting. In Finifter, A. (Ed.), *The state of the discipline* (2^a. ed.; pp. 193-218). Washington: American Political Science Association.
- De Raad, B., Perugini, M., Hrebickova, M. & Szarota, P. (1998). The Lingua Franca of personality: Taxonomies and structures based on the psycholexical approach. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 29, 212-232.
- Delli Carpini, M. X. & Keeter, S. (1996). *What Americans Know About Politics And Why It Matters*. New Haven: Yale University Press.
- Doron, R. & Parot, F. (1998). *Dicionário de Psicologia*. Vol. I. São Paulo: Ática.
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row.
- Easton, D. & Dennis, J. (1967). The Child's Acquisition of Regime Norms: Political Efficacy. *American Political Science Review*, 61, 25-68.
- Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1983). Recent advances in the cross-cultural study of personality, In C. D. Spielberger & J. N. Butcher (Eds), *Advances in personality assessment* (pp. 41-69). Hillsdale: Erlbaum.
- Fausto, B. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Feather, N. T. (1982). Expectancy-value approaches: Present status and future directions. In Feather, N. T. (ed.), *Expectations and Actions: Expectancy-Value Models in Psychology*. Hillsdale: Erlbaum.
- Feather, N. T. (1991). Attitudes towards the high achiever: Effects of perceiver's own level of competence. *Australian Journal of Psychology*, 43, 121-124.
- Feldman, S. (1988). Structure and consistency in public opinion: The role of core beliefs and values. *American Journal of Political Science*, 32, 416-440.

- Feldman, S. (2003). Values, ideology, and structure of political attitudes. Em D. O. Sears, L. Huddy, & R. Jervis (Eds.), *Oxford handbook of political psychology* (pp. 477-508). New York: Oxford University Press.
- Ferejohn, J. & Pasquino, P. (2001). Teoria da escolha racional na ciência política: Conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (45), 5-24.
- Finkel, S. E. (1985). Reciprocal effects of participation and political efficacy: A panel analysis. *American Journal of Political Science*, 29, 891–913.
- Friedman, H. S. & Schustack, M. W. (2004). *Teorias da personalidade. Da teoria clássica à pesquisa moderna*. São Paulo: Prentice Hall.
- Gallego, A., & Oberski, D. L. (2012). Personality and political participation: the mediation hypothesis. *Political behavior*, 34, 425-451.
- Gerber, A. S., Huber, G. A., Doherty, D. & Dowling, C. M. (2010). Personality and Political Attitudes: Relationships across Issue Domains and Political Contexts. *American Political Science Review*, 104(1), 111-133.
- Goren, P. (2005). Party identification and core political values. *American Journal of Political Science*, 49, 881–896.
- Gorgen, P. (2005). Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educ. Soc.*, vol. 26, n. 92, p. 983-1011, Campinas, Especial - Out. 2005
- Gosling, S. D., Rentfrow, P. J. & Swann, W. B. Jr. (2003). A very brief measure of the Big-Five personality domains. *Journal of Research in Personality*, 37, 504-528.
- Green, D. & Shapiro, I. (1996). *Pathologies of Rational Choice Theory: A critique of applications in political Science*. New Haven: Yale University Press.
- Gundelach, P. (1995). Grass-roots activity. In J. W. Van Deth & E. Scarbrough (Eds.), *The impact of values*. New York: Oxford University Press.

- Günther, H. (1981). Uma Tentativa de Traduzir e Adaptar A Escala de Valores Rokeach para uso no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33, 58-72.
- Gurin, P. & Brim, O. G. (1984). Change in self in adulthood: The example of sense of control. In P. B. Baltes, & O. G. Brim (Eds.), *Lifespan development and behavior*, vol. 6, p. 281–334. New York: Academic Press.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W.C. (2005). *Análise Multivariada dos Dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. (A. S. Sant’Anna, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Harwell, M. R., Rubinstein, E. N., Hayes, W. S. e Olds, C. C., (1992) Summarizing Monte Carlo Results in Methodological Research: The One- and Two-Factor Fixed Effects ANOVA Cases. *Journal of Educational and Behavioral Statistics*, 17 (4), 315-339.
- Hernández, B.; Hidalgo, M. C. (1998). Actitudes y creencias hacia el medio ambiente. In Aragonés, J. I.; Amérigo, M. (Orgs.), *Psicología ambiental* (pp.281-295). Madrid: Pirâmide.
- Hofstede, G. (1980). *Culture´s consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills: Sage
- Holmberg, S. (1994). Party Identification Compared Across the Atlantic. In Jennings, M. & Mann, T. (eds.), *Elections at Home and Abroad*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Holmberg, S. (2007). Partisanship reconsidered. In Dalton, R. & Klingeman, H. (eds.). *The Oxford handbook of political behavior*. Oxford Univeristy Press.
- Hu, L.T. & Bentler, P.M. (1999). Cut-off criteria for fit indexes in covariance structure analysis. Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6, 1-55.

- Hyman, H. H. (1959). *Political socialization; a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: Free Press.
- Ie, K. W. (2013) *The Personal is Political: Evaluating the Effects of Personality Traits on Ideology and Vote Choice in Canada*. Trabalho apresentado no Canadian Political Science Association Conference, Victoria, BC, junho 6.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. & Sidjanski D. (1976). The Left, the Right, the Establishment and the Swiss Electorate. In Budge I., Crewe, I. & Farliue D. (eds.) *Party identification and beyond* (pp. 225- 242), Londres: John Wiley.
- Jennings, M. K. & Niemi, R. G. (1981). *Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents*. Princeton: Princeton University Press.
- John, O. P., & Srivastava, S. (1999). The Big-Five trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In L. A. Pervin & O. P. John (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research* (Vol. 2, pp. 102–138). New York: Guilford Press.
- Jowett, B. (1937). *The Dialogues of Plato*, Vol. 1. Londres: Oxford University Press.
- Kahle, L. R. (1983). *Attitudes and social adaptation: A person-situation interaction approach*. London: Pergamon.
- Klem, L. (1995). Path analysis. In Grimm, L. G. & Yarnold, P. R. *Reading and understanding multivariate statistics* (pp.65-97). Washington: APA.
- Kline, R. B. (2010). *Principles and practice of structural equation modeling* (3 ed.). New York: The Guilford Press.
- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientation in the theory of action. In T. Parsons, E. A. Shils, (Ed.), *Toward a General Theory of Action* (pp. 388-433). New York: Harper.

- Korsgaard, C. M. (1986). Skepticism about practical reason. *The Journal of Philosophy*, 83(1), 5-25.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B. R. & Gaudet, H. (1948). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind In a Presidential Campaign*. New York: Columbia University Press.
- LeDuc, L. (1981). The Dynamic Properties of Party Identification: a Four-Nation Comparison. *European Journal of Political Research*, 9(3), 257-268.
- Leister, M. (2006). A Polis Ateniense. *Revista Mestrado em Direito*. 1, 15-27.
- Lundin, R. W. (1977). *Personalidade: uma análise do comportamento*. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica Universitária.
- Luskin, R. C. (1990). Explaining Political Sophistication. *Political Behaviour*, 12(4), 331-361.
- Madsen, D. (1987). Political self-efficacy tested. *American Political Science Review*, 81, 571–582.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. 5a. Ed. Pero Pinheiro: ReportNumber.
- McCrae, R. R. (2006). O que é personalidade? Em C. Flores-Mendoza & R. Colom (Orgs.), *Introdução à psicologia das diferenças individuais* (p. 203-218). Porto Alegre: Artmed.
- McPherson, Miller J., Welch S. & Clark C. (1977). The Stability and Reliability of Political Efficacy: Using Path Analysis To Test Alternative Models. *American Political Science Review*, 71, 509-521.
- Milbrath, L. W. (1965). *Political Participation*. Chicago: RandMcNally.
- Milbrath, L. W. & Goel, M. L. (1977). *Political Participation* (2ª ed.). Boston: Rand McNally.
- Milner, H. (2008). The Informed Political Participation of Young Canadians and Americans. *Circle Working Paper*. 60, 1-39.

- Mondak, J. J. & Halperin, K. D. (2008). A framework for the study of personality and political behaviour. *British Journal of Political Science*, 38(2), 335-362.
- Morrell, M. E. (2003). Survey and experimental evidence for a reliable and valid measure of political efficacy. *Public Opinion Quarterly*, 67, 589-602.
- Muller, E. N. (1982). An explanatory model for differing types of participation. *European Journal of Political Research*. 10, 1-16.
- Myers, R. (1990). *Classical and modern regression with applications*. Boston: Duxbury.
- Neiva, E. R., Abbad, G., & Tróccoli, B. T. (2007). *Roteiro para análise fatorial de dados*. Manuscrito não-publicado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF.
- Niemi, R. G. & Junn, J. (1998). *Civic Education: What Makes Students Learn*. New Haven: Yale University Press.
- Niemi, R. G., Craig, S. C. & Mattei, F. (1991). Measuring Internal political efficacy in the 1988 national election study. *American Political Science Review*, 85, 1407-1413.
- Norris, P. (2002). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2005). The impact of the Internet on political activism: Evidence from Europe. *International Journal of Electronic Government Research*. 1(1): 20-39.
- Olver, J. M., & Mooradian, T. A. (2003). Personality traits and personal values: A conceptual and empirical integration. *Personality and Individual Differences*, 35, 109-125.
- Paiva, D. & Tarouco, G. S. (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, 17, 426-451.
- Parks, L. & Guay, R. P. (2009). Personality, values, and motivation. *Personality and Individual Differences*, 47, 675-684.

- Pasquali, L. (2010). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In. Pasquali, L., & Cols. *Instrumentação Psicológica: fundamentos e práticas* (165-198). Porto Alegre: Artmed.
- Pasquali, L. (2012). *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília: LabPAM.
- Passos, M. F. D. & Laros, J. A. (2015). Construção de uma escala reduzida de Cinco Grandes Fatores de Personalidade. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 115-123.
- Pausch, M. (2012). What is political participation good for? Theoretical debate and empirical data from Austria. *Resistance Studies Magazine*. 1, 1-24.
- Peffley, M. A., & Hurwitz, J. (1985). A hierarchical model of attitude constraint. *American Journal of Political Science*, 29, 871-890.
- Pervin, L. A. & John, O. P. (2004). *Personalidade: teoria e pesquisa* (8ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Pollock, P. H. (1983). The participatory consequences of internal and external political efficacy. *Western Political Quarterly*, 36, 400– 409.
- Polsby, N. W. (1980). *Community Power and Political Theory: A further look at problems of evidence and inference*. New Haven: Yale University Press.
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of democracy*, 6(1), 65-78.
- Putnam, R. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster.
- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 255-277
- Rokeach, M. (1968). *Beliefs, attitudes, and values*. New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1972). *Beliefs, attitudes, and values: A theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass.

- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Ros, M (2006). Psicologia dos valores: uma perspectiva histórica. In M. Ros, V. Gouveia (orgs), *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp 23-53), São Paulo, Editora Senac.
- Samuels, D. (2008). A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2), 302-318.
- Samuels, D. & Zucco, C. (2013). The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments. *American Journal of Political Science*, 1–14.
- Schudson, M. (1999). *The Good Citizen: A history of American Civic Life*. Harvard: Harvard University Press.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2006). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Thompson Learning Edições.
- Schulz, W. (2005). *Political Efficacy and Expected Political Participation among Lower and Upper Secondary Students*. Trabalho apresentado na conferência ECPR, Budapeste, Setembro, 8-10.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 24, pp. 1-65). San Diego: Academic.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H. (2011). Studying Values: Personal Adventure, Future Direction. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 42, 307-319.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. & Butenko, T. (2014). Values and behaviour: Validating the refined value theory in Russia. *European Journal of Social Psychology*, 44(7), 799-813.

- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., & Vecchione, M. (2010). Basic personal values, core political values, and voting: A longitudinal analysis. *Political Psychology, 31*, 421–452.
- Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Vecchione, M., Davidov, E., Fischer, R., Beierlein, C., Ramos, A., Verkasalo, M., Lönnqvist, J. E., Demirutku, K., Dirilen-Gumus, O. & Konty, M. (2012). Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology, 103*, 663-688.
- Sears, D. O. (1975). Political socialization. In Greenstein, F. I. & Polsby N. W. (Eds.). *Handbook of political Science*. Reading: Addison-Wesley.
- Sears, D. O. & Funk, C. L. (1999). Evidence of the Long-Term Persistence of Adults' Political Predispositions. *The Journal of Politics, 61*(1), 1-28.
- Shani, D. (2009). *On The Origins of Political Interest*. Tese de doutorado, Princeton University, New Jersey.
- Shively, W. Phillips (1980). The nature of party identification: a review of recent developments. In Pierce, J. & Sullivan, J. (eds.) *The Electorate Reconsidered*, pp. 219–236. Beverly Hills: Sage.
- Sturgis, P., Roberts, C. & Smith, P. (2010). *Middle alternatives revisited: how the neither/nor response acts as a 'face-saving' way of saying 'I don't know'*. Southampton: Southampton Statistical Sciences Research Institute.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. New York: Harper Collins.
- Tamayo, A., & Porto, J. B. (2005). *Valores e Comportamento nas Organizações*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Teorell, J. (2006). Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. *European Journal of Political Research, 45*(5), 787-810.

- Teorell, J., Sum, P. & Tobiasen, M. (2007). Participation and Political Equality: An Assessment of Large-Scale Democracy'. In Van Deth, J. W., Ramon Montero, J. & Westholm, A. (Eds.) *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis* (pp. 384–414). London: Routledge.
- Torres, C. V., Schwartz, S. H. & Nascimento, T. G. (2015). A teoria de valores refinada e suas relações com comportamento. *Psicologia USP*, 27 (2), 341-356.
- Triandis, H.C., Bontempo, R., & Villareal M. J. (1988). Individualism and Collectivism: Cross-Cultural Perspective on Self-Intergroup Relationship. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (2), 323-338.
- Uhlener, C. (2004). *Participation: Political*. In Smelser, N. & Baltes, P. (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioural Sciences*, Amsterdam, Pergamon.
- Vecchione, M. & Caprara, G. V. (2009). Personality determinants of political participation: The contribution of traits and self efficacy beliefs. *Personality and Individual Differences*, 46, 487-492.
- Vecchione, M., Schwartz, S. H., Caprara, G. V., Schoen, H., Cieciuch, J., Silvester, J., Bain, P., Bianchi, G., Kirmanoglu, H., Baslevent, C., Mamali, C., Manzi, J., Pavlopoulos, V., Posnova, T., Torres, C., Verkasalo, M., Lönnqvist, J., Vondráková, E., Welzel C. & Alessandri, G. (2014). Personal values and political activism: A cross-national study. *British Journal of Psychology*, 1-23.
- Verba, S., & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper & Row.
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard: Harvard University Press.

- Verhulst, B., Eaves, L. J. & Hatemi, P. K. (2012). Correlation not Causation: The Relationship between Personality Traits and Political Ideologies. *American Journal of Political Science*, 56(1), 34-51.
- Williams, Jr. R. M. (1968). Values. In: Sills E. *International encyclopedia of the social sciences*. New York: Macmilan.
- Zaller, J. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. New York: Cambridge University Press.
- Zimmerman, M. A. (1989). The relationship between political efficacy and citizen participation: Construct Validation Studies. *Journal of Personality Assessment*, 53 (3), 554-566.

APÊNDICE A – ESTUDO PILOTO

Tendo em vista a complexidade da objeto da pesquisa principal e do instrumento elaborado, percebeu-se a necessidade de realizar estudo exploratório para verificar se o instrumento elaborado atenderia às necessidades do estudo principal, bem como para verificar evidências de validade para algumas escalas que serão testadas.

Outra característica do estudo piloto é que foi realizado próximo a eleição de 2014, antes da votação, momento em que a participação política era muito premente. Acredita-se que a comparação entre os dados coletados em dois momentos com características distintas, véspera de eleição e posteriormente em ano que não tem eleição, mas com outras contingências sociais e econômicas que fomentaram diferentes participações políticas, possa enriquecer as análises que serão feitas sobre a participação política.

Método

Neste primeiro estudo foi realizada investigação por meio da internet, para avaliar a viabilidade do estudo principal. Foram testadas as escalas de Eficácia Interna e Externa e a Escala de Personalidade, além de avaliadas as possíveis relações entre as variáveis que se pretende investigar no estudo principal. A seguir serão detalhadas a amostra, o instrumento, o procedimento e as análises dos dados.

Amostra

Foi utilizada neste estudo piloto uma amostra de conveniência. Foram enviados 2.835 e-mails para um banco de e-mails construído a partir de lista de endereços de shoppings, lojas

e empresas de comunicação e marketing. Foram ainda obtidos e-mails em comunidades virtuais. Aos participantes era solicitado, também, que redirecionassem o e-mail à suas listas de e-mails pessoais. A amostra do estudo foi composta de 263 sujeitos, o que resultou em uma taxa de resposta de aproximadamente 9,2%. Após procedimento de limpeza do banco de dados foram considerados 240 sujeitos para a amostra. Os sujeitos que foram retirados da amostra foram eliminados por não terem respondido completamente o questionário e permitirem a análise de dados de seus valores humanos e políticos. Um dos motivos que pode tê-los levado a não responder o questionário como um todo foi o tamanho do instrumento, algo que deverá ser considerada para a próxima coleta.

Instrumento

Nesse estudo foi utilizado um questionário contendo o Questionário de Perfis de Valores de Schwartz Revisado – PVQ-R (Schwartz et al., 2012) com evidências de validade no Brasil apresentadas por Torres, Schwartz e Nascimento (2016), o ICG (Inventário dos Cinco Grandes) desenvolvida por Barbosa (2009), itens para avaliar a eficácia interna e externa, itens para avaliar a predisposição política, itens para avaliar o interesse por política, itens sobre participação política e itens sobre variáveis sócio demográficas.

PVQ-R (Questionário de Perfis de Valores Revisado)

Utilizou-se como medida para os Valores Humanos Básicos o instrumento Questionário de Perfis de Valores Revisado – PVQ-R (Schwartz et al., 2012), com evidências de validade no Brasil apresentadas por Torres, Schwartz e Nascimento (2016). A escolha do instrumento foi determinada pelo perfil da amostra do presente estudo. O PVQ-R apresenta 57 breves descrições de pessoas diferentes, cada uma com as metas, aspirações, ou desejos

implicitamente relacionados ao valor em questão. As descrições do PVQ-R têm variações por sexo (com versões masculinas e femininas do mesmo item) e representam uma revisão do questionário utilizado por Schwartz et al. (2012), ao incluir os nove itens problemáticos nas análises fatoriais confirmatórias do estudo original. Nesse instrumento o respondente avalia o quanto a pessoa descrita no item se assemelha com ele, utilizando uma escala tipo Likert de 6 pontos (1 = Não se parece nada comigo e 6 = Se parece muito comigo). Como evidenciado no referencial teórico foi escolhido o PVQ-R por contemplar a teoria refinada de valores.

ICG (Inventário dos Cinco Grandes)

Para a mensuração dos traços de personalidade, optou-se pela utilização do instrumento ICG, uma escala reduzida com 20 itens, sendo 4 para cada um dos fatores de personalidade. Optou-se por esta escala reduzida, desenvolvida por Barbosa (2009), tendo em vista a grande quantidade de variáveis presentes no estudo e a quantidade de itens no instrumento final. As opções por escalas reduzidas têm sido frequentes nos estudos sobre personalidade e os resultados indicam que as versões reduzidas para medir este constructo apresentam evidências de validade e fidedignidade (Passos & Laros, 2015). A escala utilizada nesta pesquisa possui 20 itens que apresentam adjetivos aos quais o respondente indica o quanto se vê como alguém que possui tal adjetivo, cada item é respondido em uma escala de respostas *Likert* que possui os seguintes extremos: **1** = “Discordo totalmente” e **5** = “Concordo totalmente”. O instrumento foi elaborado para permitir uma eficiente e flexível avaliação da personalidade quando não há necessidade de diferenciação entre as facetas individuais. Os 20 itens são originalmente agrupados em cinco fatores, a saber: “Abertura”, “Conscienciosidade”, “Extroversão”, “Amabilidade” e “Neuroticismo”.

Eficácia Interna e Externa

Para construção da escala para medir Eficácia Interna e Externa teve-se como referência o instrumento utilizado por Craig e Maggiotto (1982), bem como instrumentos apresentados por outros autores (Abramson & Aldrich, 1982; Finkel, 1985; Madsen, 1987; Milbrath & Goel, 1977; Morrell, 2003; Pollock, 1983). A partir da análise dos resultados encontrados por estes autores, foi desenvolvida escala com 15 itens, 7 para medir eficácia externa e 8 para medir eficácia interna. Para cada item foi utilizada uma escala Likert.

Predisposição Política

Para avaliar as predisposições políticas são utilizados dois itens, o primeiro solicita que o indivíduo se posicione quanto às suas opiniões entre esquerda e direita. É apresentada uma escala de 1 a 10, onde 1 representa esquerda e 10 representa direita. O segundo item pede que o indivíduo posicione suas visões em uma escala de 7 pontos onde 1 é extremamente liberal e 7 extremamente conservador, conforme Schwartz et al. (2010).

Interesse por Política

Quanto ao interesse por política, é apenas apresentada uma escala de 10 pontos para que o indivíduo posicione o seu interesse por política entre 1, não se interessa nada por política e 10, se interessa muito por política.

Participação Política

Para avaliar a participação política foram elencados 15 comportamentos, conforme apresentado no referencial teórico, que se considera formas de participação política, foram inclusos itens utilizados originalmente por Milbrath e acrescentados outros itens relacionado a formas não tradicionais de participação, formas comunitárias e itens que focam no que se

acredita serem novas formas de participação. A estes itens o indivíduo deveria responder se as praticou nos últimos 2 anos, sim, não ou não sabe responder.

Dados Demográficos

Por fim foi aplicado um questionário com questões demográficas para verificar o perfil da amostra (idade, gênero, renda estado civil e escolaridade).

Procedimento

Este estudo utilizou o convite por e-mail que permitia o redirecionamento ao site da pesquisa que ficou disponível para acesso por 30 dias. Para este estudo foi utilizado o site de pesquisa Survey Monkey.

Análise dos Dados

Para análise dos resultados da pesquisa, todos os tipos de participação política foram transformados em variáveis *dummy* (1 = sim; 0 = não). Posteriormente foi realizada uma regressão logística direta entre os valores, os traços de personalidade e as demais variáveis antecedentes e a participação política, variável dependente. A regressão logística é a técnica estatística apropriada quando se tenta predizer uma variável critério categórica a partir de variáveis antecedentes contínuas, discretas, dicotômicas ou uma junção de todas elas (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005; Tabachnick & Fidell, 2001). Neste estudo cada variável dependente teve dois grupos, os que participaram politicamente daquela forma e os que não. Outra vantagem do uso da regressão logística é que essa técnica não depende de suposições

de distribuição normal, e de iguais matrizes de variância-covariância nos grupos (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005).

Como o foco maior deste primeiro estudo é verificar as evidências de validade para as escalas do instrumento que serão utilizadas no estudo principal, foram realizadas ainda análises fatoriais exploratórias para as escalas desenvolvidas (eficácia interna e externa, e participação política) e análise fatorial confirmatória com o objetivo de confirmar a solução fatorial da escala de personalidade, para posteriormente verificar-se a consistência interna dos fatores extraídos, adotando-se, para tanto, o cálculo do Alfa de *Cronbach*, Rho *Jöreskog*, assim como a média da correlação item-total.

Resultados

Nesta seção objetiva-se inicialmente evidenciar a pertinência do uso das variáveis independentes descritas no estudo principal, bem como avaliar as escalas de Eficácia Interna e Externa e a de Participação Política. Para isso serão realizadas análises de correlação e análises fatoriais exploratórias. No entanto, antes das análises descritas são necessárias algumas análises preliminares de adequação dos dados para a realização das análises. Serão também apresentados os dados das amostras e suas subdivisões.

Apresentação da Amostra e Análises Preliminares

O objetivo principal dessa pesquisa é verificar a pertinência de estudar a influência das variáveis independentes descritas sobre as formas de participação política. Para tanto, foram coletados 278 questionários, entre os quais dezesseis questionários foram preenchidos pela metade, sendo que o não preenchimento foi vinculado ao tempo necessário para seu completo

término. Decidiu-se desconsiderar estes dezesseis questionários, restando ao final 264 questionários preenchidos.

Antes de analisar os dados coletados, é fundamental verificar a adequação desses dados às análises que serão realizadas. Assim, foram examinados, os valores ausentes (*missings*) e os valores extremos (*outliers*). Por meio do MVA (*missing values analysis*) foi possível verificar que para nenhuma variável havia mais de 5% de valores ausentes e que estes estavam aleatoriamente distribuídos. Os valores extremos (*outliers*) foram avaliados com base nos critérios da distância de Mahalanobis. Os valores extremos (*outliers*) foram avaliados com base nos critérios da distância de Mahalanobis. Foram retirados 24 respondentes e ao final restaram 240 indivíduos na amostra. A seguir será apresentada a divisão dos respondentes por variáveis sociodemográficas.

Variáveis sociodemográficas

Em termos de idade, os respondentes têm em média 39,78 anos ($dp=12,33$), sendo. Relativamente ao sexo, 60% são do sexo feminino.

No que se refere ao nível de escolaridade, 57,1% da amostra afirma ter alcançado Pós-Graduação Completa. A seguir é apresentada a tabela com estes e os demais dados sociodemográficos da amostra.

Tabela 1

Distribuição dos dados sociodemográficos.

		Am. Geral (n=240)	
Variáveis	Níveis	Frequência	%
Sexo	Feminino	144	60
	Masculino	92	38,3
	Omissos	4	1,7
Est. Civil	Casado	104	43,3
	Morando junto	42	17,5
	Divorciado	13	5,4
	Separado	8	3,3
	Viúvo	2	0,8
	Solteiro	67	27,9
	Omissos	5	,7
Escolari.	Sem instrução	3	1,3
	Primeiro grau completo	1	0,4
	Segundo grau completo	6	2,5
	Superior incompleto	14	5,8
	Superior completo	55	22,9
	Pós-graduação incompleta	20	8,3
	Pós-graduação completa	137	57,1
Renda	Até 2 Salários Mínimos	8	3,3
	De 2 a 4 Salários Mínimos	22	9,2
	De 4 a 10 Salários Mínimos	75	31,3
	De 10 a 20 Salários Mínimos	63	26,3
	Acima de 20 Salários Mínimos	68	28,3
Idade		Média	39,78
		DP	12,33

Nota-se que a amostra tem renda e escolaridade bem acima da média nacional que é entre 1 e 2 salários mínimos (IBGE, 2015) e 8,2 anos de estudo (PNE, 2014). Isto evidencia que nenhum dos dados obtidos podem ser generalizados, mas para adequada para um estudo piloto que pretende avaliar de forma mais abrangente as relações que serão posteriormente melhor investigadas.

Análise fatorial exploratória

Como dois dos instrumentos que serão utilizados foram construídos para esta pesquisa, é importante que se avalie sua estrutura já no estudo piloto, são eles a escala de Eficácia Interna e Externa e a escala de Participação Política.

Escala de Eficácia Interna e Externa

Em análise preliminar dos Componentes Principais (PC), a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, isto é, apresentou suficiente covariância que permitisse a procura de fatores. O teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,000$) e o coeficiente KMO, que indicam tal evento, foi de 0,792 que pode ser considerado mediano (Pasquali, 2010).

Em seguida, foi analisada a dimensionalidade da escala com base em diferentes métodos. O critério de Kaiser identificou que dois fatores explicam 43,45% da variância total. O teste do gráfico de sedimentação (*scree plot*) indicou que a Escala de Eficácia Interna e Externa apresenta de forma ideal dois fatores.

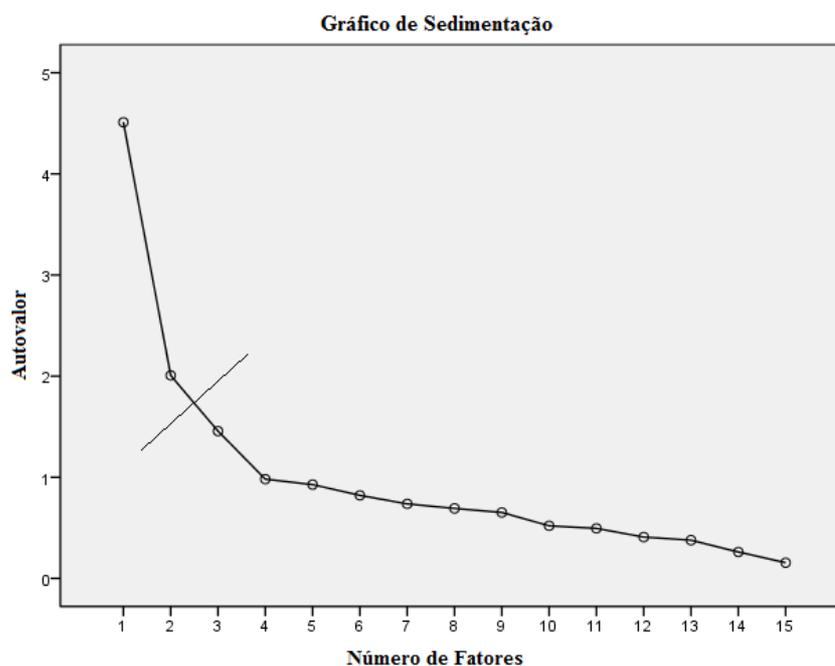


Figura 1. Gráfico de Sedimentação da Escala de Eficácia Interna e Externa.

Tabela 2

Autovalores da Escala de Eficácia Interna e Externa.

Fatores	Autovalores Iniciais		
	Total	% da Variância	Acumulada %
1	4,510	30,070	30,070
2	2,007	13,380	43,450
3	1,456	9,708	53,159
4	,982	6,544	59,703
5	,928	6,184	65,887
6	,821	5,470	71,357
7	,737	4,912	76,269
8	,692	4,611	80,880
9	,652	4,345	85,225
10	,520	3,466	88,691
11	,494	3,295	91,986
12	,409	2,724	94,710
13	,378	2,518	97,228
14	,261	1,739	98,967
15	,155	1,033	100,000

Assim, foi realizada a análise fatorial pelo método dos eixos principais (*PAF*), com rotação varimax, para a extração de dois fatores, que se mostrou mais adequada à teoria. A análise de precisão foi obtida pelos coeficientes alfa de Cronbach. A estrutura final da Escala de Eficácia Interna e Externa, portanto, reteve os itens que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 3

Matriz fatorial da Escala de Eficácia Interna e Externa.

	Fator	
	1	2
6.2. Os candidatos em quem voto trabalham em favor da população.	,848	
6.1. Os candidatos em quem voto trabalham para melhorar o país.	,845	
6.3. Existem candidatos bem intencionados.	,524	
6.5. Os políticos são sinceros em seus discursos.	,523	
6.4. Consigo diferenciar os candidatos com base nas propostas que eles apresentam.		
6.7. Depois que foram eleitos, não é mais possível mudar a opinião dos políticos.		
6.12. Procuo informações sobre a atuação dos candidatos em quem votei.		,728
6.13. Procuo verificar se as notícias sobre os candidatos são verdadeiras.		,666

Continua

Continuação

6.10. Eu consigo diferenciar os políticos da oposição daqueles da base governista.		,572
6.11. Eu tenho perfil para exercer um cargo político.		,557
6.9. Eu me considero melhor preparado para votar do que a maioria das pessoas.		,501
6.8. Eu uso a internet para enviar sugestões para políticos que acompanho.		,490
6.6. Obtenho respostas para as perguntas que faço aos políticos.		,323
6.15. Eu prefiro não me envolver com política		
6.14. Acho política algo muito complicado.		
Autovalor	4,510	2,007
Número de itens	4	7
Alfa	0,778	0,811

Observando-se a distribuição dos itens, percebe-se como coerente a divisão em dois fatores, um associado a percepção do indivíduo quanto ao seu potencial e preparo para atuar no cenário político e outro associado a percepção da receptividade deste ambiente às demandas dos indivíduos. Quatro itens não se mostraram bem relacionados a nenhum fator e foram retirados. O item 6.6 apresentou escore parecido para os dois fatores, optou-se pela manutenção deste no fator Eficácia Interna.

Escala de Participação Política

Em análise preliminar dos Componentes Principais (PC), a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, isto é, apresentou suficiente covariância que permitisse a procura de fatores. O teste de esfericidade de Bartlett indicou $p < 0,000$ e o coeficiente KMO foi de 0,801, que pode ser considerado bom (Pasquali, 2010).

Em seguida, foi analisada a dimensionalidade da escala com base em diferentes métodos. O critério de Kaiser identificou que quatro fatores explicam 58,09% da variância total. O teste do gráfico de sedimentação (*scree plot*) indicou que a Escala de Participação Política pode ser composta por quatro fatores.

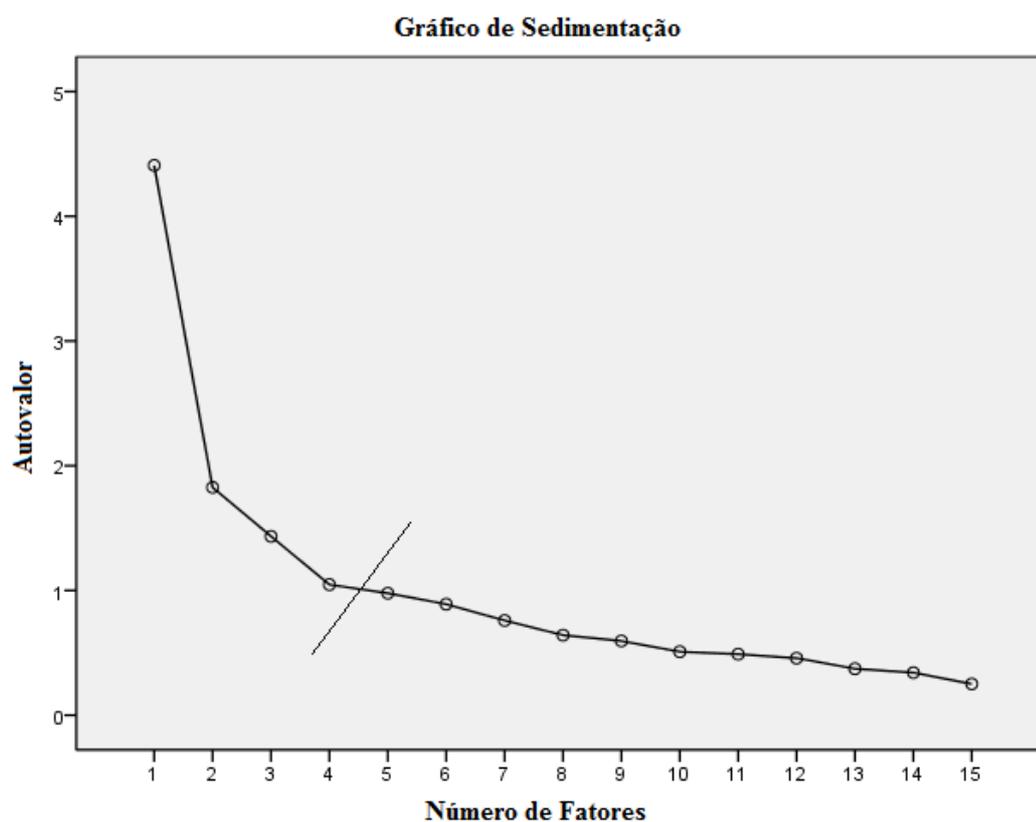


Figura 2. Gráfico de Sedimentação da Escala de Participação Política.

Tabela 4

Autovalores da Escala de Eficácia.

Fatores	Autovalores Iniciais		
	Total	% da Variância	Acumulada %
1	4,407	29,382	29,382
2	1,826	12,175	41,558
3	1,434	9,560	51,117
4	1,047	6,980	58,097
5	,978	6,521	64,618
6	,890	5,932	70,550
7	,760	5,064	75,614
8	,642	4,279	79,894
9	,595	3,966	83,860
10	,509	3,393	87,254
11	,489	3,261	90,515
12	,458	3,051	93,566
13	,373	2,485	96,051
14	,341	2,277	98,328
15	,251	1,672	100,000

Com essas informações, procedeu-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (*PAF*), com rotação varimax, para a extração de quatro fatores, que se mostrou mais adequada à teoria e aos resultados. A análise de precisão foi obtida pelos coeficientes alfa de Cronbach. A estrutura final da Escala de Participação Política, portanto, reteve todos os itens que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A Tabela 5 fornece uma síntese dos resultados finais retidos da análise fatorial exploratória.

Tabela 5

Matriz fatorial da Escala de Participação Política.

	Fator			
	1	2	3	4
13.6. Participou de alguma campanha política?	,729			
13.3. Usou um boton ou algum adesivo de campanha?	,674			
13.4. Entrou em contato com algum político?	,660			
13.2. Tentou convencer alguém a votar de determinada maneira?	,608			
13.13. Debateu nas redes sociais assuntos políticos? (Facebook, Twitter, Youtube, outras)		,797		
13.12. Usou as redes sociais na Internet para se envolver em alguma ação política (Facebook, Twitter, Youtube, outras)		,785		
13.14. Acompanha pela internet algum político?		,584		
13.1. Participou de discussões sobre questões políticas?		,424		
13.10. Assinou algum abaixo assinado?			,751	
13.9. Participou de alguma manifestação pública?			,507	
13.15. Realizou trabalho voluntário?			,424	
13.11. Realizou boicote à algum produto?			,185	
13.7. É membro ativo de algum partido?				,785
13.8. Se candidatou à algum cargo público?				,647
13.5. Doou dinheiro à algum partido?				,250
Autovalor	4,407	1,826	1,434	1,047
Número de itens	4	4	4	3
Alfa	0,776	0,763	0,605	0,492

Observando-se a distribuição dos itens, percebe-se como coerente a divisão em quatro fatores, que remetem a formas tradicionais de participação, novas formas de participação, formas comunitárias de participação e participação direta na política. Alguns itens apresentaram cargas bem baixas, no entanto optou-se pela não retirada destes e melhor análise no estudo principal.

Correlações entre as variáveis.

Foi, então, realizada análise das correlações entre as variáveis independentes e as dependentes. Verifica-se que os Valores Humanos Básicos possuem pelo menos um fator que se relaciona com cada forma de Participação Política. Com Participação Tradicional se relacionaram significativamente os tipos motivacionais Universalismo Natureza (0,166, $p < 0,001$), Conformidade Interpessoal (-1,34, $p < 0,005$) e Segurança Social (0,158, $p < 0,005$). Com Participação Nova, cinco tipos motivacionais se relacionaram de forma significativa, Universalismo Natureza (0,176, $p < 0,001$), Universalismo Compromisso (0,160, $p < 0,005$) Tradição (-0,159, $p < 0,005$), Conformidade Interpessoal (-0,154, $p < 0,005$) e Autodireção Pensamento (0,165, $p < 0,005$). Entre os valores e Participação Comunitaria, três tipos motivacionais se relacionaram de forma significativa, Universalismo Natureza (0,301, $p < 0,001$), Universalismo Compromisso (0,203, $p < 0,001$) e Conformidade Interpessoal (-0,140, $p < 0,005$). Com Participação Direta, apenas Poder sobre Recursos se relacionou significativamente (0,150, $p < 0,005$). Entre os traços de personalidade e as formas de participação apenas Participação Tradicional não se relacionou significativamente com nenhum traço. Com Participação Nova, apenas o fator Abertura a Mudanças (0,159, $p < 0,005$). Participação Comunitária, apenas Amabilidade se relacionou significativamente

(0,158, $p < 0,005$) e com Participação Direta, Amabilidade (-0,190, $p < 0,001$) e Conscienciosidade (-0,165, $p < 0,005$) se mostraram significativamente relacionados.

A variável Eficácia Externa se relacionou de forma significativa com Participação Tradicional (0,322, $p < 0,001$), Participação Nova (0,295, $p < 0,001$) e Participação Comunitária (0,217, $p < 0,001$). Eficácia Interna se relacionou de forma significativa com todas as formas de participação (0,552; 0,598; 0,434; 0,182; $p < 0,001$). O mesmo ocorreu com as variáveis Interesse por Política (0,518; 0,531; 0,388; $p < 0,001$ e 0,130; $p < 0,005$). O posicionamento entre Esquerda e Direita se relacionou de forma significativa com Participação Comunitária (-0,208, $p < 0,005$) e Participação Direta (-0,213, $p < 0,005$). Liberal e Conservador, apresentou relação significativa com Participação Tradicional (-0,138, $p < 0,005$) e Participação Nova (-0,194, $p < 0,001$).

Discussão

O presente estudo piloto permitiu verificar por meio das análises fatoriais exploratórias a adequação dos instrumentos utilizados à teoria. A análise fatorial exploratória da escala de Eficácia Externa e Interna evidenciou a necessidade de se retirar da escala 4 itens: consigo diferenciar os candidatos com base nas propostas que eles apresentam;

depois que foram eleitos, não é mais possível mudar a opinião dos políticos; eu prefiro não me envolver com política; e acho política algo muito complicado. A análise fatorial exploratória da Escala de Participação Política evidenciou a existência de quatro fatores para o instrumento construído. Conforme era esperado, os itens que se referem a formas novas de participação, por meio de tecnologias também novas, se destacou como um fator específico, o que se mostra adequado ao que foi apresentado no referencial teórico e o que permitirá que seja investigado, no estudo principal, a relação das variáveis independentes com essas novas formas de participação.

A análise das correlações permitiu verificar que é coerente estudar as variáveis dependentes deste trabalho frente às variáveis independentes selecionadas. Essa conclusão foi possível ao se verificar que diferentes tipos motivacionais e diferentes traços de personalidade se associaram a mais de uma das formas de participação política. O mesmo ocorreu com as demais variáveis independentes que se associaram às diferentes formas de participação.

Assim, este estudo piloto alcançou seu objetivo de investigar a coerência dos instrumentos e das variáveis definidas para o estudo principal. No entanto, como este estudo contou com uma amostra muito reduzida, não foi possível testar nenhuma das hipóteses nem tampouco testar algum modelo de relação entre as variáveis, o que se pretende fazer no estudo principal, que será apresentado no capítulo que segue.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DA PESQUISA

1.

Obrigado por decidir participar! Essa pesquisa faz parte do meu projeto de doutorado em Psicologia Social na Universidade de Brasília e não tem nenhum objetivo eleitoral.

Caso tenha dúvidas sobre essa pesquisa, entre em contato comigo no email: peter.uvb@gmail.com

Agora é só seguir para a próxima página.

Grato

Peter Vieth

3.

A seguir encontram-se algumas características que podem ou não lhe dizer respeito. Por favor, escolha um dos números na escala abaixo que melhor expresse sua opinião em relação a você mesmo e marque no espaço ao lado de cada afirmação. Vale ressaltar que não existem respostas certas ou erradas.

Eu me vejo como alguém que...

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo Fortemente
01. É conversador(a), comunicativo(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02. É minucioso(a), detalhista no trabalho, no que faz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03. Insiste até concluir a tarefa ou o trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04. Gosta de cooperar com os outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05. É original, tem sempre novas idéias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06. É temperamental, muda de humor facilmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07. É inventivo(a), criativo(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08. É prestativo(a) e ajuda os outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09. É amável, tem consideração pelos outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. Faz as coisas com eficiência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Eu me vejo como alguém que...

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente
11. É sociável, extrovertido(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. É cheio(a) de energia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. É um(a) trabalhador(a) de confiança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. Tem uma imaginação fértil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15. Fica tenso(a) com frequência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16. Fica nervoso(a) facilmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17. Gera muito entusiasmo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18. Gosta de refletir, brincar com as idéias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19. Tem capacidade de perdoar, perdoa fácil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20. Preocupa-se muito com tudo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. Em questões políticas, as pessoas as vezes falam em "esquerda" e "direita". Como você posicionaria suas opiniões na escala de resposta abaixo, de forma genérica?

Esquerda Direita

- ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

5. De maneira geral, existe algum partido do qual o(a) Sr(a) gosta?

- Sim
- Nao
- NS/NR

Qual?

6. O quanto o(a) Sr.(a) diria que gosta desse partido? (apenas para os que responderam afirmativamente a questao anterior)

- Gosta um pouco
- Gosta
- Gosta muito
- NS/NR

7. Quem é o Presidente da Câmara dos Deputados?

8. A Argentina é membro do Mercosul?

9. Qual o nome do Vice-Presidente da República?

10. Quem foi o adversário de Dilma no segundo turno da ultima eleição presidencial?

6.

1. Gênero:

- Masculino
- Feminino

2. Idade:

anos

3. Você está atualmente

- Casado
- Morando junto como casado
- Divorciado
- Separado
- Viúvo
- Solteiro

4. Qual a sua escolaridade?

- Sem instrução
- Primário incompleto
- Primário completo
- Primeiro grau incompleto
- Primeiro grau completo
- Segundo grau incompleto
- Segundo grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

5. Qual sua renda familiar?

- Até R\$ 1.759,99 (Até 2 SM)
 - De R\$ 1.760,00 até R\$ 3.519,99 (2 a 4 SM)
 - De R\$ 3.520 a R\$ 8.799,99 (4 a 10 SM)
 - De R\$ 8.800 a R\$ 17.599,99 (10 a 20 SM)
 - R\$ 17.600 ou mais (Acima de 20 SM)
-